

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**OPERAÇÕES ENUNCIATIVAS E
VALORES REFERENCIAIS**

ESTUDO DA MARCA *APESAR DE*

CRISTIANE BALESTRIEIRO DOS SANTOS AGUILAR

ARARAQUARA – SP

2007

CRISTIANE BALESTRIEIRO DOS SANTOS AGUILAR

**OPERAÇÕES ENUNCIATIVAS E
VALORES REFERENCIAIS**

ESTUDO DA MARCA *APESAR DE*

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Letras (Área de concentração em Lingüística e Língua Portuguesa)

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Marcondes Rezende

ARARAQUARA – SP

2007

CRISTIANE BALESTRIEIRO DOS SANTOS AGUILAR

OPERAÇÕES ENUNCIATIVAS E VALORES REFERENCIAIS

ESTUDO DA MARCA *APESAR DE*

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Ensino/Aprendizagem de Línguas: Análise dos procedimentos lingüísticos desenvolvidos pelos falantes no ensino/aquisição da língua materna.

Orientador: Profa. Dra. Leticia Marcondes Rezende

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Leticia Marcondes Rezende

Profa. Dra. Marília Blundi Onofre

Profa. Dra. Márcia Cristina Romero Lopes

Profa. Dra. Maria Inez Mateus Dota

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini

Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Ao meu amor *Ricardo*,
pelo incentivo e pela compreensão
nos momentos mais difíceis.
Aos meus queridos *pais*,
que procuram sempre
fazer o melhor por mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por se fazer presente em todos os momentos da minha vida;

À Profa. Letícia, pelo carinho, pela paciência, pelo incentivo e orientação ao longo dos últimos anos;

A toda a minha família pelo apoio, carinho e amor, especialmente, ao Ri, aos meus pais, à Jô, ao Tony, à Laura, ao Ricardo e a minha adorável sobrinha Isabelle;

À Ana Cristina, com quem compartilhei, nos últimos anos, minha trajetória pessoal e profissional;

Aos meus amigos Alessandra, Antonio Carlos, Elisandra, Júlia, Karina, Márcia, Marlene, Neli, Ranieri. Agradeço a todos os amigos que, de uma forma ou de outra, participaram do desenvolvimento deste trabalho;

Aos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa da tese;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - Araraquara;

Aos funcionários da Pós-Graduação, principalmente, à Diana, à Fernanda e à Rita, pela amizade e pelo auxílio constante;

Aos funcionários da biblioteca da Unesp de Araraquara, pela dedicação;

Ao departamento de Didática, pelo apoio;

Aos colegas professores, coordenação e direção da Escola Estadual Euryclides de Jesus Zerbini, pelo incentivo;

À Diretoria de Ensino de Mogi das Cruzes;

À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pelo apoio financeiro.

[...] o mundo não se deixa dizer tão facilmente. O dizer é um trabalho, que não é sem custo, nem sem perda, que não é senão que ajustamento, e que não acontece sem deformação e sem reconstrução. (Sarah de Vogüé, 1993, p.66)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel enunciativo da marca *apesar de*. Distancia-se da abordagem tradicional que ora atribui a essa marca a identificação de uma construção concessiva, ora a esvazia de significado. Fundamenta-se numa abordagem operatória, que articula linguagem e línguas naturais, léxico e gramática, e propõe uma análise do modo como cada unidade lingüística participa do processo de construção de significação.

Apoiamos nosso estudo na Teoria das Operações Enunciativas proposta por Antoine Culioli. Procuramos compreender quais as operações realizadas durante o processo de estabilização da significação com *apesar de* que conduzem a sua escolha e justificam a sua incidência sobre outros marcadores concessivos em determinados tipos de textos. Considerando o sujeito-enunciador como ponto de referência para a construção e reconstrução de valores referenciais, procuramos apontar caminhos que auxiliem na compreensão das trocas entre enunciador e co-enunciador nas construções envolvendo a marca *apesar de*. Nós fazemos também uma relação entre essas reflexões e o ensino de língua materna.

RESUMÉ

Ce travail a comme but analyser le rôle énonciative du marqueur *apesar de*. Il s'éloigne de l'approche traditionnel qui tantôt attribue à ce marqueur l'identification de la construction concessive, tantôt la vide de signification. Il se fonde dans une approche opératoire, qui articule le langage et les langues naturelles, lexicale et grammaticale, et propose une analyse du chemin par lequel chaque unité linguistique participe du processus de construction de la signification.

Nous soutenons notre étude dans la Théorie des Opérations Énonciatives proposée par Antoine Culioli. Nous cherchons à comprendre quelles sont les opérations réalisées pendant le processus de stabilisation de la signification avec *apesar de* qui conduisent à le choisir et justifient son incidence sur les autres marqueurs concessifs dans certains types de textes. En considérant le sujet énonciateur comme point de référence pour la construction et la reconstruction de valeurs référentiels, nous cherchons à indiquer des chemins qui aident dans la compréhension des échanges entre l'énonciateur et le co-énonciateur dans les constructions avec *apesar de*. Nous faisons aussi un rapport entre ces questions et l'enseignement de la langue maternelle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – POR UMA GRAMÁTICA OPERATÓRIA	16
Introdução.....	16
1.1 Sobre o conceito de gramática.....	16
1.2 Gramática tradicional versus Gramática de usos.....	18
1.2.1 A Gramática tradicional e o ensino de línguas.....	19
1.2.2 A Gramática de usos.....	23
1.3 A Gramática operatória.....	31
CAPÍTULO II – A TEORIA DAS OPERAÇÕES ENUNCIATIVAS.....	40
Introdução.....	40
2.1 Linguagem e línguas.....	40
2.2 Produção e reconhecimento.....	43
2.3 Operações da linguagem.....	45
2.3.1 Operação de representação.....	46
2.3.2 Operação de referenciação.....	47
2.3.3 Operação de regulação.....	49
2.3.4 Operação de determinação.....	50
2.3.5 Operações constitutivas de um enunciado.....	52
2.3.5.1 Relação primitiva e o esquema de lexis.....	52
2.3.5.2 Relação predicativa.....	53
2.3.5.3 Relação enunciativa.....	54
2.4 O enunciado.....	55
2.5 A noção e o domínio nocional.....	57
2.5.1 A ocorrência.....	60
2.5.2 O centro organizador da noção.....	63
2.5.2.1 O tipo.....	64
2.5.2.2 O atrator.....	64
2.5.2.3 A fronteira.....	66
2.5.2.4 A noção de gradiente.....	67
2.5.2.5 O complementar.....	68
2.6 Quantificação e qualificação.....	68
2.6.1 Sistemas de determinação.....	71
2.6.1.1 Operação de extração.....	73
2.6.1.2 Operação de flechagem.....	74
2.6.1.3 Operação de varredura.....	75
2.6.1.4 Discreto – denso – compacto.....	77
2.7 Operações modais e operações aspectuais.....	81
2.8 Operação de negação.....	84
2.9 A paráfrase na teoria enunciativa.....	91
CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO CONCESSIVA.....	96
Introdução.....	96
3.1 A noção de concessão: do “diálogo” semântico ao “silêncio” sintático.....	97

3.2 A construção concessiva na perspectiva das operações da linguagem.....	100
3.2.1 O funcionamento concessivo e a construção do objeto de referência.....	103
3.2.2 Um funcionamento concessivo geral e diferentes significações locais.....	110
CAPÍTULO IV – ESTUDO DA MARCA <i>APESAR DE</i>	113
Introdução.....	113
4.1 A marca <i>apesar de</i> : alguns apontamentos sobre a sua origem.....	113
4.2 A abordagem tradicional da marca <i>apesar de</i> : locução prepositiva ou conjuntiva?.....	115
4.2.1 Preposição e locução prepositiva: algumas definições.....	115
4.2.2 A marca <i>apesar de</i> como locução conjuntiva.....	118
4.3 <i>Apesar de</i> : a relação com o contexto de esquerda e de direita.....	119
4.3.1 <i>Apesar de</i> e a ligação temática.....	119
4.3.1.1 A recentragem temática e a relação entre noção verbal e noção nominal na teoria enunciativa.....	123
4.3.1.2 Ocorrências de <i>apesar de</i> : retomada e projeção.....	125
CAPÍTULO V – ESTUDO DA MARCA <i>EMBORA</i>	128
Introdução.....	128
5.1 A marca <i>embora</i> : da origem ao seu lugar na Gramática tradicional.....	128
5.2 De <i>em boa hora</i> a <i>embora</i> : a construção da significação.....	131
5.2.1 Aproximação dos valores da marca <i>embora</i> : um princípio de abstração.....	140
CAPÍTULO VI – <i>APESAR DE</i> E <i>EMBORA</i>: UMA ANÁLISE COMPARATIVA	144
Introdução.....	144
6.1 Metodologia e análise dos enunciados com <i>apesar de</i> e <i>embora</i>	144
6.2 O percurso concessivo geral e o processo de estabilização específico de <i>apesar de</i> e <i>embora</i>	170
6.2.1 A operação de varredura nos enunciados com <i>apesar de</i> e <i>embora</i>	172
CAPÍTULO VII – O FUNCIONAMENTO CONCESSIVO ENTRE OUTROS: UMA SUGESTÃO DIDÁTICA	177
Introdução.....	177
7.1 Proposta de auxílio à produção de textos: organizadores textuais no Programa de Ensino Médio em Rede.....	178
7.2 Compatibilidade com o funcionamento concessivo: sugestão didática na perspectiva enunciativa.....	181
7.2.1 A atividade epilingüística nos enunciados infantis: manipulação dos valores referenciais.....	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
BIBLIOGRAFIA	198

Introdução

Este trabalho é resultado de uma inquietação gerada durante o desenvolvimento da dissertação de mestrado.

A pesquisa realizada na dissertação de mestrado¹ teve como objetivo investigar o processo de construção das orações concessivas. De um modo geral, procuramos analisar essas orações como resultado de operações realizadas pelo sujeito, baseando-nos nos pressupostos teóricos da Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli. Realizamos manipulações que nos permitiram chegar a um modo de funcionamento comum aos enunciados concessivos. No entanto, no decorrer do desenvolvimento do estudo, outros questionamentos surgiram, principalmente a respeito das propriedades específicas de cada marcador concessivo e de sua atuação enunciativa em determinados contextos. Diante da impossibilidade de desenvolver esse estudo naquele período, resolvemos dar continuidade à pesquisa no curso de doutorado, ainda em relação aos marcadores concessivos, porém com atenção voltada à marca apesar de.

Nosso interesse pelo estudo do marcador concessivo apesar de iniciou-se quando, no mestrado, organizávamos o nosso corpus. Nesse momento percebemos a grande incidência do uso desse marcador em redações escolares, revistas populares, revistas eletrônicas e na língua falada². Notamos também que o uso de apesar de estava, freqüentemente, relacionado a verbos no infinitivo e a formas nominalizadas.

Nossa experiência como docente também contribuiu para a sustentação dessa proposta de estudo. Encontramo-nos, constantemente, diante do tratamento tradicional que nos conduz à equivalência entre os marcadores concessivos e diante dos questionamentos levantados em sala de aula sobre a possibilidade de substituição de um marcador por outro.

A teoria que fundamentou a nossa pesquisa de mestrado sustenta a ausência de seqüências lingüísticas equivalentes num mesmo grau. Dentro dessa reflexão todo enunciado é um entre outros, escolhido pelo enunciador que se encontra diante de um

¹ SANTOS, C. B. A oração concessiva na perspectiva das operações da linguagem, 2002.

² Em oposição a textos mais formais.

conjunto de enunciados parafrásticos³. Desse modo, esse quadro teórico possibilitou que continuássemos o nosso estudo por meio da investigação do marcador apesar de e de seu contexto de inserção. Acreditávamos que, justamente esse contexto de inserção, forneceria pistas a ponto de podermos formular raciocínios que explicassem a incidência do uso desse marcador no meio textual considerado.

A escolha do marcador concessivo apesar de justifica-se também pela ausência de um trabalho que valorize o investimento do sujeito num espaço enunciativo que se ajuste ao seu uso. Num primeiro momento, por meio de uma observação superficial de algumas gramáticas, foi possível perceber que, de um modo geral, o marcador apesar de é considerado uma locução prepositiva. No entanto, quando acompanhado da partícula que (apesar de que) e de verbos no infinitivo, desempenha o papel de uma conjunção. Por um lado, como locução prepositiva, definindo-se pela função de subordinar ou ligar termos da frase a outros. E, por outro lado, como conjunção, subordinando orações.

A inserção da pesquisa na Teoria das Operações Enunciativas deve-se, fundamentalmente, ao fato desse modelo lingüístico não trabalhar com divisões. Não há separação entre preposição e conjunção, nem há separação entre essas categorias, consideradas sintáticas, e as consideradas lexicais. Há um espaço de construção anterior à existência dessas categorias, no qual se investiga o funcionamento das unidades lingüísticas e sua contribuição para a significação do enunciado. No caso específico de apesar de, partimos da “construção” sintaticamente conhecida como concessiva, ou seja, do produto na língua, e privilegamos o processo de construção da representação concessiva na linguagem. Nessa perspectiva, situando-nos num momento anterior ao produto e podemos simular o papel desempenhado pelos enunciadores no processo de significação. O enunciador constrói valores referenciais⁴ de tal modo que o co-enunciador possa reconstruir essa atividade de significação. Na teoria culioliana, o processo de construção de significação faz-se pelo sujeito numa

³ A paráfrase é aqui entendida como um mecanismo de linguagem. Na teoria culioliana, enunciados em relação parafrástica remetem a um pólo de regulação, a partir do qual ocorrem operações lingüísticas (predicativas e enunciativas) responsáveis pelas particularidades lingüísticas (variáveis) presentes em tais enunciados realizados.

⁴ Enquanto a referência, geralmente, é tida como correspondência estática do enunciado a entidades externas à língua, os valores referenciais são construídos no próprio enunciado por meio de operações enunciativas de referenciação (ajustamentos intersubjetivos, modalidade, tempo, espaço, aspecto, quantificação, etc.).

situação de enunciação, articulando a relação entre objetos lingüísticos, que remetem a objetos extralingüísticos com propriedades físico-culturais, e valores referenciais.

Essa reflexão distancia-se, de um lado, das abordagens tradicionais que aprisionam as preposições e as conjunções em classificações comuns e não oferecem mecanismos para desmontar tais equivalências. Por outro lado, distancia-se de abordagens que privilegiam somente a natureza semântica ou pragmática, ou que procuram registrar uma multiplicidade de usos dos marcadores concessivos da língua enquanto produto, mas não investigam o trabalho do sujeito realizado a partir da indeterminação da linguagem. Um estudo fundamentado nessa teoria, tomando como base o exame dos termos colocados em relação nos diferentes domínios, procura desvendar a natureza das marcas na atividade lingüística e trazer à tona funcionamentos generalizáveis que, por sua vez, possibilitam uma multiplicidade de valores. E justamente o modo como se organiza essa variação de sentido é que nos permite chegar ao princípio regulador de cada unidade lingüística. Cabe ressaltar que não se trata de localizar uma invariância da unidade sob a forma de um conteúdo, mas de demonstrar como a variação de sentido é regida por uma organização regular. Pensando na marca apesar de, temos para cada ocorrência um modo singular de colocar em jogo procedimentos comuns ao funcionamento concessivo. A partir de um mesmo núcleo invariante, podemos ter ocorrências intervindo, por exemplo, nas categorias da quantificação, do aspecto, da modalidade, do tempo.

Para desenvolver essa pesquisa, organizamos um corpus com ocorrências da marca apesar de extraídas de textos do meio eletrônico. Delimitamos o trabalho selecionando apenas construções relacionadas a verbos no infinitivo e a formas nominalizadas. No entanto, fizemos algumas observações sobre a interação da marca apesar de com outros contextos.

No decorrer da realização do nosso estudo, deparamo-nos com um grande desafio. A nossa proposta não envolvia apenas a análise enunciativa do funcionamento da marca apesar de, mas tínhamos que apresentar explicações sobre a sua incidência em relação aos demais marcadores compatíveis com o funcionamento concessivo. Como entender quais as causas e as conseqüências do uso dessa marca no plano enunciativo sem compará-la com outra marca? Foi nesse momento, então, que

decidimos articular o estudo de apesar de com o estudo da marca embora. Optamos por embora por ser considerado pelas gramáticas tradicionais o maior representante da significação concessiva.

Durante o processo de desmontagem – montagem dos enunciados, construímos interpretações por meio de paráfrases. Estas, por sua vez, possibilitaram a análise do modo de estabilização da significação que facilita ou condiciona o uso de apesar de.

Ressaltamos que procuramos articular os resultados obtidos na pesquisa de mestrado com os obtidos no decorrer do desenvolvimento deste estudo. Essa articulação aconteceu tanto na parte de estudos teóricos quanto na elaboração da proposta didática.

Não tínhamos, no início da pesquisa, a intenção de apresentar um trabalho relacionado ao ensino de línguas. No entanto, tanto a insatisfação com a abordagem tradicional, quanto o contato com trabalhos que derivam dessa análise estática dos fenômenos de língua, acabaram nos direcionando para esse caminho.

O trabalho consta de sete capítulos.

No primeiro capítulo – Por uma gramática operatória – tratamos, primeiramente, da concepção de gramática. Apresentamos, em seguida, uma reflexão sobre a Gramática tradicional, sobre a Gramática de usos e a repercussão de cada abordagem no ensino de língua materna. Procuramos, principalmente, confrontar posicionamentos do tratamento tradicional com a abordagem operatória fundamentada nos pressupostos da Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli – a Gramática operatória.

No segundo capítulo, apresentamos a teoria culioliana sobre a qual nossas reflexões se sustentam. Tratamos de apresentar pontos que consideramos importantes para a compreensão do processo de construção de significação, tais como: a noção, as relações primitiva, predicativa e enunciativa, o domínio nocional, a referenciação, as operações modais e aspectuais, entre outros.

No terceiro capítulo, retomamos pontos centrais do nosso trabalho de mestrado sobre a construção concessiva, tendo em vista a articulação com esta

pesquisa. Recorremos, principalmente, à questão da alteridade presente nos enunciados concessivos.

O quarto e o quinto capítulos destinam-se à análise das marcas apesar de e embora. Procuramos, num primeiro momento, investigar a origem de cada marca e o papel desempenhado por elas segundo o tratamento tradicional. Posteriormente, baseando-nos na teoria enunciativa, procuramos recuperar o processo de construção da referência por meio apesar de e embora.

No sexto capítulo – Apesar de e embora: uma análise comparativa – analisamos ocorrências de apesar de e embora por meio da relação parafrástica. Procuramos compreender quais as operações realizadas durante o processo de estabilização da significação de apesar de conduzem a sua escolha dentre os outros marcadores concessivos, inclusive em relação ao marcador embora.

O sétimo capítulo tem por objetivo articular a proposta de uma gramática operatória com algumas atividades relacionadas ao ensino de língua materna. Procuramos não nos deter apenas na construção da significação concessiva, mas propor atividades nas quais o aprendiz possa compreender melhor o seu papel na atividade de produção/reconhecimento de textos.

A última parte do trabalho traz as considerações finais, na qual apresentamos uma reflexão sobre os resultados aos quais chegamos com a nossa pesquisa.

CAPÍTULO I

POR UMA GRAMÁTICA OPERATÓRIA

Introdução

Neste capítulo não temos a pretensão de falar detalhadamente a respeito dos vários enfoques da gramática. Nosso objetivo principal é confrontar posicionamentos da gramática tradicional com a abordagem operatória fundamentada nos pressupostos da Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli e tratar, ainda, da repercussão de cada tratamento no ensino de língua e, conseqüentemente, na formação do indivíduo.

1.1 Sobre o conceito de gramática

Para “gramática” encontramos muitas acepções. Basicamente pode ser vista como a descrição completa da língua, ou seja, dos princípios de organização da língua; como o conjunto de regras que o falante aprendeu e usa segundo a necessidade exigida pela interação verbal e como disciplina.

O estudo da gramática comporta diferentes partes: fonologia, sintaxe, lexicologia, morfologia. O modo como se realiza essa descrição depende da fundamentação teórica: gramática tradicional, gramática estrutural, gramática funcional, distribucional, gerativa.

Na gramática tradicional, encontramos uma parte normativa e uma descritiva. Na parte normativa, a preocupação maior encontra-se na exposição de um conjunto de regras que o usuário deve aprender para falar e escrever corretamente a língua. A classificação e a sistematização dessas regras e a instrução sobre seu uso sustentam-se também como disciplina gramatical. O conjunto sistemático de normas, geralmente, é

estabelecido pelos especialistas com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores. Segundo Travaglia, nesse sentido de gramática:

[...] afirma-se que a língua é só a variedade dita padrão ou culta e que todas as outras formas de uso da língua são desvios, erros, deformações, degenerações da língua e que, por isso, a variedade dita padrão deve ser seguida por todos os cidadãos falantes dessa língua para não contribuir com a degeneração da língua de seu país. [...] Tudo que foge a esse padrão é “errado” (agramatical, ou melhor dizendo, não-gramatical) e o que atende a esses padrões é “certo”(gramatical) (2006, p.24-25).

O autor complementa dizendo que nessa concepção de gramática são embutidos vários modos de perceber e definir a chamada norma culta que mobilizam argumentos de natureza estética, estilista, política, comunicacional, histórica, entre outras, para incluir ou excluir dessa norma formas e usos.

A gramática descritiva, por sua vez, privilegia a exposição de fatos de uma determinada língua; realiza-se uma descrição da estrutura e funcionamento da língua, de sua forma e função. Segundo Travaglia (2006), nessa concepção, gramatical será tudo o que atende às regras de funcionamento da língua de acordo com determinada variedade lingüística.

São representantes dessa concepção as gramáticas fundamentadas no modelo estruturalista que privilegia a descrição das formas e estruturas da língua oral e as gramáticas elaboradas de acordo com a teoria gerativista-transformacional que trabalha com o modelo da competência ideal, ou seja, enunciados ideais produzidos por falante ideal. Nessa concepção, o falante intuitivamente aciona um sistema de regras ao falar ou entender sua língua.

Cabe acrescentar que a parte descritiva da abordagem tradicional da gramática privilegia a variedade escrita e culta. Incluem-se nesse estudo, por exemplo, a classificação de unidades da língua, análise das construções sintáticas, estudo das figuras de linguagem.

Outro conceito de gramática envolve o saber lingüístico que o falante desenvolve independente de escolarização e do acesso às regras da norma culta, também é conhecida como gramática internalizada. Segundo Travaglia:

Nessa concepção não há o erro lingüístico, mas a inadequação da variedade lingüística utilizada em uma determinada situação de interação comunicativa, por não atendimento das normas sociais de uso da língua, ou a inadequação do uso de um determinado recurso lingüístico para a consecução de uma determinada intenção comunicativa que seria melhor alcançada usando-se outro(s) recurso(s) (2006, p.29)

No que diz respeito à gramática como disciplina, sua determinação e sua prática no ensino de língua vão depender dos diferentes enfoques sobre os vários tipos de gramática (gramática normativa, gramática descritiva, gramática histórica, entre outras) e dos objetivos a ser alcançados.

Trataremos, a seguir, de dois tipos de gramática que constituem material de referência para a análise da língua e para o desenvolvimento de atividades no ensino de línguas. Enquanto a primeira – a Gramática tradicional – privilegia a norma culta e discrimina o “desvio”, ou seja, parte de um número restrito de textos para oferecer uma descrição parcial da língua; a segunda – a Gramática de usos – apresenta uma reflexão sobre a linguagem e sobre o uso lingüístico, a partir de uma perspectiva funcional. Apresentaremos, ainda, e, principalmente, uma proposta de gramática operatória fundamentada na teoria culioliana, cujos questionamentos e reflexões portam sobre a atividade significativa da linguagem.

1.2 Gramática tradicional versus Gramática de usos

Nos próximos itens, procuraremos demonstrar algumas diferenças entre os critérios de observação da língua a partir de uma perspectiva que limita as ocorrências lingüísticas a serem descritas e propõe um padrão e de outra que enfatiza a valorização dos diferentes usos lingüísticos, ou seja, o heterogêneo na língua.

1.2.1 A Gramática tradicional e o ensino de línguas

Como dissemos anteriormente, na Gramática tradicional, encontramos uma parte descritiva e outra normativa. Na parte descritiva encontramos a “descrição” da variedade culta e formal e a transformação dos fatos nela observados em leis de uso da língua, ou seja, diz-se a “língua é assim” e o que foge disso é um “desvio” da língua ideal. As unidades da língua são descritas a partir de categorizações fixas (léxico) e de restritas possibilidades de organizações (sintaxe).

Na parte normativa, encontramos recomendações, regras, de como usar as unidades da língua num formato padronizado. Segundo Travaglia:

O ensino prescritivo objetiva levar o aluno a substituir seus próprios padrões de atividade lingüística considerados errados/inaceitáveis por outros considerados corretos/aceitáveis. É, portanto, um ensino que interfere com as habilidades lingüísticas existentes. É ao mesmo tempo proscritivo, pois a cada “faça isso” corresponde um “não faça aquilo”. Esse tipo de ensino [...] privilegia a variedade culta, tendo como um de seus objetivos básicos a correção formal da linguagem (2006, p.38)

Propõe-se, então, nessa perspectiva, um ensino/aprendizado das coisas prontas e socialmente consideradas ideais. Segundo Rezende (1988), exigir um produto homogêneo ou uma língua natural sem variação é não permitir que haja universos extralingüísticos diferentes e modos diversos de percepções desses universos. E é justamente o que a Gramática tradicional faz, ou seja, discrimina e até mesmo condena, o diferente do padrão, o desvio da língua culta, o que está fortemente ligado ao papel conferido ao valor social da linguagem culta. Segundo Travaglia (2006), a variedade que é considerada culta é normalmente a das classes sociais de prestígio econômico, político, cultural, entre outros, não considerando a capacidade de qualquer variedade de língua cumprir uma função comunicacional. Se esse aspecto já não bastasse, a abordagem tradicional, em nenhum momento, preocupa-se com o processo que dá origem às categorias ou à boa formação das possíveis organizações da língua. Ela parte de um sentido determinado *a priori* (categorias fixas) e ignora o processo de

significação, a adequação à situação de interação e os ajustamentos necessários entre interlocutores. Segundo Neves:

Pouco a pouco uma sistematização mecânica e alheia ao próprio funcionamento lingüístico é oferecida como o universo a que se resume a gramática da língua, de tal modo que a gramática vai passando a ser vista como um corpo estranho, divorciado do uso da linguagem, e as aulas de língua materna só passam a fazer sentido se a gramática for eliminada (2004, p.18).

Na visão tradicional, a gramática impõe um padrão, um modelo, tanto na categorização das unidades lingüísticas quanto nos exemplos que as ilustram. Esses exemplos encaixam-se perfeitamente nas definições a que lhes foram atribuídas e aqueles que fogem a esse padrão não são considerados ou permanecem marginalizados em forma de exceções.

Como consequência desse posicionamento, encontramos em alguns livros didáticos, exercícios de análise gramatical e atividades de interpretação de textos que não exigem o mínimo de subjetividade. Muitas das atividades são aquelas de simples rotulação, reconhecimento e subclassificação de unidades antecipadamente determinadas (classes e funções). Não se analisa o funcionamento da língua em diferentes situações de interação verbal, dos significados que se obtém na organização léxico-gramatical. Trata-se, então, de uma gramática da língua e não de uma gramática da atividade significativa da linguagem. Tal fato parece ser ignorado quando analisamos o discurso dos PCNS de Língua portuguesa:

Uma atitude corretiva e preconceituosa em relação às formas não canônicas de expressão lingüística, as propostas de transformação do ensino de Língua Portuguesa consolidaram-se em práticas de ensino que tanto do ponto de partida quanto o ponto de chegada é o uso da linguagem. Pode-se dizer que hoje é praticamente consensual que as práticas devem partir do uso possível aos alunos para permitir a conquista de novas habilidades lingüísticas, particularmente daquelas associadas aos padrões da escrita (1988, p.18).

A abordagem tradicional em ensino de línguas pode até propor o estudo do léxico no texto, mas não trata da organização desse léxico e da ocorrência de outros léxicos que estão ajudando o trabalho interpretativo. Ora encontramos unidades lingüísticas dotadas de uma significação intrínseca – unidades lexicais, ora de uma total indeterminação – unidades gramaticais.

No caso do trabalho com a gramática no texto, praticamente não existe; não há uma análise funcional das categorias gramaticais. Segundo Rezende (1988), uma análise funcional, operatória, dinâmica, só aborda as categorias gramaticais quando elas tiverem uma função no processo de produção/interpretação de um texto determinado. Para a lingüista, o ensino/aprendizado das coisas prontas deixa por conta de fatores extra-escolares, o ensino/aprendizado da apropriação da língua pelos sujeitos e, conseqüentemente, o desenvolvimento de recursos expressivos.

A ligação da Gramática tradicional com a descrição e a normatização de uma língua pronta e estática acaba tornando-a um estudo isolado. Saber os nomes das categorias e funções, e a subclassificação delas, vai fortalecendo a posição de que aprender tais noções é estudar gramática. Desse modo, o sujeito acaba tendo dificuldade em compreender o papel dos fenômenos da língua na sua relação com “o outro” e com o mundo.

Sendo assim, no momento em que se vai trabalhar com a produção e reconhecimento de textos na sala de aula, ou seja, com atividades que exigem do indivíduo todo um processo de reconstrução do processo significativo, a “aplicação” dessa língua estática não se sustenta. Isso acontece porque o indivíduo não consegue se relacionar com a organização da língua de acordo com o que ele quer (ou o enunciador do texto quis) significar e com quem quer (ou com o que o enunciador quis) falar. Segundo Rezende (1988), há sempre, durante a atividade de produção, um trabalho ativo de leitura, feito pelo sujeito que produz, tornando-o um leitor potencial, e, durante a leitura, um trabalho ativo de produção de texto, feito pelo sujeito que lê, tornando-o produtor potencial. E é nesse processo que se encontra a subjetividade, pois, o leitor-produtor se desdobra em um diálogo consigo mesmo e com o outro.

Reconhecendo-se que não há possibilidade de se encontrar uma configuração de língua neutra, objetiva e que o significado de um texto não é simplesmente a soma

dos significados de suas partes estáticas, estudar as prescrições contidas numa gramática não é garantia para se expressar melhor. Não colaborar para o desenvolvimento dos recursos expressivos torna-se um resultado contraditório quando pensamos no objetivo do ensino de língua que é justamente o desenvolvimento do aprendiz. Um ensino baseado na gramática tradicional deixa de lado a assimilação de regras por meio da atividade cognitiva, que capacita o indivíduo a manipular seus recursos expressivos, modificá-los e a apropriar-se dessas alterações. A inserção gradativa do aprendiz em todo o processo de construção de significação está ligada intimamente com a questão da formação de sua identidade e, conseqüentemente, do reconhecimento do que é o outro. Se a proposta é a de existência de unidades estáticas e determinadas, supõe-se que não haja espaço para o trabalho do indivíduo na construção dos significados. Se a cada organização das unidades lingüísticas, elas saírem inalteradas, não se reconhece que essa atividade é significativa e muito menos que a significação foi obtida por meio da articulação dessas unidades (lexicais e gramaticais) com a sua própria organização.

Com essas reflexões não se propõe aqui o abandono do estudo da gramática normativa, mesmo porque o aprendiz precisa ter contato com a variedade culta da língua e tornar-se capaz de utilizá-la adequadamente quando tiver que atender a normas sociais de uso em situações formais. Propõe-se realmente considerar o que se faz e o resultado que se obtém a partir de uma visão simplista de ensino de língua, ou seja, a gramática pela gramática. Não se pode confundir ensino de língua com ensino de gramática tradicional ou com o bom uso da língua. A partir do momento em que se considera apenas algo pronto na língua o qual deve servir de modelo, anulam-se os interlocutores, a situação de enunciação e, conseqüentemente, o trabalho do sujeito na construção de significação. Faz-se necessário, então, optar por abordagens que instiguem o aluno a um constante pensar a respeito da língua mais do que um entender a língua, pois não estamos tratando de algo acabado. Desse modo, o próprio professor e o aprendiz poderão refinar o seu saber metalingüístico indispensável à atividade de construção de referência, de significados, e entender que nos desvios, nos apagamentos, na ambigüidade, enfim, naqueles resultados considerados “inadequados”

também houve um caminho em busca da significação e, muitas vezes, a finalização reflete justamente o ponto ao qual se pretendia chegar.

Não é difícil perceber que a abordagem tradicional da gramática fundamenta-se no tratamento da língua como produto estático e deixa de lado toda a maleabilidade oferecida pela linguagem. É preciso entender a gramática como o estudo e o trabalho com a variedade dos recursos lingüísticos da significação. Para tanto, necessita-se trabalhar com a des(construção), com a transformação de textos, para que se possa perceber essa variedade e cada significado obtido como uma opção feita sobre um feixe de possibilidades de expressão e que, portanto, contém o traço do trabalho do sujeito.

Pensando no objeto de estudo da nossa pesquisa, quando nos propomos a estudar a especificidades da marca apesar de, distanciamos-nos da abordagem tradicional⁵ que aprisiona as preposições e as conjunções em classificações que as qualificam como equivalentes. O tratamento oferecido à marca apesar de ora encontra-se na parte morfológica, incluindo-a numa lista de locuções prepositivas, ora encontra-se na parte sintática, na qual está inserida na lista de locuções conjuntivas e relacionada à concessão. Diferentemente desse tratamento, inserimo-nos numa perspectiva na qual não há separação entre preposição e conjunção e que considera o uso dessa marca uma escolha do enunciador diante do que quer representar numa determinada situação de enunciação.

1.2.2 A Gramática de usos

Neves (2000), em sua Gramática de usos do português, analisa os processos gramaticais envolvidos na produção de sentido e orienta o usuário da língua sobre o uso eficiente de seus recursos expressivos. Diferentemente da abordagem tradicional, parte da observação dos usos realmente ocorrentes, para, refletindo sobre eles, oferecer uma organização que sistematize esses usos. A autora organiza na gramática da língua portuguesa as possibilidades de construção que estão sendo aproveitadas pelos

⁵ A abordagem tradicional da marca apesar de será tratada no capítulo IV deste trabalho.

usuários para a obtenção de determinados efeitos de sentido. O ponto de partida é a tradicional divisão em classes de palavras, acompanhada por princípios teóricos que dirigem o tratamento das questões, o que se revela no agrupamento dessas classes, organizadas segundo os processos que dirigem a construção dos enunciados: a predicação, a referenciação, a quantificação e a indefinição, a junção.

Assume-se, nesse tratamento, a heterogeneidade como característica da língua; uma língua em constante construção e transformação pelos falantes. A autora analisa os itens lexicais e gramaticais da língua e, especificando o seu uso em textos reais, vai mostrando as regras que regem o seu funcionamento em todos os níveis, desde o sintagma até o texto. Observa-se, então, o produto da língua – sintagmas, frases e texto para depreender daí (da língua) sua gramática. Segundo a autora:

[...] a meta final, no exame, é buscar os resultados de sentido, partindo do princípio de que é no uso que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função, e de que as entidades da língua tem de ser avaliadas em conformidade com o nível em que ocorrem, definindo-se, afinal, na sua relação com o texto (2000, p. 13).

Podemos depreender do modo pelo qual se coloca o objetivo das análises, o caráter indeterminado que as unidades lingüísticas assumem e que se resolve no processo de construção do significado.

Quando aborda as bases de análise, a autora destaca dois pontos: que a unidade maior de funcionamento é o texto e que os itens são multifuncionais. Para Neves:

Nessa consideração de que a real unidade em função é o texto, o que está colocado em exame é a construção de seu sentido, numa teia que é mais que mera soma de partes. Nessa perspectiva, percebe-se que os limites da oração bloqueiam a consideração do funcionamento das unidades da língua. Isso significa que a interpretação das categorias lingüísticas não pode prescindir da investigação de seu comportamento na unidade maior – o texto –, que é a real unidade de função (2000, p.15).

A autora complementa dizendo que ao admitir que as unidades da língua precisem ser avaliadas com relação ao texto em que ocorrem não significa desconsiderar as diversas unidades organizadas dentro de um enunciado. Neves explica que:

[...] as chamadas classes lexicais têm seu estatuto semântico definido pelo sistema de transitividades, sempre interior à oração, colocando-se num segundo nível as relações semânticas textuais, ou não-estruturais, obtidas por expedientes como a reiteração por sinonímia, antonímia, hiponímia, etc. As palavras gramaticais, por seu lado, a par de constituírem peças da organização semântica frasal (ex: preposições), podem ser privilegiadamente depreendidas e definidas na visão da organização semântica textual, ou coesão (ex.: artigo definido, pronome de terceira pessoa, coordenadores), conjugada com a visão do texto visto como organização interacional (ex.: pronomes de primeira e de segunda pessoa) (2000, p.16).

Neves (2000, p.18) comenta, por exemplo, sobre as acepções contidas nos dicionários destinadas a palavras gramaticais como as preposições. Observa que os dicionários tratam as preposições tal como fossem nomes e chama a atenção para o fato de que a preposição pertence à esfera das relações e processos e que, como peça do sistema de transitividade, a preposição tira seu valor das relações contraídas entre elementos cuja junção ela efetua.

Ainda em relação às diferentes classes de palavras, a autora coloca que não se podem fornecer descrições que tentem resoluções, em todos os casos, no mesmo nível e com vistas à mesma função. Reforça, enfim, a necessidade de uma investigação gramatical que descreva o comportamento das diferentes classes gramaticais segundo a funcionalidade de seu emprego nos diferentes níveis em que atuam e segundo as funções (semântica, interacional, textual, interpessoal, etc.) que exerçam, nos diferentes níveis.

Podemos perceber que a elaboração de uma gramática que focaliza a língua da forma como foi feita pela autora, privilegiando “os usos”, a sua funcionalidade, distancia-se da tradição gramatical. Como dissemos anteriormente, notamos esse

distanciamento na própria organização da gramática. Numa primeira parte, intitulada “A formação básica das predicções: o predicado, os argumentos e os satélites”, Neves analisa o verbo, o substantivo, o adjetivo, o advérbio, o processo de negação, as conjunções integrantes e os pronomes relativos. A propósito da predicção, a autora afirma:

Todas as palavras que constituem o léxico da língua podem ser analisadas dentro da predicção. Os predicados são semanticamente interpretados como designadores de propriedades ou relações, e suas categorias são distinguidas segundo suas propriedades formais e funcionais. [...] O predicado [...] se aplica a um certo número de termos que se referem a entidades, produzindo uma predicção que designa um estado de coisas, ou seja, uma codificação lingüística que o falante faz da situação. Estão implicados aí os papéis semânticos e a perspectivização que resolve as funções sintáticas (2000, p.23).

Na parte que trata da referenciação situacional e textual, Neves analisa o artigo definido e os pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos e os coloca como palavras fóricas, ou seja, palavras que remetem a algum outro lugar, envolvendo a interlocução e a remissão textual.

A terceira parte – “A quantificação e a indefinição” – traz análises sobre os numerais, sobre o artigo indefinido e o pronome indefinido. Caracterizados como não-fóricos e não-descritivos, operam sobre um conjunto de objetos previamente delimitados em razão de suas propriedades, para exprimir quantidade definida ou quantidade indefinida.

A “junção” é a quarta e última parte da gramática. Nessa parte, encontramos análises sobre diversas preposições e conjunções, ou seja, palavras que ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem. Segundo Neves:

O uso dos coordenadores, que são seqüenciadores, por sua vez, constitui uma evidência da dimensão textual do funcionamento dos itens gramaticais. Possuindo efeito de progressão textual, um elemento como *mas*, por

exemplo, distingue de elementos de significado semelhante, como *todavia* e *no entanto*, que constituem, em si mesmos, satélites adverbiais, e que, além disso, têm caráter fórico, fazendo retomada de alguma porção anterior do texto (= apesar disso) (2000, p.602, grifos do autor).

Percebemos nessa colocação de Neves, que a autora exemplifica elementos de significados semelhantes e comenta sobre a existência de especificidades no funcionamento de cada um. A autora também caracteriza, mesmo que indiretamente, a marca apesar de (na forma apesar disso) como um elemento de caráter fórico, ou seja, que faz retomada de alguma porção anterior do texto. Ainda em relação à marca apesar de, encontramos-la, na parte sobre a junção, comparada a não obstante e relacionada à concessão e, na parte destinada à análise das conjunções, acrescida da partícula que (apesar de que), apresentada como um dos modos de construção concessiva.

Recorreremos, nesse momento, ao tratamento oferecido pela Gramática de usos do português às construções concessivas.

Verificamos que a análise das construções concessivas se subdivide em: o modo de construção, as relações expressas, a ordem nas construções concessivas, os subtipos das construções concessivas.

No que diz respeito ao modo de construção, encontramos a construção concessiva constituída pelo conjunto de uma oração nuclear e uma concessiva.

Quanto às relações expressas, Neves inclui as construções concessivas entre as conexões contrastivas, ou seja, entre aquelas cujo significado básico é “contrário à expectativa” – o que acontece também com as adversativas. Segundo a autora, esse significado se origina não apenas do conteúdo do que está sendo dito, mas, ainda, do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte. Em se tratando de relacionar diferentes construções, apresenta-se também uma aproximação entre as concessivas e as construções causais e condicionais, justificada pelo fato de que, de certo modo, todas expressam uma conexão “causal” entendida num sentido amplo.

Neves comenta sobre a relação entre o fato (ou noção) expresso na oração principal e o da proposição contida na oração concessiva:

Numa construção **concessiva**, vista a partir do esquema lógico, pode-se chamar **p** à oração concessiva e **q** à principal. Trata-se de uma construção concessiva quando **p** não constitui razão suficiente para **não-q**. [...] Em outras palavras, pode-se dizer que, apesar de o fato (ou o evento) expresso em **p** constituir uma condição suficiente para a não-realização do fato (ou evento) expresso em **q**, **q** se realiza; e, nesse sentido, se pode dizer que a afirmação de **q** independe do que quer que esteja afirmado em **p** (2000, p. 865, grifos do autor).

A autora esquematiza a construção concessiva:

Oração 1:	“condição (suficiente) para não-realização”	Oração 2:	“realização”
Ou:			
Oração 1:	“condição (suficiente) para realização	Oração 2:	“não-realização”
Ou:			
Oração 1:	“condição (com potencial) pra realização”	Oração 2:	“eventual realização”

A partir desse esquema, as construções são divididas em grupos: factuais, contrafactuais e eventuais. Segundo a autora, nos três grupos se instaura uma relação de contraste entre o tipo de evento representado pela proposição concessiva e o representado pela proposição nuclear e, de algum modo, uma ligação de causa e condicionalidade. A respeito dessa última ligação, Neves acrescenta:

[...] o que ocorre numa construção **concessiva** é que uma pretensa **causa** (ou uma **condição**) é expressa na oração concessiva, mas aquilo que ela se pode esperar é negado na **oração principal**. [...] O que fica bem evidente é que a concessão se liga com a não-satisfação de condições e com a frustração de causalidades possíveis. Uma construção concessiva, ao mesmo tempo que subentende uma condicional, pode ser negada por ela. Assim, para cada construção concessiva se pode apresentar uma condicional contraditória respectiva (2000, p. 868-869, grifos do autor).

A autora chama a atenção para os pontos diferenciadores entre condicionais e concessivas: enquanto que na condicional a escolha de um dos elementos disjuntos

contidos implicitamente na prótase influi no resultado expresso na apódose (se *p*, *q*/ se *não p*, *não q*), na construção concessiva a escolha de qualquer um dos elementos disjuntos não influi no conteúdo da oração principal, pois é incapaz de alterá-lo.

A Gramática de usos do português também caracteriza as construções concessivas como essencialmente argumentativas. Segundo Neves:

[...] de um ponto de vista **pragmático**, as construções **concessivas** indicam que o falante pressupõe uma objeção à sua asserção, mas que a objeção é por ele refutada, prevalecendo a sua asserção. O que está implicado, aí, é que, nas construções **concessivas** – como nas **condicionais** – existe uma hipótese, que, no caso das **concessivas**, é a hipótese de objeção por parte do interlocutor (2000, p.874, grifos do autor).

Podemos perceber com essa pequena investigação sobre a Gramática de usos do português e, particularmente, sobre as construções concessivas, que as análises privilegiam a interação verbal eficiente. E, a partir desse resultado, desse uso da língua, procura sistematizar o modo pelo qual e o porquê os enunciados (os textos) foram construídos de tal forma. Não há, nessa perspectiva, um preconceito em relação a certas variedades lingüísticas, como encontramos no tratamento tradicional; analisam-se enunciados, textos, que conseguiram chegar aos seus propósitos comunicativos. Defende-se que as unidades lingüísticas determinam-se durante o processo de construção da significação, o que atribui ao sujeito o trabalho de investir nesse processo, segundo suas intenções em relação ao seu interlocutor.

Em relação às construções concessivas, percebemos o diálogo com outras construções – adversativas e condicionais –, o que deixa claro que as conjunções não são responsáveis pela classificação das construções, como coloca a gramática tradicional. Percebemos também a busca de relações subjacentes como é o caso da relação causal, da suficiência ou insuficiência de condições, entre outras.

Um ensino de gramática baseado nessa abordagem propõe uma observação direta do uso da língua – variantes lingüísticas, incluindo a norma considerada padrão –, permitindo que se explique como e porque o texto diz o que diz, uma vez que leva em conta como as unidades lingüísticas de um texto se relacionam com o contexto,

incluindo as intenções de quem está envolvido na produção do texto. Nessa perspectiva, o aluno pode refletir sobre as escolhas que tem à sua disposição ao formular os seus enunciados, e não apenas memorizar a nomenclatura gramatical ou se deter em análises de unidades lingüísticas fora de seu contexto de uso.

No entanto, ao se preocupar com o modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente, ou seja, com a formulação da intenção por parte do enunciador diante da necessidade de antecipar a interpretação que o enunciatário atribuirá a sua expressão lingüística, esse estudo procura dar conta da variação do resultado da interação das unidades lingüísticas e não do caminho percorrido pelas unidades em busca desse resultado. Ao distinguir a determinação de unidades lexicais e gramaticais, ao agrupar classes gramaticais e não apresentar mecanismos responsáveis por essa aproximação, essa abordagem parte da língua-resultado e não da língua em construção.

Na abordagem operatória, todas as unidades da língua apontam para uma imprecisa direção de sentido, e são, fundamentalmente, indeterminadas. Não há distinção entre categorias lexicais e gramaticais; não há unidades da língua que sejam mais determinadas e outras que sejam menos determinadas. Trabalha-se num nível anterior à construção do léxico ou da gramática.

Apesar de partir do nível lingüístico, a análise operatória busca as operações que antecedem à materialização dos enunciados, num nível linguagístico. Os enunciados são considerados como arranjos de formas a partir dos quais os mecanismos enunciativos que o constituem possam ser analisados como um encadeamento de operações. Preocupa-se, então, menos com os resultados e mais com o caminho linguagístico pelo qual o enunciador passou, gerando significados eficientes ou não. Segundo Culioli, a atividade linguagística é significante: é porque há, na comunicação, operações nas duas extremidades que os enunciados tomam um sentido (operações complexas, pois todo emissor é ao mesmo tempo, receptor, e reciprocamente). Para Culioli (1967), o que teve sentido na linguagem interior do locutor, virá a ter sentido na linguagem interior do ouvinte, mas como não há correspondência termo a termo entre o que é construído e emitido e o que é

reconstruído e “recebido”, o ouvinte construirá a significação que o seu sistema de referência permitir.

Essa reflexão quer dar conta do modo como o enunciado se enuncia, do processo de construção cujo enunciado seria o resultado, enfim, da própria atividade do sujeito na enunciação. Para Culioli (1990), o sujeito encontra-se diante de uma ordem que está na linguagem e apropriando-se dela, coloca-a em atividade para atingir determinado efeito significante. Coloca o sujeito como origem de um sistema de referência e de uma localização colocada em jogo pelo processo enunciativo e não como origem do processo enunciativo, pois este tem a sua origem na linguagem. É por meio de algo invariante, geral que está na linguagem que os sujeitos podem organizar o seu “propósito intencionado” na língua. Enfim, para a teoria culioliana, o que interessa é o ajustamento dos sistemas de localização, de referência, entre enunciadore e não o resultado final em si, pois o resultado pode ser o de um e não ser o de outro, pode não ser o ponto final.

1.3 A Gramática operatória

Tratamos anteriormente, das características de dois tipos de gramática. Falamos da abordagem tradicional que se restringe a tratar as unidades da língua como estáticas, preocupando-se com as terminologias e deixando de lado a variedade lingüística e o desenrolar do processo significativo na interação verbal. Apresentamos também a Gramática de usos do português de Maria Helena de Moura Neves. Nessa gramática, a realização das análises não abstrai nenhuma variedade lingüística, considera o contexto do discurso e busca correlacionar forma e sentido.

Apresentaremos, agora, uma proposta de gramática operatória fundamentada na Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli e nos trabalhos da professora Letícia Marcondes Rezende. Pretendemos, ainda, tratar de alguns pressupostos da teoria culioliana que têm repercussão em ensino de línguas como, por exemplo, a articulação línguas/linguagem, a indeterminação da linguagem, o processo de

categorização gramatical, a atividade epilingüística, a atividade metalingüística, a paráfrase.

A Teoria das Operações Enunciativas coloca no centro de todo processo significativo a indeterminação da linguagem. Distancia-se, então, do enfoque estático, ou da linguagem “pré-determinada”, que separa o léxico de suas possibilidades de organização (gramática). Nessa perspectiva a linguagem é tida como a capacidade humana de elaborar símbolos. Segundo Rezende:

A linguagem, enquanto mecanismo formal de elaboração de símbolos, fica prensada, por um lado, pelo material do extralingüístico, que, embora mutável (em consequência da atividade humana em geral), tem razoável estabilidade (propriedades físicas dos objetos, herança cultural, crenças, história das coisas, etc.) e, por outro lado, pelos sistemas de representação, que, como um filtro, recebem objetos, propriedades e relações, do extralingüístico, e os representam em uma relação de semelhança (1988, p.11)

A gramática que pretendemos explicitar, segundo a autora:

[...] seria o modo pelo qual o exercício da linguagem/forma, enquanto capacidade humana para elaborar símbolos, organiza um conteúdo/material extralingüístico (mundo físico e mental) em um sistema de representação específico, que é uma língua natural (1989, p.145).

Os sistemas de representação não precisam necessariamente ser verbais ou lingüísticos. A língua é um entre esses sistemas de representação e, assim, apresenta-se como o resultado da atividade significativa da linguagem. Dessa forma, por meio das marcas deixadas na língua durante o trabalho de significação, podemos investigar os processos que determinam a produção e o reconhecimento dos significados. Esses processos organizam-se num nível anterior à língua como produto, mas é somente por meio de marcas perceptíveis nos arranjos da língua que chegamos a eles. Trata-se, então, de buscar as invariantes que ficam na passagem do extralingüístico para os sistemas de representação das línguas.

A configuração de uma língua, de um produto, não é algo estável, finalizado. Ela foi construída e adquiriu relativa estabilidade. E justamente essa estabilidade é que permite que haja novas (des)construções. Nas palavras de Rezende, a configuração de uma língua natural é resultado da incidência ou reiteração do processo de elaboração de símbolos nos mesmos lugares. Essa caracterização leva à existência de um processo que gera produtos.

Uma abordagem estática da língua parte da existência de um mundo etiquetado que possui uma relação imediata entre a referenciação e o material extralingüístico, sem levar em conta a necessidade o esforço em busca de construções compreensíveis. No caso da abordagem dinâmica da língua, as unidades só adquirem significados quando em funcionamento. Teríamos, então, unidades interpretáveis segundo a estabilização de um entre os possíveis contextos, sendo esses contextos gerados a partir do próprio conteúdo semântico das próprias unidades. Segundo Romero-Lopes:

Se a unidade lingüística comporta uma maleabilidade, uma deformabilidade inerente, é porque fora dos enunciados não existem relações estáveis ao que ela permite configurar. Por outro lado, [...] isso não significa que não existam regularidades por trás dessas relações, visto ser a própria configuração, em si, regular. As estabilizações são produtos dos enunciados, e não uma relação *a priori* fixada (2000, p.68).

Dessa forma, a abordagem operatória repercute nas questões educacionais, pois está associada a uma imagem ativa do sujeito; se há indeterminação, há todo um esforço do sujeito em busca da determinação do que deseja significar. Assim sendo, não há interesse por um objeto fixo de análise, nem por suas formas eficientes de variação, mas pelos processos que os gera. Investiga-se, então, o processo responsável pela variação de sentido por meio da própria construção da significação.

Como não existe uma relação direta entre o que se vai representar e a realidade de fato, a análise lingüística situa-se no nível dos valores referenciais. Na teoria culioliana, as unidades lingüísticas remetem a noções, a representações. Segundo Culioli (1990), as noções são sistemas complexos de representação de

propriedades físico-culturais, ou seja, das propriedades do objeto obtidas por manipulações necessárias tomadas no interior de culturas. A noção define-se à medida que permite a criação de um domínio de referência (conjunto de virtualidades relativamente estável, mas passível de deformação) e é operatória à medida que os constituintes desse domínio organizam-se uns em relação aos outros, gerando ocorrências de noções (em forma de unidades lingüísticas que apreendem apenas aspectos da noção). Uma ocorrência não tem relação estabilizada com a noção da qual ela constitui uma realização particular. Sua determinação passa por um centro organizador (“isso tem tal propriedade”; “isso pertence ainda ao domínio dos objetos que têm esta propriedade”). Segundo Rezende, a abordagem operatória interessa-se por:

[...] defender a idéia de que qualquer entidade nocional (lexical ou gramatical) é um dêitico. [...] Não há no enforque dinâmico algumas entidades de língua que sejam mais determinadas e outras que sejam menos determinadas. [As unidades] organizam-se em configurações específicas de léxico e gramática, construindo representações. Todo e parte interpenetram-se e alteram-se (2000, p.16).

O conceito de linguagem, como atividade significativa, questiona a estabilidade das representações e, conseqüentemente, a existência de significados compartilhados. Esses significados existem, sem dúvida, mas o nosso posicionamento teórico procura saber como eles chegam a ser o que são. Na gramática operatória, trabalha-se com preconstructos nocionais. A preconstituição caracteriza-se como uma relação predicativa colocada como validada em relação a uma situação de enunciação externa ao enunciado em curso. Ela não é localizada diretamente em relação à origem enunciativa do enunciado em que ela aparece, no entanto, são as marcas deixadas nesse enunciado que permitem a sua localização. A preconstituição é uma operação propriamente lingüística, ligada à construção por um sujeito enunciador de valores referenciais. Segundo Rezende:

O conceito de sistema de “comunicação”, ora atribuído à linguagem ora atribuído às línguas, contribui para uma concepção idealizada das interações verbais, na qual os desencontros são vistos como “acidentes”, “ruídos”, “desvios”. O conceito de linguagem, enquanto “trabalho”, ao contrário, coloca o desencontro, a ambigüidade como fundamentos, e o encontro, a transparência, como conquistas (2000, p.19, grifos do autor).

O processo de produção e reconhecimento de textos acontece por meio de operações de indeterminação e determinação. No movimento de abertura, provocado pela indeterminação, o sujeito encontra-se diante de um leque de possibilidades de construção e, no movimento de fechamento (determinação), escolhe o significado que melhor se ajuste ao que quer representar. Com esta atividade, o sujeito encontra-se diante de toda a liberdade de representação oferecida pela linguagem e toda a necessidade de ajustamentos colocados em jogo pelas relações de alteridade entre enunciadores no momento da enunciação.

Uma metodologia de ensino fundamentada em atividades que busquem aflorar esse diálogo interno, esse processo gerador de significação, pode possibilitar aos alunos um melhor desenvolvimento lingüístico/cognitivo e, como conseqüência, um melhor desenvolvimento de seus recursos expressivos. Para Rezende:

Propor a indeterminação da linguagem e, conseqüentemente, a indeterminação do léxico e da gramática no ensino de línguas não só é a melhor maneira de se ensinar aos alunos como determiná-los em situações práticas de produção e reconhecimento de textos orais e escritos como também, e sobretudo, é um modo singular de se reservar um espaço ao trabalho de construção de texto feito pelos sujeitos. Desse modo ainda, o significado do texto não se fecha jamais, permanece aberto e disponível. (2000, p.21).

Propõe-se, então, que se parta da língua – do que está construído – e, por meio de um distanciamento, permitir que o aluno visualize o processo de construção – a linguagem – e que, na reorganização, consiga enxergar o seu próprio esforço em busca

da significação desejada. Conscientizar o aluno de que as significações não estão prontas, tirar dele a tarefa de memorização de formas cristalizadas, incluí-lo num processo de reconstrução de relações subjacentes a essas significações é um processo que se funda nas diferentes formas de determinação e que resultará também em diferentes formas de determinação. Diferentemente da abordagem tradicional, não se quer com essa proposta, resultados homogêneos, mas sim espaços para a subjetividade, para as diferenças. Segundo Rezende:

[...] É como se houvesse um nível mais profundo, de ordem cognitiva, que nos forçasse a trabalhar o indivíduo, a partir de seus referenciais físico-culturais, para que pudéssemos, pouco a pouco, ajudá-lo na construção de sua experiência e no modo de expressão dessa experiência (1988, p.21).

Percebemos que há uma tendência muito grande de o ensino de língua não se basear mais na abordagem tradicional. Cada vez mais as diretrizes dos vestibulares e dos concursos distanciam-se do estudo tradicional da gramática e estão mais preocupados com a criatividade dos alunos, ou seja, com uma gramática de produção e reconhecimento de textos. Mas isso não significa apenas que os profissionais da área de ensino de línguas sintam-se desobrigados a trabalhar com as questões de gramática e, de certo modo, tenham que se ocupar com atividades de produção e reconhecimento de textos visando a um resultado homogêneo, sem nenhum embasamento teórico-prático. Temos na gramática operatória, em sua proposta teórica, material para a compreensão de como funciona a nossa atividade de representação do extralingüístico, a nossa capacidade de representar o mundo, ou seja, uma escolha (uma recriação do extralingüístico) entre muitas possibilidades de representação (comparando, avaliando, aproximando, distanciando formas). Essa proposta condiz com a proposta contida nos Parâmetros Curriculares:

[...] constroem-se, por meio da linguagem, quadros de referência culturais – representações, ‘teorias’ populares, mitos, conhecimento científico, arte, concepções e orientações ideológicas, inclusive preconceitos – pelos quais se interpretam a realidade e as expressões lingüísticas. Por outro lado, como

atividade sobre símbolos e representações, a linguagem torna possível o pensamento abstrato, a construção de sistemas descritivos e explicativos e a capacidade de alterá-los, reorganizá-los, substituir uns por outros. Nesse sentido, a linguagem contém em si a fonte dialética da tradição e da mudança. [...] Nessa perspectiva, língua é um sistema de signos específico, histórico e social, que possibilita a homens e mulheres significar o mundo e a sociedade. Aprender a língua é aprender não somente palavras e saber combiná-las em expressões complexas, mas aprender pragmaticamente seus significados culturais e, com eles os modos pelos quais as pessoas entendem e interpretam a realidade e a si mesmas (1998, p.20).

A gramática operatória, fundamentada na linguagem definida como atividade de construção de representação, insere o sujeito na origem do processo de atribuição de significados e na investigação das particularidades de cada significação (invariância) por meio da atividade epilingüística, ou seja, por meio da simulação de um diálogo interno não controlado, uma atividade metalingüística que passa na mente dos sujeitos, sejam eles produtores ou reconhecedores de textos, sem que eles tenham consciência dela. O enunciador, por meio dessa atividade, remete a representação em causa ao seu centro organizador; trata-se de uma tentativa de explicar para o seu co-enunciador o sentido de um enunciado precedente. Teríamos, por exemplo: “o que eu queria dizer com o que eu disse é...”. Nos Parâmetros Curriculares encontramos uma valorização da linguagem e da atividade epilingüística:

A atividade mais importante [...] é a de criar situações em que os alunos possam operar a própria linguagem, construindo pouco a pouco, no curso dos vários anos de escolaridade, paradigmas próprios da fala de sua comunidade, colocando atenção sobre as condições e diferenças de formas e de usos lingüísticos, levando hipóteses sobre as condições contextuais e estruturais em que se dão. É a partir do que os alunos conseguem intuir nesse trabalho epilingüístico, tanto sobre os textos que produzem como sobre os textos que escutam e lêem, que poderão falar sobre a linguagem, registrando e organizando essas intuições (1998, p.28)

Os sujeitos se apropriam dos conteúdos, transformando-os em conhecimento próprio, por meio da ação sobre eles, mediada pela interação com o outro. Não é diferente do processo de aquisição e desenvolvimento

da linguagem. [...] É na prática de reflexão sobre a língua e a linguagem que pode se dar a construção de instrumentos que permitirão ao sujeito o desenvolvimento da competência discursiva para falar, escutar, ler nas diversas situações de interação (1998, p.34)

A abordagem operatória nos faz repensar até mesmo a questão do “rascunho” na atividade de produção de textos. Na maioria das vezes, o professor pede ao aluno que “passe a limpo” o seu texto com o objetivo de eliminar possíveis hesitações, autocorreções, reelaborações, ambigüidades, rasuras, repetições, considerados “erros”, “lapsos” que atrapalham no momento da “correção” e desvalorizam o trabalho do aluno. Essas ocorrências que fogem do homogêneo pretendido pelo professor e pela escola, refletem o esforço do aluno no processo de representação. Sendo assim, elas poderiam ser usadas em atividades para a conscientização do papel regulador da linguagem no processo de construção de significados na interação verbal. Vejamos, como exemplo, a seguinte ocorrência da língua falada: “eu estou morando em Botafogo que é o bairro onde eu sempre morei... quer dizer morei desde criança, desde dez anos...”. O enunciador vai construindo sua representação, pensando a todo tempo como ela é recuperada pelo co-enunciador e por essa razão, quando acredita necessário, vai reconstruindo-a, ou seja, limitando o possível alcance da representação antecedente: “eu estou morando em Botafogo (‘atualmente?’... Não.) que é o bairro onde eu sempre morei (‘desde que nasceu?’... Não.)... quer dizer morei desde criança (‘com que idade, então? Um ano? Dois anos? Três anos?’... Não.), desde dez anos...”. Nesse fragmento podemos flagrar a própria atividade de regulação, de ajustamento intersubjetivo, o custo enunciativo implicado numa escolha entre muitas outras possíveis. Quando estamos diante do resultado considerado “ideal”, fica mais difícil enxergarmos esse diálogo, essa alteridade entre enunciador e co-enunciador, baseada na identificação e na diferenciação.

Voltando à discussão sobre o nosso objeto de pesquisa – o estudo da marca apesar de –, partimos, então, de uma abordagem tradicional, estática, a qual trata essa marca ora como uma locução prepositiva, sem relacioná-la à concessão, ora como locução conjuntiva concessiva, quando acompanhada da partícula que ou de verbos no infinitivo. Observamos também um estudo o qual analisa os diferentes usos dos

marcadores concessivos – a Gramática de usos do português de Maria Helena Moura Neves. Esta última abordagem, por sua vez, distancia-se da tradicional e analisa as unidades lingüísticas inseridas no processo de interação verbal. No caso das construções concessivas, investiga-se como a ordem e os diferentes modos dessas construções, refletem as intenções desse sujeito em relação ao seu interlocutor.

A abordagem operatória, a qual fundamenta o nosso estudo, não trabalha com divisões como a abordagem tradicional; trabalha-se com unidades lexicais e gramaticais num espaço de construção anterior à existência dessas categorias, no qual se investiga o funcionamento das unidades lingüísticas e sua contribuição para a significação do enunciado. Como dissemos anteriormente, essa perspectiva também se difere do tratamento funcional, pois se preocupa, menos com os resultados e mais com o caminho linguagístico pelo qual o enunciador passou, gerando significados eficientes ou não. O enunciador procura construir valores referenciais de tal modo que o co-enunciador possa reconstruir essa atividade de significação, mas a significação visada é apenas uma entre as significações possíveis. Um estudo fundamentado nessa teoria, tomando como base o exame dos termos colocados em relação nos diferentes domínios, procura desvendar a natureza das marcas na atividade lingüística e trazer à tona mecanismos generalizáveis que, por sua vez, possibilitam uma multiplicidade de valores. E justamente o modo como se organiza essa variação de sentido é que nos permite chegar ao princípio regulador de cada unidade lingüística. Cabe ressaltar que não se trata de localizar uma invariância da unidade sob a forma de um conteúdo, mas de demonstrar como a variação de sentido é regida por uma organização regular. Pensando na marca apesar de, teremos para cada ocorrência um modo singular de colocar em jogo procedimentos comuns ao funcionamento concessivo. A partir de um mesmo núcleo invariante, podemos ter ocorrências intervindo, por exemplo, nas categorias da quantificação, do aspecto, da modalidade, do tempo. Desse modo, por meio das múltiplas variações de significação e dos modos de construção envolvendo a marca apesar de, pretendemos dar conta das causas e conseqüências desse uso no plano enunciativo.

CAPÍTULO II

A TEORIA DAS OPERAÇÕES ENUNCIATIVAS

Introdução

Neste capítulo apresentaremos os pressupostos da Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli⁶. Destacaremos alguns pontos importantes sobre o processo de estruturação dos enunciados como a relação primitiva, a relação predicativa, a relação enunciativa, o domínio nocional, a referenciação, as operações modais, as operações aspectuais, os ajustamentos intersubjetivos, entre outros.

Continuaremos, no decorrer do trabalho, inserindo outros conceitos da teoria enunciativa culioliana.

2.1 Linguagem e línguas

A linguagem é uma capacidade humana para elaborar símbolos. É a linguagem, enquanto atividade simbólica possibilitando a abstração, que organiza e desenvolve o pensamento.

A linguagem tem um comportamento complexo que envolve outras manifestações além das línguas, como por exemplo, a percepção, os gestos que, segundo Culioli, misturam-se a uma atividade inter-humana, fundida sobre uma rede de hábitos psicofisiológicos e de estruturas inconscientes.

Existe uma tendência em confundir a realidade extralingüística e a língua como se houvesse uma adequação geral da linguagem num mundo de objetos e de conceitos estáticos, como se a nossa língua fosse um modelo para as demais. Ignoramos, assim, o que é a linguagem, a sua estrutura e seu funcionamento. Segundo

⁶ Para a organização deste capítulo, recorreremos ao suporte teórico desenvolvido pelo lingüista Antoine Culioli ora contido em suas próprias obras, ora exposto por autores ligados a sua teoria.

Culioli, reduzir a linguagem à transmissão de informações pré-regradas traz à tona a idéia de um universo que não necessita de adaptabilidade nenhuma. Para o teórico:

[...] o fato de que ela possa ter uma atividade de comunicação supõe ao contrário que haja ajustamento, que haja esse trajeto vertiginoso, a saber, a produção por um sujeito de um arranjo textual tal que este último seja reconhecido por um outro sujeito como produzido a fim de ser percebido como interpretável e, no final do percurso, interpretado de uma maneira ou de uma outra⁷ (1999a, p. 11).

Seria muito simples se tivéssemos um modelo simplificado de linguagem, um universo todo etiquetado que implicasse numa harmonia prévia entre emissor e receptor. No entanto, a linguagem não nos reserva tal transparência e, segundo Culioli:

[...] um mal-entendido pode nos revelar a ambigüidade constitutiva das línguas naturais; as palavras, mediadoras por excelência, nos fazem experimentar sua opacidade e nos revelam que não há uma relação imediata entre os termos e as coisas. Nós temos então o sentimento que as palavras nos traem, interpondo-se entre nós e o “indizível”, este “indizível” que nós não chegamos a exprimir na cadeia sonora (1967, p. 65).

O próprio momento de comunicação necessita de ajustamentos tanto do emissor quanto do receptor – na teoria culioliana chamados, respectivamente, de enunciador e co-enunciador. O enunciador é seu próprio co-enunciador e o co-enunciador é um enunciador virtual que não tem ainda exteriorizado sua resposta. Os sujeitos envolvidos procuram manter uma relativa estabilidade para que haja compreensão. Há sempre uma circularidade parcial, ou seja, perdas na comunicação, mesmo no caso de um monólogo.

A atividade da linguagem não se resume em um processo programado de transmissão e recepção. Para Culioli, a linguagem é um modo de pensamento, um

⁷ Optamos por traduzir todas as citações e referências que não estavam em português.

sistema de representação entre outros sistemas de representação. É a capacidade humana de construção de representação, referenciação e regulação, observável por meio das línguas. Pode funcionar para propósitos comunicativos porque é regulada e relativamente estável interindividualmente.

Para a teoria culioliana, a linguagem deve ser vista como um processo que envolve um conjunto de operações heterogêneas, isto é, um conjunto de construções realizadas pelos sujeitos envolvidos em cada situação. Desse modo, toda manifestação da linguagem insere-se numa situação, na qual se encontram os sujeitos falantes, e que possui certamente traços particulares do momento, traços situacionais. Existem traços, porém, que não variam, mas realizam-se em cada língua de modo variável: aqueles que caracterizam os sujeitos falantes na situação (estilo indireto, modalidade eventual, o irreal, etc.).

Sabemos que a linguagem não é um decalque da realidade e nem poderia, pois cada comunidade apreende a realidade extralingüística de maneira diferente segundo suas necessidades, sua cultura, construindo a linguagem por meio de uma combinatória que admite soluções múltiplas. No entanto, precisamos ancorar as línguas naturais em situações. Segundo Culioli (1967, p. 67), escrever, falar “é utilizar uma técnica específica que permite adaptar-se a situações sempre novas, é aplicar um sistema de signos gerais a problemas individuais e particulares”. É por meio da língua, sob a forma de textos orais ou escritos produzidos e reconhecidos pelos sujeitos, que podemos investigar os processos que determinam essa produção/reconhecimento e buscar regularidades. É a autonomia da linguagem rumo à coerência, sua característica adaptável que sustenta a possibilidade de ser estruturada sem ser rígida, estável, sem ser imutável.

Essa procura de regularidades, de invariantes que garantam a variação é uma preocupação muito presente na Teoria das Operações Enunciativas. Articulando linguagem e diversidade das línguas naturais, Culioli visa a construir uma teoria que possa reconduzir a um formato comum de tal maneira que os dados sejam contrastáveis, possibilitando a passagem de uma língua à outra. É um tipo de organização dos fenômenos que são específicos para uma língua particular no interior de uma estrutura geral.

Para alcançar seu objetivo, Culioli recorre à análise da estrutura e funcionamento das línguas naturais, observando a atividade da linguagem, incluindo nessa análise as deformabilidades que geralmente são descartadas, ou consideradas exceções, desvios, falhas de comunicação, etc. Todos os tipos de textos, orais ou escritos, interessam à Teoria das Operações Enunciativas, pois seu objetivo é analisar as marcas lingüísticas de operações da linguagem e, muitas vezes, aqueles que são desprezados por outras análises lingüísticas, contém o que há de mais essencial para a visualização dos ajustes entre um enunciador e outro.

Por meio da relação que existe entre a atividade da linguagem e as configurações das línguas naturais sob a forma de textos, Antoine Culioli (1999a, p. 31), propõe construir um modelo que não reduza a linguagem e nem a lingüística a “uma coleta de fenômenos individuais”. Enfim, Culioli toma por objeto a atividade lingüística tal como ela se manifesta na língua e por meio dela procura determinar a ordem das manifestações. A teoria culioliana investiga a produção/reconhecimento com o intuito de chegar aos mecanismos que foram colocados em jogo pelos sujeitos.

2.2 Produção e reconhecimento

Vimos anteriormente que as unidades lingüísticas não têm um estatuto estável. Na teoria culioliana, as unidades lingüísticas não são distribuidoras de sentido por elas mesmas, mas contribuem de modo específico para construir sentido num meio textual dado. Portanto, estuda-se o movimento da unidade significativa, o caminho pelo qual ela chegou a construir a intenção de significação durante a interação verbal.

Nessa reflexão, a não correspondência termo a termo leva ao reconhecimento de uma regulação na atividade de significação que permite que seqüências textuais (ou mesmo uma unidade lingüística) sejam produzidas e interpretadas numa determinada situação. Por exemplo, quando dizemos: “eu quero a minha Caloi”, a substituição de “bicicleta” por “Caloi” (nome identificador da empresa fornecedora de bicicletas) não é arbitrária. A ocorrência sempre próxima de “bicicleta” e de “Caloi” nega a

arbitrariedade: a linguagem está no mecanismo que permite o movimento que vai da primeira para a segunda e da segunda à primeira ocorrência. A identidade entre as duas unidades caracteriza-se não por um valor, mas por um funcionamento. A linguagem envolve a capacidade de recuo, de abstração maior ou menor sobre a analogia e reorganização de modo diferente.

No momento da interação entre sujeitos, a utilização de unidades significativas passa por um diálogo interno, definido por Culioli por epilingüístico⁸. É um processo interno não controlado, uma atividade metalingüística que se passa na mente dos sujeitos, sejam eles produtores ou reconhecedores de textos, sem que eles tenham consciência dela. O sujeito contorna o que vai representar ou investe no que está representado, construindo e reconhecendo formas mediante o léxico e a sintaxe de acordo com sua experiência. O sujeito não se encontra numa posição exterior a essas operações, ele é o próprio produto delas: distante da concepção fixa de objeto, o estudo da linguagem está associado a uma imagem ativa do sujeito. As significações não são dadas como prontas, acabadas: tanto no reconhecimento quanto na produção é preciso reconstruí-las. Somente o sujeito é capaz de estruturar e organizar por si próprio os dados da língua de tal modo que o resultado acaba por conter traços de sua própria atividade. E essa proximidade implicará na possibilidade de se estabelecer um sistema gerativo de novas associações.

Para Culioli (1990, p.26), a significação “não é veiculada, mas (re)-construída. A relação entre produção e reconhecimento supõe a capacidade de ajustamento entre os sujeitos”. E essa capacidade raramente resulta em um ajustamento estrito. Para a teoria culioliana, a atividade da linguagem não consiste em veicular sentido. Ela é um incessante “colocar em relação”, é produção e reconhecimento de formas enquanto traços de operações (de representação, de referenciação e regulação).

⁸ A criação do termo epilingüístico é atribuída a Culioli em AUROUX, S., 1989, p. 18.

2.3 Operações da linguagem

Definimos anteriormente a linguagem como atividade significativa de representação que se torna acessível por meio dos textos. Os textos, por sua vez, são arranjos de marcadores que contém traços das operações da linguagem.

Ao analisarmos as classificações dos textos (tratando-se de uma unidade significativa ou de uma seqüência), verificamos que mesmo num nível de classificação bem rudimentar, podemos notar a existência de uma diversidade de realizações e categorias. Segundo Culioli (1999a, p.95), essa situação resulta do fato de que “as línguas não são irredutivelmente específicas”. Por essa razão, a proposta culioliana, como já mencionamos, consiste em “pesquisar as invariantes que fundam e regulam a atividade da linguagem, tal como ela aparece através das configurações das diferentes línguas”. Partindo da possibilidade de utilizar uma metalíngua de alcance universal, Culioli (1999a, p. 96) tem como objetivo “reconstruir por uma atitude teórica e formal do tipo fundacional, as noções primitivas, as operações elementares, as regras e esquemas, que engendram as categorias gramaticais e os próprios arranjos de cada língua”.

Ao aderirmos à proposta culioliana, precisamos ir além das propriedades classificatórias e etiquetagens, procurando caminhar em direção àquela que Culioli chama de “teoria dos observáveis”. A partir de uma classe de fenômenos, muitas vezes recuperados pela constituição de famílias de enunciados em relação parafrástica, fazer aparecer problemas e construir procedimentos que caminhem para a solução. Desse modo, poderemos retornar aos fenômenos observados e enxergar nele os ajustes realizados. Ao trabalharmos com a proliferação dos fenômenos envolvidos com tal arranjo da língua, conseguiremos demarcar o que pode variar e o que continua invariável. E essa especificidade de cada arranjo, esse princípio de regulação, é interno à linguagem e somente é alcançado pela análise das operações das quais ela é constitutiva.

2.3.1 Operação de Representação

As operações de representação agem, elas mesmas, sobre três níveis de representação. O primeiro nível (nível I), que segundo Culioli não é um nível inicial absoluto, é aquele de nossas representações mentais ligadas a nossa atividade cognitiva e afetiva. Neste nível são organizadas nossas experiências construídas em relação ao mundo, aos objetos, à cultura a qual pertencemos. Não existe separação radical entre as propriedades físicas, fora cultura, e as propriedades saídas de uma cultura. Segundo Culioli:

Essas propriedades físico-culturais vão ser organizadas em noções, pela constituição de um domínio munido de propriedades formais. As noções são representações inacessíveis enquanto tais, mas que nós apreendemos por meio desses traços materiais que são os textos (trata-se, de fato, sobretudo de traços textuais, mas levam-se em conta também os gestos, aqui compreendidos como os gestos faciais que são as mímicas e os gestos fônicos que são a prosódia ou a entonação) (1999a, p. 162).

Esses traços textuais nos fornecem o segundo nível (nível II), o das representações lingüísticas, dos arranjos de marcadores. Faz-se necessário acrescentar que Culioli usa o termo “arranjo” por não se tratar de quaisquer formas, mas formas que envolvam regras de boa formação, e usa o termo “marcador” como remetendo à indicação perceptível de operações mentais, que fazem passar dos traços do primeiro nível ao segundo nível, lugar no qual se dispõem os traços sob a forma de enunciados. O conceito de marcador exclui toda a separação entre léxico e gramática, pois, segundo a colocação de Culioli, “não existe categoria gramatical sem componente lexical, do mesmo modo que não existe léxico que não comporte propriedades formais de ordem gramatical. Em resumo, toda gramática é gramática lexical” (1999a, p.163).

O terceiro nível de representação (nível III) é o metalingüístico ou aquele que nos fornece as representações metalingüísticas das representações do nível II. Culioli observa que esse nível não se reduz àquele que o lingüista explicita quando elabora um

sistema de representação metalingüística. É mais abrangente em razão de apreender a atividade metalingüística não-consciente do sujeito (atividade epilingüística – ver item 2.2). Essa atividade epilingüística mistura-se com a atividade metalingüística explícita, cada vez que o sujeito reflete sobre sua experiência de uma ou mais língua (s). Esse último nível só pode ser reconstituído a partir do segundo, que é, por sua vez, representação do primeiro.

Temos, então, três níveis de representação: nível I (linguagem – noções/operações); nível II (línguas/arranjos de marcadores) e nível III (metalingüístico). As unidades do nível II são marcadores de operações do nível I, ao qual apenas temos acesso unicamente por meio dos traços que são os marcadores. O trabalho metalingüístico, por sua vez, consistirá em reconstruir as operações e as cadeias de operações em que tal forma empírica é o marcador. Todos esses níveis são comuns a todas as línguas, variam apenas os valores referenciais ligados à cultura nas quais as línguas estão inseridas.

A operação de representação é o próprio processo de categorização. De acordo com Culioli, “uma categoria é o produto de um colocar em correspondência representações de nível I, de um lado, e de marcadores de nível II, de outro (esses marcadores são dispostos em redes, próprias a uma língua dada: teremos, então, um jogo específico de marcadores, ao qual associamos uma rede de valores)” (1999a, p. 164).

2.3.2 Operação de Referenciação

A operação de referenciação é inseparável daquela que diz respeito às representações. Para Culioli, refere-se à construção do espaço de referência na qual vão ser localizadas as representações de estados de coisas, a fim de que estejam munidos de valores referenciais (antes de ser estabilizada, a representação remete a caminhos possíveis, a espera de uma atitude do sujeito).

Construir um sistema de referência, segundo Culioli, é uma questão bem complexa:

[...] o sistema de referência não é fornecido todo constituído, mas é construído por um sujeito que é parte integrante do sistema. Assim, não temos o caso de um observador exterior, munido de um referencial objetivável, mas tudo se passa como se o sujeito se constituísse como origem do sistema de referência. Acontece que, esse sujeito deve construir o sistema em relação a um outro sujeito a quem ele quer fazer partilhar sua representação; situação complexa, pois, excetuando a operação de apontar (quando temos o caso do visível e que o interlocutor está presente), nós não possuímos referencial externo e pré-ajustado que funcionaria de sujeito a sujeito (1999a, p. 167).

Diante da colocação de Culioli, percebe-se a necessidade de se construir um sistema de referência estável e ajustável, que permita ao interlocutor (co-enunciador) reconstruí-lo a partir dos enunciados. É essa possibilidade de reconstruir o sistema de referência e, conseqüentemente, a operação de referenciação, que garante a produção e o reconhecimento dos textos: a operação de referenciação está ligada a ajustamentos inter-sujeitos e implica uma estabilização necessária, sem a qual nenhuma mudança seria possível.

Acrescenta-se que o próprio sujeito enunciador, enquanto origem referencial, pode representar-se e ser representado como móvel, como diz Culioli, “ao fio do tempo”. Quando é esse o caso,

[...] a representação associada é aquela de um sujeito que vai em direção dos acontecimentos, seja como ele os experimenta, como os aceita ou os põe em movimento (daí valores modais e aspectuais ligados à antecipação: cessação; desejo; necessidade; capacidade; predisposição; facilitação ou obstáculo) (CULIOLI, 1999a, p. 169).

Quando o sujeito-origem se representa como fixo, ele se constrói como sendo a origem desconectada, olhando os acontecimentos se produzirem. Teremos modos de referência do tipo: genericidade; constatação; imaginário.

Resumindo, na teoria culioliana, temos construção de valores referenciais e não referentes estáveis. Para Culioli, não há correspondência termo a termo entre enunciados e realidade extralingüística, portanto, há sempre construção de referência.

2.3.3 Operação de Regulação

A operação de regulação não se separa das operações de representação e referenciação. Essa operação envolve uma série de ajustamentos que colocam em jogo relações de alteridade entre enunciador e co-enunciadores, baseadas na identificação e na diferenciação.

A operação de regulação implica ao mesmo tempo uma estabilidade e uma deformabilidade dos objetos colocados em relações dinâmicas. Segundo Culioli:

[...] sem estabilidade, não haveria ajustamento regular, nem comunicação, qualquer que seja o alcance que damos a esse termo, e a interação somente seria uma sucessão de acontecimentos sem coerência.[...] Mas a estabilidade não saberia ser confundida com a rigidez ou com a imutabilidade. Os fenômenos lingüísticos formam sistemas dinâmicos que são regulares, mas com uma margem de variação devido a fatores de grande diversidade: temos o caso de fenômenos que são ao mesmo tempo estáveis e plásticos (1990, p. 129).

No processo de estruturação dos enunciados, o enunciador vai regular suas representações por meio da representação que acredita ser a do co-enunciador. Para a teoria culioliana, os princípios de regulação são internos à linguagem e, por meio da variação de seu “colocar em atividade”, observáveis nas línguas. A regulação, como também a representação e a referenciação, são operações que permitem aos indivíduos

produzir e reconhecer formas por meio dos traços dessas operações deixados nas línguas.

Acreditamos que essa colocação de Culioli sintetiza a tripla atividade de representação, referenciação e regulação:

[...] as relações entre a linguagem e as línguas serão sempre inesgotáveis, pela simples e profunda razão que somos colocados em um jogo complexo de imagens e de práticas. Não há origem absoluta, mas há invariância. Não há práticas uniformes, mas, quaisquer que sejam (comunicação utilitária, discurso técnico, criação literária, tradução, etc.), elas nos reconduzem sempre ao nosso horizonte de referência, que organiza nossa atividade de representação. [...] Há sempre alteridade, há sempre equivalência (1999a, p. 178).

Compreendemos assim que os textos não têm sentido fora da atividade significativa dos enunciadores. Na teoria culioliana, a significação de um enunciado provém dessa acomodação intersubjetiva.

2.3.4 Operação de determinação⁹

A teoria culioliana sustenta a hipótese de que o conjunto das operações enunciativas reconduz-se por um operador único – o operador de “determinação” \underline{c} . É um operador subdeterminado, cuja função é “colocar em relação”. Nas palavras de Franckel e Paillard (1998, p. 55), “todo termo (no sentido mais amplo: seqüência, frase, unidade lexical, etc.) encontra-se colocado em uma relação com um outro termo, previamente dado, e que tem por consequência nessa relação sempre assimétrica o estatuto de delimitador”¹⁰. O operador \underline{c} pode tomar um número limitado de valores de

⁹ O termo original em francês é *repérage*. Trata-se de uma operação de busca, de procura e ao mesmo de localização por meio de “pontos de referência”. Sendo difícil a tradução para o português, optamos por determinação.

¹⁰ Numa operação de determinação $\mathbf{a} \underline{c} \mathbf{b}$, \mathbf{b} é o termo *repère* e \mathbf{a} o termo *repéré*. Adaptaremos ao português como delimitador e delimitado.

base: de “identificação”, por exemplo, $a \underline{c} a$; de “determinação”, na qual, determinamos um termo a em relação a um termo b , por exemplo, $a \underline{c} b$, que comporta uma leitura dual $b \underline{c} a$ ¹¹. Culioli complementa essas relações da seguinte forma:

[...] Se existe entre o termo da esquerda e o termo da direita uma relação composta, de identificação (parcial) e de determinação (como: *este livro é um dicionário*: (1) identificação entre *este livro* e *um dicionário* (2) determinação, *livro é determinado em relação à classe Dicionário*, ou a classe *Dicionário* contém *este livro*.), falaremos de relação de *pertinência* (1999b, p. 45, grifos do autor).

A questão da alteridade é de suma importância para a Teoria das Operações Enunciativas. O operador \underline{c} coloca os termos envolvidos na construção de um enunciado, sejam eles a e b , em relação de alteridade, $a \underline{c} b$, e reformula essa alteridade primeira como uma relação assimétrica: a é determinado por b . Não existe relação direta entre termo delimitador e termo delimitado. As propriedades de a e de b são colocadas em jogo no momento da operação de determinação e a alteridade manifesta-se tanto entre a classe dos delimitáveis e dos delimitadores quanto no interior da própria classe. Por exemplo: “O menino está no quarto”, “menino” e “quarto” têm propriedades que tendem a estabelecer “quarto” como delimitador antes que o inverso. No entanto “quarto” não é um delimitador em si, estabeleceu-se como tal no momento da relação com os termos envolvidos. Num outro exemplo, como: “A casa tem um quarto”, “quarto” passa a ser o delimitado.

A operação de determinação é a operação de base na construção da referência. Ela intervém em todos os níveis. Segundo Culioli:

[...] o conceito de determinação está ligado ao conceito de localização relativa e àquele de orientação. Dizer que x está determinado em relação a y significa que x está localizado (no sentido estrito do termo), situado em relação a y , que este último, que serve de delimitador (ponto de referência), seja ele mesmo delimitado em relação a um outro delimitador, ou a um

¹¹ A análise da diferença entre exemplos do tipo 1. “Ricardo tem uma bicicleta” e 2. “A bicicleta é de Ricardo” conduziu Culioli a introduzir o operador \underline{c} e à oposição entre relação determinista, ex. 2 / não determinista, ex. 1.

delimitador origem ou que seja ele mesmo origem. Nada impede que um termo seja determinado em relação a ele mesmo, que um termo que era delimitador numa primeira relação venha a ser em seguida termo delimitado, ou que dois termos estejam numa relação recíproca de delimitador e delimitado (1999a, p. 97, grifos do autor).

Cabe acrescentar que, no momento da operação de determinação, na qual um termo **a** (ou **x**, como coloca Culioli) é delimitado em relação a um termo **b** (ou **y**), a operação fornece a **a** (ou **x**) um valor referencial (determinação de uma propriedade) que não possuía antes. Trata-se de uma operação a qual encontramos nos mais variados fenômenos: na construção das relativas, na topicalização, nas relações interproposicionais, nas operações de anáfora, nas relações de dêixis. Esse conceito permite um trabalho (trans)categorial (religando determinação, modalidade e aspecto): o objeto adquirindo um valor determinado graças a um sistema de determinação.

2.3.5 Operações constitutivas de um enunciado

2.3.5.1 Relação primitiva e o esquema de léxis

O esquema de léxis¹² é uma estrutura em forma de tripla¹³ que aparece em todos os níveis de construção do enunciado. Trata-se de um esquema primitivo que permite que algo seja previamente colocado num nível do “dizível”, que permite a passagem do mundo para a língua, do extralingüístico para o lingüístico. Esse esquema desencadeia um fato, envolve forças para que um objetivo seja alcançado. Cada um dos termos da léxis remete a uma noção. Segundo Culioli (1999a), esses termos são compatíveis com uma ordem, mas não estão ainda ordenados. Acrescentamos aqui,

¹² Optamos não por traduzir, mas por adaptar o termo francês *lexis* ao português, acentuando-o.

¹³ Esta colocação não remete à produção de enunciados simples do tipo: sujeito – verbo – complemento; visa apenas a dar conta do fato de que há, sempre no início, o estabelecimento desta tripla, cuja orientação vai depender das propriedades dos termos envolvidos. Poderíamos ter, por exemplo, A rosa murchou: < rosa, murchar, rosa >.

que uma léxis, segundo Culioli, “resulta da instanciamento de um esquema por termos construídos por si só a partir de noções” (1999a, p. 101).

É a partir do esquema de léxis, numa relação primitiva, que construiremos o predicado (termo que coloca em relação os argumentos) e os argumentos. Cada elemento envolvido nessa relação é uma noção e a partir de uma noção, como veremos mais adiante, construímos um domínio nocional. Portanto, a relação primitiva é uma relação entre domínios nocionais, ou ainda, entre feixes de propriedades constitutivas das noções.

2.3.5.2 Relação predicativa

Toda relação predicativa pressupõe uma relação primitiva.

Como o mesmo esquema de léxis pode gerar muitas relações predicativas, é uma decisão do enunciador privilegiar um ou outro elemento em torno do qual se vai organizar o enunciado (ponto de partida). Não se trata de uma escolha aleatória, vai depender de preconstructos e de perguntas às quais os enunciados são respostas. Por exemplo, a partir da léxis: <menino, bicicleta, comprar>, podemos ter, entre outras organizações: 1. “O menino comprou uma bicicleta”; 2. “A bicicleta foi comprada pelo menino”. No caso 1., “o menino” é o ponto de partida, no exemplo 2., “a bicicleta” é o ponto de partida. Não há necessariamente correspondência entre a organização da léxis e a organização do enunciado: a léxis tem a propriedade de gerar formas derivadas, isto é, uma família de relações predicativas que se constituem em uma família parafrástica de enunciados.

O enunciador vai organizar seu pensamento em relação a uma situação e em relação ao co-enunciador, orientando a relação, escolhendo o ponto de partida do enunciado. Na localização desse termo de origem, ou de referência, identificamos o termo próprio para determinada situação de enunciação por meio da diferenciação baseada na alteridade: “algo é”, considerando o que “não é”. Acionam-se nesse momento três relações: “identificação”, “diferenciação” e “determinação”. A determinação acontece no momento da escolha do termo de origem, que vai servir de

delimitador, de “centro atrator”, para o resto da relação construída. Tomemos o exemplo acima: “O menino comprou uma bicicleta”; “menino” é o elemento delimitador e “bicicleta” é o elemento delimitado. A identificação decorre da determinação: no momento em que um determinado elemento é delimitado, também é identificado entre outros, assegurando certa estabilidade daquilo que é delimitado e construindo ao mesmo tempo uma atividade de referências que implica uma atividade de diferenciação. Tomemos o mesmo enunciado: “O menino comprou uma bicicleta”; o objeto que o “menino comprou” e que o enunciador reconhece possui propriedades referenciais estáveis que permitem identificá-la como uma “bicicleta”, diferenciando-a, por exemplo, de uma moto, que representa um possível “outro”.

Inicia-se, então, simultaneamente, a relação enunciativa.

2.3.5.3 Relação enunciativa

As operações que ocorrem na relação enunciativa ancoram a relação predicativa na situação de enunciação, constituindo assim os enunciados, a significação. Determina-se, então, por meio de um ato discursivo, o que foi aberto e indeterminado pelas relações primitivas e predicativas. A enunciação para Culioli é um ato de construção realizado por um determinado enunciador, numa dada situação, envolvendo a intenção do co-enunciador (que assume simultaneamente o papel do enunciador, criando uma situação de co-enunciação). Segundo Vignaux, no nível do enunciado, essa validação da referência:

[...] vai depender do ponto de vista daquele que enuncia em relação ao que ele supõe ser o pensamento ou a posição de seu interlocutor e o que ele visa construir como sentido, deslocando certo número de significações anteriores, presentes ou possíveis (1995, p. 573).

Nessa etapa organizam-se os domínios nocionais e são oferecidos valores referenciais: o pré-enunciado passa a enunciado por meio de operações de determinação e de aplicação das categorias de tempo, aspecto e das modalidades. Por exemplo, em: < menino, bicicleta, comprar > para “O menino comprou uma bicicleta”, temos uma modalidade assertiva (o sujeito assume a predicação), marca de tempo e aspecto, e “menino” determinando “bicicleta” e “bicicleta” sendo determinada por “menino”.

Como foi dito, nessa etapa organizam-se os domínios nocionais. Há a formação de idéias gerais das coisas (ligadas a experiências físicas, culturais do mundo), variando segundo as experiências. Cada sujeito tem o seu domínio nocional, mas por meio do empírico obtemos os mecanismos formadores dessas idéias gerais partindo das realizações do particular.

Essas etapas aqui apresentadas não acontecem desarticuladas. A “forma primitiva” vai evoluindo até chegar à enunciativa, construindo representações.

2.4 O enunciado

Temos visto no decorrer da apresentação da teoria que Culioli toma por objeto a atividade linguagística que a língua manifesta nos enunciados. Estuda o enunciado não reduzido a uma forma gramatical, mas colocando em jogo suas próprias condições de enunciação. No que se refere à enunciação, trata-a como um processo que restituímos a partir do enunciado. Portanto, o enunciado é o material a ser estudado. A sua produção envolve uma série de operações. Segundo o teórico, “enunciar é construir um *espaço, orientar, determinar, estabelecer uma rede de valores referenciais, em resumo, um sistema de determinação*” (1999b, p. 44, grifos do autor). Todo enunciado é localizado em relação a uma situação de enunciação que é definida em relação a um sujeito enunciador e a um tempo de enunciação. Segundo Culioli, o enunciado:

[...] não é uma simples ocorrência material, mas é também um constructo teórico, que podemos definir como um arranjo de marcadores (isto é, de traços de operações), localizado em relação a um sistema complexo de coordenadas enunciativas. O primeiro enunciador (locutor) constrói o enunciado, isto é, designa um arranjo regulado de marcadores, de modo que o co-enunciador (interlocutor) ajuste seu sistema de determinação, graças ao enunciado (entre outros índices) e reconstrua as operações que o texto deixa o traço (1978a, p. 486).

O enunciado está ligado à noção de boa formação. Na teoria culioliana as regras de boa formação enunciativa não correspondem necessariamente às regras de boa formação da frase. Culioli coloca que um exemplo como “O gato come doces”¹⁴ “é uma frase bem formada, que poderemos encontrar em um manual de leitura, como título de uma narração ou para acompanhar uma ilustração” (1999a, p. 129). No entanto, para que seja um enunciado bem formado, precisamos de um localizador, tal como “há”, que marque a localização em relação à situação de enunciação. Vejamos o exemplo complementar: “(Mamãe! Há) o gato (que) come doces”. O outro exemplo proposto pelo teórico é: “Eu, meu irmão, as mobiletes, ele as conserta gratuitamente”, sobre o qual diz tratar-se de “um enunciado bem formado, sobre o qual podemos representar de modo rigoroso o encadeamento das operações de determinação” (1999a, p. 129).

Percebemos, então, que a aceitabilidade dos enunciados está ligada aos ajustes necessários a cada situação de enunciação. A não aceitabilidade resultaria de uma formação que estreita o tipo de contexto no qual podem ser inseridos. O exemplo “O gato come doces”, dado por Culioli, traz dificuldades ao procurarmos condições de enunciação nas quais esse enunciado possa aparecer naturalmente sob tal forma. De um lado consideram-se contextos nos quais uma forma seria largamente aceita e, de outro, os ajustes necessários àqueles para os quais a aceitação não seja tão atestável. Assim, o conceito de enunciado, juntamente com a relação linguagem/línguas, conduz ao problema central das invariantes e da deformabilidade em lingüística.

¹⁴ Tradução nossa.

A teoria culioliana não se baseia na observação de “dados” simplificados, não exclui os fenômenos da língua e nem os resolve por meio de “asteriscos”, e por essa razão não recusa a construção de um sistema dinâmico por meio da introdução do conceito de léxis. O trabalho do lingüista recai, então, sobre as condições que tornam um enunciado interpretável. Culioli sintetiza:

[...] os enunciados são finalmente o produto de uma instanciação de um esquema de léxis, ele mesmo situado no espaço de referência regulado. Assim, generalizando, podemos reconduzir a construção de um enunciado à (1) colocação em relação de uma noção e de uma ocorrência dessa noção, (2) à localização dessa ocorrência em relação ao sistema de determinação (1999a, p. 13).

Para complementar, podemos dizer que os enunciados não transmitem um conteúdo semântico, mas permitem construir valores referenciais. E à constituição desses valores associa-se, entre outros, uma relação entre ocorrências de noções.

2.5 A noção e o domínio nocional

Para a teoria culioliana, a significação envolve:

[...] uma relação complexa entre enunciados (textos), uma situação de enunciação, um sentido (relação entre ‘objetos’ lingüísticos que remetem a objetos extralingüísticos com suas propriedades físico-culturais), valores referenciais (modalidades, tempo, aspecto, quantificação, etc.) (CULIOLI, 1999a, p. 47).

Os enunciados, por si, necessitam da existência de pelo menos dois enunciadores (mesmo que seja “um – consigo próprio”). Esses enunciadores, no momento da enunciação, colocam em atividade uma série de operações de

determinação progressivas, pelas quais são produzidos e reconhecidos os enunciados. Portanto, a significação constrói-se no processo de construção e reconstrução desse movimento realizado pelos enunciadores. Ela está ligada a processos de estabilização das noções.

A teoria culioliana apresenta a noção como entidade híbrida entre o mundo e as representações físico-culturais de um lado, e a língua de outro. Nas palavras de Culioli, as noções são:

[...] sistemas complexos de representação de propriedades físico-culturais, ou seja, das propriedades do objeto obtidas por manipulações necessárias tomadas no interior de culturas e, desse ponto de vista, falar de noção é falar de problemas que são da competência de disciplinas que não podem ser reconduzidas unicamente à lingüística (1990, p. 50).

De acordo com a colocação de Culioli, a partir do momento em que nos ocupamos da relação entre linguagem e língua, estamos diante de uma lingüística que se afasta das simples configurações de uma língua dada e que se aproxima dos fenômenos heterogêneos da atividade da linguagem. Centrar-se sobre o conceito de noção implica colocar em relação uma ordem de existência que não é materializável a traços dessa existência. Defrontar-se com o problema da noção é:

[...] encontrar de um lado, feixes de propriedades físico-culturais ou propriedades do objeto (de organização) e de outro lado, pelo viés dos marcadores de asserção (*'há'*; *'é... que'*; etc.), de negação, de interrogação, o problema da construção de um complementar. E, desse modo, retorna-se ao problema do predicado, a saber, que em todo caso, trata-se de trabalhar a partir de uma relação predicativa não saturada (p, p') que, somente, permite apreender o domínio nocional. As propriedades que regem o domínio sairão de diversas categorias. [...] Sendo dada uma categoria nocional P, distingui-se uma propriedade 'p' segundo o domínio: - semântico: /ser cão/, /ser líquido/, /ler/; - noção gramatical: aspectualidade, modalidade; - noção quantitativa/qualitativa: avaliação do grau de intensidade e de 'extensidade' (acabamento, finalização) (CULIOLI, 1990, p. 52, grifos do autor).

A formação de uma noção tem origem na articulação entre a linguagem e as línguas. É um colocar em atividade ajustamentos intersubjetivos, modulações, entre outros. Como falantes da língua, estamos tão habituados com essa atividade e com o produto dela aparentemente estabilizado em nossas mentes que nem somos capazes de perceber esse processo de maneira consciente.

Como vimos, de um lado, uma noção envolve um leque de propriedades culturais (tidas como estáveis) ligadas ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiências de cada um. De outro, marcas modalizadoras que as envolvem com o intuito de assegurar uma complementação desejada e muitas vezes não disponível culturalmente, ajustes intersubjetivos entre o tido como estável e o deformável. A noção define-se à medida que permite a criação de um domínio de referência, um domínio nocional (conjunto de virtualidades), e é operatória à medida que os constituintes desse domínio organizam-se uns em relação aos outros em função de fatores físicos, culturais, antropológicos, etc.

Segundo Culioli, não teremos uma materialidade acessível, não teremos coincidência absoluta durante a atividade de construção e reconstrução das noções envolvidas nos enunciados, pois não se tratam de itens lexicais. Teremos sim, regularidades de ajustamentos entre enunciadores, permitindo que haja compreensão (estabilidade relativa) e transformações constantes do domínio de significados tido como estáveis (instabilidade). Culioli sustenta a hipótese de que haja propriedades constitutivas, regras de construção de um domínio nocional que vão se reencontrar em todos os casos. Bresson (apud CULIOLI, 1990, p. 54) complementa essa hipótese quando diz que a noção “é algo de virtual e de produtivo. [...] Ela é um gerador unidades lexicais; ela define uma classe de operações relacionadas”.

Tratando-se de uma reflexão que opera sobre deformações, sobre a atividade simbólica da linguagem que é estabilidade e é deformabilidade ao mesmo tempo, nada mais necessário que um gerador de sentido – a noção. Resta-nos saber como é estruturado esse sistema gerador e como são construídos os domínios associados a ele.

2.5.1 A ocorrência

A estruturação da noção passa pela construção de ocorrências. Estas, por sua vez, permitem a constituição de domínios nocionais.

Segundo Culioli a “encarnação” da noção sob forma de linguagem, “é a passagem a uma materialidade, ao mesmo tempo em que a um sistema de referenciação” (1999b, p. 10). No entanto, temos acesso aos traços que constituem os arranjos de formas, não a essa passagem. Segundo o teórico, a passagem de uma representação mental a uma atividade permitindo referir, corresponde a um “colocar em forma” da noção, a uma operação quantitativa (QTN) sobre a noção. E essa operação pode ser apreendida e dita de vários modos. Culioli especifica:

- [...] - ela se funde sobre uma operação de construção ligada à predicação de existência, tal como marca, em particular, a locução *há...*, ou *seja*. [...]
- Assim, QNT corresponde à *construção de uma ocorrência* (por extensão, de uma classe de ocorrências abstratas). Desse modo, uma ocorrência é um acontecimento enunciativo que delimita uma porção de espaço/tempo especificada pela propriedade P. Inversamente a propriedade P está inserida em um texto graças a um jogo de determinações que lhe dá um estatuto de ocorrência [...];
- ela vai de par com a *quantificalização* (ou *fragmentação*);
- QNT corresponde a um modo de apreensão de QLT por meio ou sob o modo de um agregado de ocorrências de P (chamado acima de classe de ocorrências) (1999b, p. 10-11, grifos do autor).

Segundo o lingüista, a existência pode corresponder, de um lado, à passagem do nada a alguma coisa, sem conter grau na existência (como no exemplo oferecido por ele, podemos dizer “quase morto”, mas não podemos dizer “quase vivo”, a não ser em contextos específicos). De outro lado, a existência pode corresponder a uma forma de extração¹⁵: desde que uma entidade exista, ela se demarca ou pode demarcar outras que não existam: a predicação de existência pode tornar-se uma propriedade diferencial, como por exemplo, em: “Os fantasmas existem”.

¹⁵ Remete a uma operação de determinação. Será melhor definida no decorrer deste capítulo.

Distinguem-se dois tipos de ocorrências: as ocorrências fenomenais e as ocorrências lingüísticas (e metalingüísticas). As ocorrências fenomenais não são da competência do lingüista. Segundo Culioli, encontramos na existência objetos rígidos, objetos não rígidos, objetos que entram em outros objetos, objetos que podem ser justapostos, que se rompem, que se quebram, etc. E essas ocorrências estão ligadas à construção de propriedades dos objetos. Elas nos conduzem ao domínio da manipulação que está ligado à evolução e à aprendizagem e constrói sistemas complexos de representação intracultural dos fenômenos.

As ocorrências lingüísticas remetem, na construção do lingüista, a cada termo que é introduzido seja de modo direto, seja de modo indireto. Tomemos um exemplo proposto por Culioli: “para ser barulhento, ele é barulhento”, que significa que ele é “muito barulhento” já em “ele é barulhento para ser barulhento”, a interpretação remete a alguém que “faz barulho por prazer”. Segundo o autor (1990, p. 57), “é a relação entre posicionamento (encadeamento, ordem física, material), ordem e orientação, constituídos pelas relações de determinação, que permite a imbricação das ocorrências de maneira a produzir valores diferentes”.

Para Culioli, o funcionamento metalingüístico das ocorrências lingüísticas pode ser exemplificado do seguinte modo: “O doce que eu como (pois eu estou comendo um doce) é excelente”. Temos o caso de um artigo definido que provém da relativa, mas isso não resolve o problema da determinação, pois “doce” não está sendo retomado, constitui uma primeira ocorrência. Mas, “eu estou comendo um doce” mostra que o enunciado acima é construído sobre uma operação complexa: “eu estou comendo alguma coisa e, a propósito dessa alguma coisa que eu estou comendo, eu digo que é excelente”. Segundo o autor, encontramos uma construção que se arranja nos dois sentidos a partir de um ponto de identificação, o que explica a aparição do definido. Desse modo, “doce” não deixa de ser uma segunda ocorrência no nível de uma ordem metalingüística, pois temos o caso de uma operação de flechagem¹⁶ (retomada por identificação) a partir de “um doce”, que é a primeira ocorrência sobre a qual se faz a construção.

¹⁶ Remete a uma operação de determinação. Será melhor definida no decorrer deste capítulo.

Ainda sobre as ocorrências fenomenais e as lingüísticas e metalingüísticas, Culioli declara que:

[...] (enquanto que) no caso das ocorrências fenomenais, o lingüista tem apenas uma palavra a dizer e não de maneira privilegiada, no caso das ocorrências lingüísticas e metalingüísticas, ele deve oferecer os meios para tratar tudo o que se relaciona ao texto na sua materialidade constituída, o que significa dizer que, nesse ponto, intervêm as operações localizáveis de construção (1990, p. 57).

A classe de ocorrências é também o que permite apreender a noção, ou melhor, aspetos da noção. Uma ocorrência é a cada vez uma operação de determinação, de busca, de localização, em relação à situação (abstrata e não necessariamente material).

Segundo Vignaux:

A partir do conceito global de noção, constrói-se certo número de *domínios* (um domínio é um objeto que não é um campo semântico), o que significa dizer que trabalharemos em espaços tendo propriedades, ora do aberto, ora do fechado, ora alguma coisa de mais complexo. A esses domínios [...] é associado uma *classe de ocorrências*. Sobre um dos domínios poderemos constituir um *atrator*, depois um *gradiente* (que permite, então, a constituição de um campo). Esses domínios somente são apreendidos por meio das ocorrências que permitem sua constituição (1990, p. 54, grifos do autor).

Temos, então, domínios que apresentam em uma de suas partes um aberto que é organizado por um atrator, que por sua vez, permite que gradientes ocorram.

2.5.2 O centro organizador da noção

Uma ocorrência não tem relação estabilizada com a noção da qual ela constitui uma realização particular. Sua determinação passa por um centro organizador ou centro atrator. Culioli (1999b, p. 11) ressalta que “não existe representação, de qualquer ordem que seja, sem que ela se coloque relativamente a um pólo de referência. [...] Esse pólo de referência é a própria condição da regulação intersubjetiva”.

Construímos um domínio nocional, no sentido em que poderemos, num momento dado, associar uma noção a uma palavra. Temos interiorizado todo um conjunto de propriedades que ocorrem sempre próximas. Podemos dizer, por exemplo, que um “cavalo branco” é um cavalo porque corresponde às propriedades mais comuns de um cavalo. Mas, por outro lado, nem todos os cavalos são brancos. Então, o “cavalo branco” continua sendo um cavalo? E se, por uma manipulação genética, criassem um cavalo de uma cor inexistente, continuaria ainda sendo um cavalo? Portanto, não há estabilidade que dê conta dessas questões, pois temos objetos mais ou menos típicos (ver “tipo” no item seguinte).

Para dizer que objetos têm uma propriedade em comum, necessitamos submetê-los à comparação; as diferenças não são descartadas, mas resultam em abstrações. Segundo Culioli, tomando a abertura do domínio, não introduzimos uma ruptura que faria com que tivéssemos uma zona em que diríamos: “isso tem tal propriedade” e de outro lado “isso não tem tal propriedade”. Temos o caso de um aberto centrado, de um centro organizador que possibilitaria dizer: “sim, isso pertence ainda ao domínio dos objetos que têm essa propriedade”.

O linguísta estabelece para esse pólo de referência – o centro organizador – dois modos de organização: o tipo e o atrator.

2.5.2.1 O tipo

O tipo permite identificar uma ocorrência como um exemplar da noção. Nas palavras de Culioli:

A construção de uma classe de ocorrências implica que se possa dizer se estas últimas são ou não ocorrências da mesma propriedade. Ela repousa, portanto, sobre uma dupla operação de identificação/diferenciação. Essa operação é estabelecida em relação a um termo que serve de delimitador e que eu chamo de tipo (1999b, p. 11-12).

O tipo permite organizar a fragmentação da noção, construindo uma ocorrência distinta privilegiada, o que Culioli chama de “ocorrência representativa”. Essa ocorrência possui duas propriedades: é definível (podemos apontá-la deiticamente); está em conformidade com uma representação: *P* remete a *ser P*, isto é, ao QLT; a partir da experiência de mundo isolam-se essas propriedades que são refundidas a um representante exemplar. Desse ponto de vista, Culioli (1999b, p.12) conclui que “a operação de identificação é primeira na construção das representações: verbaliza-se em relação ao que é, antes de verbalizar-se em relação ao que não é”. Tomemos o exemplo: “Tenho um bom livro”: “livro” resulta de uma operação que ajusta entre o que é “ser livro” e “ser não livro”.

O tipo é a condição enunciativa de ajustamento e de regulação.

2.5.2.2 O atrator

Para Culioli, o atrator difere radicalmente do tipo. Segundo ele, trata-se da construção de uma origem que não tem outra referência senão o predicado em si. Não se trata também de um valor relativo. A ocorrência, nesse caso, somente herda da noção certas considerações, o que funde sua singularidade. Ela é localizada em relação

a ela mesma. Ao constituir seu próprio termo de referência, ela constitui este como origem absoluta e caracteriza-se pela impossibilidade de constituir um valor último. Tomemos o mesmo exemplo anterior: “Tenho um bom livro”. Temos aqui um modo “bom” entre os vários modos de “ser livro”, do “mais” ao “menos livro”; além da operação que ajusta entre o “ser livro” e “ser não livro”, temos uma outra que regula a partir de um grau máximo de abstração. O atrator permite determinar em que e qual medida uma ocorrência tem a ver com a noção.

Segundo Culioli (1999b, p. 13), o atrator não corresponde a um máximo, não é um último ponto, pois, “[...] há sempre um ponto além dele que se constrói. É um valor definido em relação ao próprio predicado. É um ponto de fuga, não é reversível em relação a uma outra ocorrência, sendo constitutivo de seu próprio fundamento”.

O linguísta cita o caso das exclamativas, cujo funcionamento remete a esse problema. Para que haja exclamativa, é preciso, que haja predicado e possibilidade de graduar. Tomando como exemplo de *quel* do francês, que corresponde ao “qual” em português, ele diz que o termo percorre todos os graus possíveis, ora relacionando um valor ao co-enunciador, ora colocando em jogo a própria questão da existência, ora orientando a um grau máximo.

Há, portanto, uma diferença essencial entre o tipo, que corresponde a uma ocorrência representativa, e o atrator, que remete a uma representação abstrata e absoluta. Mas, ao mesmo tempo, há reversões possíveis de um ao outro. Segundo Culioli, isso é compreensível, pois o atrator, ao estabilizar um valor absoluto, resulta em uma singularidade em relação a qual nenhuma alteridade pode mais se definir (cita o exemplo dos termos como “puro” e “verdadeiro”). Tem-se, então, o caso de:

[...] um potencial que pode desencadear, seja sobre o mais elevado (*uma pura obra-prima*), seja sobre um mínimo (o qualquer, o simples): *um simples mal-entendido/um puro e simples mal-entendido*. Em outras palavras, a permanência qualitativa de uma propriedade pode se fundar seja sobre a estabilização à qual corresponde o alcance de seu mais alto ponto, seja sobre o fato de que ela se reduza ao que é minimamente constitutivo (elimina-se tudo o constituiria variantes singularizantes, é a propriedade em “tudo o que ela tem de mais simples”) (1999b, p. 13, grifos do autor).

Temos, com o atrator, uma ocorrência como singular correspondendo a uma consideração particular de uma noção e que ao mesmo tempo é uma realização conforme. Assim, o atrator é o ponto de estabilidade de um agregado de valores, que são ordenados segundo graus diferenciados.

2.5.2.3 A fronteira

A Teoria das Operações Enunciativas trabalha com domínios e centros organizadores de domínios responsáveis pela estruturação das representações e não com a etiquetagem entre palavras e conceitos. Podemos, então, estabelecer “fronteiras”, para que esses domínios sejam delimitados.

Temos um centro que nos dá um organizador (“é verdadeiramente tal coisa”), um atrator que nos dá um “alto grau” (fornecido pelo interior do domínio reconduzido ao centro atrator: “verdadeiramente p”) e vai nos permitir, eventualmente, construir um valor por excelência (“interior” do domínio). Em relação a esse organizador, podemos construir um “exterior” (“verdadeiramente não p”) e uma “fronteira”. Segundo Culioli, a fronteira pode ser um princípio ou uma zona de alteração e de transformação. Por exemplo, em “O livro é bom” podemos colocar como complementar “ruim” e construirmos a fronteira, que seria a passagem de um domínio a outro: de “ruim” a “bom” ou de “bom” a “ruim” (“não verdadeiramente bom”; “não verdadeiramente ruim”).

Segundo Culioli (1990), a fronteira contém “a propriedade ‘p’ e ao mesmo tempo a propriedade alterada, que faz que não seja mais totalmente ‘p’, que não tenha a propriedade ‘p’, mas que não seja totalmente exterior”. O exterior do domínio corresponderia ao vazio da propriedade “p”, seja por alteridade radical, seja por inexistência.

A questão da fronteira faz que reflitamos, principalmente, sobre a idéia aparente de que cada termo comporta mais ou menos um antônimo (muito próximo do que chamamos de complementar lógico). Segundo Culioli, seguindo esse raciocínio, para um termo que significa “branco”, teríamos um termo significando “não-branco”.

No entanto, não é o que acontece: sabemos que “não-branco” é tudo o que não é “branco”. O lingüista complementa:

[...] temos a tendência de trabalhar num universo restrito de valores, isto é, a ter *bom/ruim*, *bonito/feio*, *grande/pequeno*, e ainda, é evidente que todo trabalho sobre os antônimos, os antagonismos, os contrários, os contraditórios, nos conduzem, quase sempre, a privilegiar um certo tipo de par que está fundamentado sobre uma certa idéia ingênua de complementação lógica, isto é, A/ ã (A, não A) (1990, p. 84, grifos do autor).

2.5.2.4 A noção de gradiente

De um ponto de vista qualitativo, Culioli coloca o atrator como um ponto de concentração, levando em conta que, qualquer que seja a parte do domínio considerado, ele a contém por assimilação ou por identificação. Quantitativamente, a classe de ocorrências pela qual se apreende a noção remete a ocorrências que, por serem sempre as mesmas (enquanto ocorrências fenomenais), podem ser restabelecidas em propriedades sempre diferentes. Isso é o que permite introduzir a noção de gradiente. Segundo o lingüista, o gradiente:

[...] não é uma escala e o atrator é necessário como constitutivo de um dos pólos permitindo, por meio das operações possíveis dos sujeitos enunciadorees sobre os domínios estruturados, a existência de zonas de diferenciação que se afastam do centro atrator, portanto mais frouxas em relação a esse centro (1990, p. 61).

No exemplo “O livro é bom”, sabe-se que, no domínio entre “livro bom” e “livro ruim”, temos gradientes como “livro quase bom” que, em relação ao centro atrator, “não é bom”, mas em relação à fronteira “não é ruim” (“quase bom” não quer

dizer “ser ruim”). Podemos ter também, em relação a “ruim”, um “livro menos ruim” que quer dizer “ser bom” em relação a “ruim”, mas “ser ruim” em relação à fronteira.

2.5.2.5 O complementar

Sendo dado um domínio aberto p , seu complementar lingüístico¹⁷ tem as propriedades de um fechado (um “simplesmente outro”), que designamos por p' . Tomemos um exemplo: “– Isto é um livro?” cuja resposta seja: “– Mais ou menos... um quase livro!”. Sendo “livro” representado por p , pode-se dizer que não é igual a “quase p ”; tem sentido de “quase diferente de p ”. Em seguida, toma-se o fechamento do complementar para se voltar a produzir um exterior (um todo outro) “apenas p ” no sentido de “praticamente nada a ver com p de todo”. Quer dizer, “muito longe de p ”, “isso não tem nada a ver com p ”. Aquilo que aparece num domínio p , que é diferente do domínio de p , é o seu complementar p' (“tudo o que não se pode chamar de p sem contestar”). Tomemos o exemplo: “O livro é bom”. O complementar de “bom” é “ruim”. Levando em consideração esse exemplo, temos entre “bom” e “ruim”: “bom” como centro organizador; “menos bom”, “quase bom”, etc., como gradientes; a passagem de “bom” a “ruim” como fronteira; “ruim” (não bom) como centro organizador do complementar e “menos ruim”, “quase ruim”, etc., como gradientes do complementar.

2.6 Quantificação e Qualificação

Como as noções são predicáveis, isto é, permitem trabalhar a partir de uma relação predicativa não saturada (p, p') que somente tornam possível a apreensão do domínio nocional, elas, em si, não possuem propriedades extensionais enquadrando-se, dessa forma, em uma categorização qualitativa (QLT).

¹⁷ Não corresponde ao complementar matemático de p , mas a certa parte desse complementar (**outro que p**).

Toda noção supõe um trabalho ligado à determinação. Dessa forma opera-se sobre quantificação (Qnt) e qualificação (Qlt).

Da forma como emprega Culioli:

[...] **Quantificação** remete, não à quantificação lógica, mas à operação pela qual se constrói a representação de **alguma coisa** que se pode distinguir e situar em um espaço de referência. [...] **Alguma coisa** não se refere ao inanimado (por oposição a **alguém**), mas remete a um estado (interno ou externo) do qual se pode dizer que se distinguirá de um outro estado, que implicará, então, descontinuidades, que será localizado (no sentido abstrato do termo) em um domínio de representações. Poderíamos dizer de outro modo: **alguma coisa** remete a uma ocorrência que, seja qual for, um sujeito possa apreender, discernir (perceber como uma forma singular em relação ao meio), distinguir (eliminar a indeterminação) e situar (um sujeito situa essa alguma coisa em um espaço-tempo, que pode ser imaginário) (1999b, p. 82, grifos do autor).

Na teoria culioliana, a quantificação permite, em particular, efetuar duas operações essenciais:

- (1) a quantifiabilização (ou fragmentação). Partindo de uma noção **P**, indivisível (designada por ‘ser – **P**’), vamos fragmentar a noção, por uma operação abstrata de individualização, de modo que se possa construir ocorrências dessa noção na produção/reconhecimento de enunciados (operações de extração, depois de flechagem). Essa operação de fragmentação nos permite passar de uma qualidade indivisível a uma qualidade fragmentada; permite construir quaisquer ocorrências e também permite construir ocorrências diferenciadas.

- (2) construir a existência de uma ocorrência (ocorrência de uma noção fragmentada), situando-a no espaço-tempo enunciativo que um sujeito enunciador constrói em relação a um co-enunciador. Construir a existência consiste em fazer passar uma ocorrência de nada a alguma coisa no espaço de referência.

No caso da Qualificação, Culioli (1999b, p. 83-84) diz que ela: “[...] entra em jogo cada vez que se efetua uma operação de identificação/ diferenciação sobre

alguma coisa”. O teórico nos oferece alguns exemplos com a finalidade de mostrar que qualificar é pôr em movimento um encadeamento complexo de operações, e não se contentar em acrescentar um qualificativo. Tomemos, então, os exemplos propostos por Culioli e em seguida a explicação complementar: “Durante sua viagem, note / observe o menor detalhe; se encontrar o menor obstáculo, me chame; eu não encontrei o menor obstáculo; você encontrou o menor obstáculo?”.

Constata-se que “o menor” marca a entrada / saída do domínio de validação nos três últimos exemplos, isto é, o hipotético, a modalidade negativa e a interrogativa. O hipotético (asserção fictícia) constrói a existência (eventual) de <ocorrência de obstáculos>. Desse modo, a “alguma coisa eventualmente encontrada” é qualificada (trata-se da noção <ser-obstáculo>). O mesmo esquema ocorre com a negação, salvo que o movimento é inverso: percorre-se o interior do domínio de validação, não se encontra qualquer ocorrência de <ser-obstáculo>, daí a saída do interior, pela qual se marca a inexistência de algum obstáculo. Aqui ainda, tem-se qualificada a “alguma coisa eventualmente encontrada” e lhe atribui a inexistência. A interrogação marca a varredura de todas as possibilidades (isto é, entrada / saída). O primeiro enunciado é diferente, pois comporta um imperativo, mas pode-se remetê-lo aos casos precedentes (“entrada no domínio da validação”).

A qualificação afeta alguma coisa de existente (preconstruída), possibilitando alargar o domínio do que temos de “registrado provisoriamente”. Temos a presença de operações que permitem unir o provisoriamente registrado e o registrável. Segundo Culioli (1999b, p. 85), essa transformação “consiste não apenas em registrar sobre um suporte material, mas também em guardar na memória, dar atenção, ou ainda de eliminar impressões, traços, supérfluos, etc.”.

Culioli considera também um outro modo de qualificar que recai sobre o gradiente. Como vimos no item 2.5.2.4 deste capítulo, o gradiente tem como um dos pólos constitutivos o atrator (ponto de estabilidade de um agregado de valores), o que permite a construção de zonas de diferenciação. Tomemos os exemplos e as observações oferecidas por Culioli: “Há vento”; determinamos “vento” por meio do localizador “há”; não digo se há pouco ou muito desse que foi determinado. No caso de “Há alguma coisa como vento!”, a marca “como Ø vento” constrói o domínio

nocional <vento> devido ao atrator. Posso perguntar “Qual vento? O mistral? O tramontana?”, ou passar para: “É alguma coisa, como vento ou há alguma coisa, como vento”. Isso faz que o modo de qualificação mude: no primeiro caso, a questão recai sobre a variedade de vento. No segundo caso, percebe-se que a afirmação recai sobre o grau (a força, o caráter desagradável) do vento. Salta-se do tipo (atrator) ao gradiente, no modo de qualificar.

Segundo Culioli, alguma coisa marca uma “ocorrência – de” no interior do domínio (“é alguma coisa”, “é apenas isso”; “isso não é nada”); ou se tem um valor estabilizado ou se estabiliza um valor referencial. A operação de referenciação está ligada ao ajustamento intersubjetivo e implica uma estabilização necessária. Entre os procedimentos de estabilização, podemos citar o recurso ao outro, a recusa (passagem ao exterior), a vontade (passagem ao interior), e quando já se está no interior, orientação em direção ao atrator. Operando sobre o domínio e sobre o grau, há possibilidade de colocar em relação a ocorrência localizada no estado de coisas atual e as ocorrências fora do estado de coisas atual. E graças ao percurso do domínio em direção ao atrator, podemos construir também o “não – qualquer coisa”. Culioli complementa:

[...] a qualificação não é uma operação simples e que se aplica sobre o texto a analisar, como se aplica um unguento para acalmar a dor. QNT e QLT ajudam a formular procedimentos de resolução de problemas, permitindo tratar do complexo. Mas não eliminando nem as intricações nem as interações, nem os escalonamentos, nem as deformações, em suma não há metalíngua mágica (1999b, p. 89).

2.6.1 Sistemas de determinação

O encadeamento de operações de determinação revela arranjos ponderados de operação de quantificação e de operação de qualificação. Segundo Culioli, esse encadeamento permite a referenciação, graças ao que ele chama de uma cascata de

sites (posições estabilizadas num esquema em relação a um outro termo). É um trabalho sobre delimitadores, sobre marcas que se operam sistematicamente:

[...] esse sistema se caracteriza por localizações em cascata: uma relação predicativa (ela mesma saída de um conjunto de operações de determinação) é localizada em relação a um índice de acontecimento, que tira seu valor de sua localização em relação ao momento de locução, ele mesmo determinado em relação a um delimitador-origem (*delimitador-absoluto*). A partir do delimitador absoluto, poderemos construir um *delimitador translado* e um *delimitador desconectado* (*delimitador fictício*) (CULIOLI, 1990, p. 130, grifos do autor).

Uma relação predicativa inicial vai situar a origem do que se vai construir entre um sujeito e seu interlocutor (relação de alteridade) e o ajustamento imposto por essa interação. Conforme Vignaux (1995), essa cascata de determinações vai, inicialmente, traduzir-se em termos de operações de quantificação (Qnt) e operações de qualificação (Qlt), imbricadas entre si pelo jogo de marcas usuais: artigos definidos e indefinidos, pronomes demonstrativos e possessivos. Cada um compreende as diferenças que há em dizer: “um gato” ou “gatos”; “os gatos” ou “gatos”; “meu gato” ou “esse gato”. É um trabalho que se opera sobre a extensão e a qualificação de cada domínio, por esses usos de determinantes.

Recuperando algumas passagens poderemos explicar melhor as considerações acima. A partir de uma relação primitiva, construímos uma relação predicativa que situamos, eventualmente, em relação à situação de enunciação. Temos, então, um enunciado. Esvaziando uma parte qualquer desse enunciado, produzimos uma relação predicada não saturada, à espera de um preenchimento por meio de noções específicas, compatíveis com as propriedades em questão. Não temos mais o caso de um enunciado, mas de uma propriedade (uma noção). A partir dessa propriedade, que vai servir de referência, chegaremos a uma classe de ocorrências (extensão da noção); para que essa propriedade seja fragmentada, é preciso que a parte não instanciada seja preenchida (assinalado um valor), produzindo assim, um determinado caso dessa propriedade. Por meio da reconstrução desse esquema de preenchimento individual

das noções, teremos o caminho percorrido, as operações constitutivas da individualização e da determinação que caracterizam essa ocorrência.

Para Culioli, a “quantificação” corresponde à construção de uma ocorrência por extensão de uma classe de ocorrências abstratas. Ela está ligada à predicação de existência, à quantificação (enquanto fragmentação), e ao qualitativo. A operação de quantificação envolve, de um lado, duas operações: extração (*extraction*) e flechagem (*fléchage*); e de outro lado, a operação de varredura¹⁸ (*parcours*), manifestadas em circunstâncias enunciativas.

2.6.1.1 Operação de Extração

É uma operação de determinação que permite ao sujeito enunciador isolar um ou mais elementos de uma classe de ocorrências, isolar uma quantidade de uma classe de quantidades, localizando-as em relação a uma situação (extensão da noção). A determinação qualitativa é fornecida pela definição nocional da classe. Nessa distinção entre o único e o múltiplo, obtemos uma identificação qualitativa e uma diferenciação quantitativa (as classes não são quantificadas, mas quantificáveis). Podemos citar, como exemplos, as seguintes circunstâncias (marcadas pelo determinante “um”): “um cachorro latiu”, “um livro caiu da estante”, etc. No caso de uma quantidade de uma classe de quantidades (marcada pelo determinante \emptyset), poderíamos citar: “carne vermelha faz mal”, “leite engorda”. Como no primeiro caso, temos associação qualitativa à noção e dissociação quantitativa da classe das quantidades. Mas, no primeiro caso, não temos o elemento quantitativo que caracteriza o genérico, portanto, é o contexto que filtra um ou outro valor, sem esse intermediário.

¹⁸ O termo original é *parcours*. Optamos por adaptá-lo ao português usando o termo varredura, pois, a tradução direta (percurso) não definiria bem a operação.

2.6.1.2 Operação de Flechagem

É uma operação de determinação que se manifesta após uma extração. Consiste em obter uma especificidade qualitativa de um conjunto de elementos extraídos de uma classe. Resulta sempre em uma oposição entre o conjunto e o resto da classe. Tomemos como exemplos: “o gato é um animal que tem ‘sete vidas’” (é um animal, tirado da classe dos animais e possui a especificidade de ter “sete vidas”, diferente do restante dos animais); “o livro é um companheiro necessário para qualquer viagem” (é um livro, tirado da classe dos livros que inclui, por exemplo, um livro de ponto, mas que possui a especificidade de ser necessário na ocasião de uma viagem): percorremos um conjunto para realçar um elemento, seja particular, significativo ou típico. A partir de um índice em direção do genérico, qualificamos a relação predicativa em questão.

Por meio da flechagem, num enunciado, podemos identificar uma segunda ocorrência com a primeira: “Ouvi o miado de um gato. Fui até o quintal e avistei o gato que, além de miar, mexia no lixo” (é um gato, animal como os demais da espécie, e tem a especificidade de ter miado e mexido no lixo, no quintal de alguém).

Na teoria culioliana, temos a flechagem contextual e a flechagem situacional. Na flechagem contextual, a segunda ocorrência é identificada com a primeira. Esse tipo é proveniente de anáforas (como no exemplo acima, com o uso do artigo definido), de expressões nominais complexas (nome + preposição + nome) e de proposições relativas. O enunciado citado acima é um exemplo de flechagem contextual. O artigo definido efetua uma operação de flechagem identificando a segunda ocorrência com a primeira. Tomemos outro enunciado envolvendo um complemento preposicional: “O pai de Ricardo foi para a Espanha”. Há uma operação de determinação em relação a “um pai” indicada pelo complemento preposicional “de Ricardo” que confere a “pai” a diferença qualitativa permitindo opô-lo a todos os outros elementos da classe de “pais” (“um pai é de Ricardo”).

No caso da flechagem contextual proveniente de uma proposição relativa, podemos ter o exemplo: “Eu gostei do vinho que você serviu no jantar”. A relativa exprime a diferença qualitativa que distingue “vinho” de outros “vinhos”. Em “o vinho

que você serviu no jantar” temos a primeira ocorrência a partir de “um vinho”, obtida por meio da atividade epilingüística: "você serviu um vinho no jantar e esse vinho eu gostei". O artigo definido marca a operação de flechagem que ocorre a partir de “um vinho”.

Na flechagem situacional há uma identificação contrastiva. Exemplo: “Mostre-me esse relógio, por favor!”. O pronome demonstrativo marca uma operação de flechagem por meio da qual “relógio” é distinto de todos os outros elementos pertencentes à classe dos “relógios” em função de sua referência à situação na qual foi produzido o enunciado.

2.6.1.3 Operação de Varredura

Trata-se de uma operação de determinação que, segundo Culioli (1999b, p. 48), “consiste em percorrer todos os valores assinaláveis no interior de um domínio sem poder se ater a um valor distinto (assim: ‘todo cão tem quatro patas’; ‘todo cão late’)”. São considerados todos os elementos sem a escolha deste ou daquele elemento. Como exemplos de determinantes dessa operação, temos: “cada”, “todo”, “toda”, “qualquer”, “sempre”, “nunca”, “jamais”, etc. Essa operação está ligada à construção de uma classe de ocorrências abstratas de uma noção (todos os valores possíveis sem querer ou poder distinguir tal ou tal entre eles). É um tipo de “julgamento do predicado”, sem ter que assinalar um valor específico, individualizado.

Tomemos como exemplos: “cada livro tem o seu preço”; “todo bebê quer carinho”. Observamos aqui um tipo de generalização dentro de cada classe: “todos os livros que são livros têm seu preço”; “os bebês que são bebês querem carinho”. No caso das expressões nominais genéricas (já possuem a generalização), o artigo constitui uma operação de varredura. Por exemplo: “O homem é mortal” (um homem é mortal; os homens são mortais; todos os homens são mortais; qualquer homem é mortal).

A varredura é uma operação na qual a sua negação faz que saíamos do domínio nocional, ou seja, que caminhemos em direção ao exterior do domínio. Com a

operação de varredura partimos dos valores positivos possíveis ligados a uma referência estável ao que corresponde à ausência de diferenciação. Podemos, então, percorrer o gradiente que conduz ao “verdadeiramente”, passando pelo “não verdadeiramente”.

Como vimos no item 2.5.2.3 deste capítulo, o domínio é composto de um interior (com um centro organizador), de uma fronteira, e de um exterior. Resumindo, o interior nos dá ocorrências ao mesmo tempo individualizáveis e identificáveis umas às outras (todas possuem a mesma propriedade): “tal bebê”, “tal livro” (de todo modo, trata-se de bebê e de livro). O centro organizador aparece claramente em operações de auto-identificação ou de tipificação: “um bebê bebê” (um verdadeiro bebê), “um bebê é sempre um bebê”; “um verdadeiro livro” (não um caderno), “um livro livro” (verdadeiramente livro). O exterior nos fornece, segundo os casos, o vazio, a ausência, o impossível, a alteridade fundamental (realmente, verdadeiramente não é tal coisa): “não tem nada a ver com um bebê”; “não é um bebê de forma alguma”; “absolutamente não é um livro”. A fronteira compreende os valores que não pertencem nem ao interior, nem ao exterior, mas, que irão se constituir seja a partir de um, seja a partir do outro: “não é um verdadeiro livro”; “é o que se chama de um livro (interior)”; “não tenho nada a fazer aqui, isso não tem nada a ver (exterior)”. A “fronteira”, simplesmente “outra coisa”, o que permite entrar nos valores não-nulos.

Constatamos assim, que toda construção enunciativa de um domínio realiza-se como um tipo de filtragem entre propriedades que convém ou não. Segundo Vignaux (1995, p. 578), isso vai se operar pela “[...] passagem gradual de uma *zona* a outra por meio de várias sondagens progressivas, umas ilustrando ou identificando a noção considerada, outras se aproximando ou marcando seus limites, sua oscilação em direção à alteridade”. Há, então, sempre varredura nos dois sentidos, um dirigindo-se ao interior do domínio, outro ao exterior e, na definição dos domínios, funcionará toda vez na instauração de “estabilidades” ou de “deformabilidades” no nível dessas fronteiras.

2.6.1.4 Discreto – Denso – Compacto

Sustentando uma relação com as três operações descritas anteriormente, encontra-se a operação de número aplicada à própria categoria de número (singular, plural).

Por meio da operação de fragmentação, de ordem quantitativa, podemos construir ocorrências distintas, discerníveis ou não, que relacionadas à categoria de número podem se manifestar como enumeráveis, não enumeráveis, quantificáveis e não quantificáveis. Observemos os exemplos: “há um gato na cadeira”; “tomei uma xícara de café”; “a paciência pode ser adquirida”. Temos aqui “gato” e “cadeira” como representantes do grupo dos nomes enumeráveis e quantificáveis; “paciência” que, por sua vez, vai se enquadrar no grupo dos nomes não enumeráveis e não quantificáveis; já “café” seria o representante dos nomes não enumeráveis, mas quantificáveis por meio de demarcadores. Essas categorias de nomes derivam de modos de funcionamentos primitivos - discreto, denso e compacto - ligadas às noções. A partir dessas propriedades primitivas, poderemos individualizar as ocorrências.

Culioli (1999b) sintetiza dizendo que QNT tem afinidade com o tipo e o QLT com o atrator. A construção de ocorrências passa por um esquema de individualização que coloca em jogo ponderações variáveis sobre QNT e sobre QLT. Segundo o teórico:

[...] essas ponderações mantêm as operações de determinação em interação com as propriedades lexicais dos termos concernidos. Discreto, compacto, denso correspondem a tipos diferentes de ponderação, que se pode apresentar assim: QNT QLT discreto; QLT compacto, QNT QLT denso (1999b, p. 14, grifos do autor).

No caso do discreto, QNT é preponderante e o tipo é privilegiado em relação ao atrator. Trata-se de um modo de construção de uma ocorrência tal que a delimitação de uma porção espaço-tempo seja privilegiada. A estabilidade da ocorrência vem da

relação ao formato-tipo de cada noção, enumerando e quantificando: “gato”, “cadeira” (“Eis aqui... um gato... uma cadeira”).

O denso, nas palavras de Culioli (1999b, p. 14), “corresponde a um misto, um caso intermediário e instável. Nem QNT, nem QLT são preponderantes. Não há forma tipo que estabilize. Nesse caso, QNT corresponde a formas de preconstituição”. E essa operação de preconstituição, de antecipação realiza-se por uma quantidade não definível independente dessa operação. Por exemplo, em “tomei café”, a quantidade de café tomado somente se determinaria circularmente: “eu tomei a quantidade de café que eu tomei”. Para o denso, temos o caso de ocorrências não enumeráveis, mas quantificáveis por meio de um demarcador, por exemplo: “tomei uma xícara de café”.

No caso do compacto, o tipo não desempenha papel preponderante, pois é a construção de um gradiente que é fundamental. A estabilidade do compacto provém do atrator e a singularização possível é de ordem qualitativa. Temos o caso de ocorrências apresentando-se como não enumeráveis e não quantificáveis (“paciência”). Segundo Culioli (1999b, p. 14), “não há ocorrência, no sentido em que não há fragmentação de uma porção de espaço-tempo, mas podemos sem contradição falar de ocorrência, pois o compacto, remetendo ao homogêneo reporta o acontecimento da fragmentação sobre o acabamento”. Não são incompatíveis com qualquer demarcador, ou seja, admitem certa formatação, uma gradação: “a paciência de Paulo”; “tem uma paciência de anjo”; “há paciência no ar”; “pouca paciência”.

Pelas colocações de Culioli podemos observar que uma distinção estrita (no nível lexical somente) entre esses níveis não seria satisfatória. Vogüe (1989) também procura analisar o discreto, denso e compacto por meio dos jogos enunciativos, tendo em vista a possibilidade de uma recategorização no nível do enunciado. E é por causa da possibilidade de recategorização que não teremos mais categorias e sim modos de funcionamento.

Segundo Vogüe (1989), há uma afinidade entre nomes e processos: os conceitos de discreto, denso e compacto remetem a certos tipos de relações que revelam regular o conjunto das operações enunciativas. Partindo de tipologias freqüentemente aplicadas aos processos (acontecimento, processo, estado), a autora defende que os processos sejam caracterizáveis pelo modo como é operada a

construção de ocorrências. À tipologia estão relacionados limites de realizações (acontecimentos/processos) e a integração ou não da propriedade da estabilização temporal (processos/estados).

Uma primeira categorização situa, como vimos, os nominais discretos como compatíveis com o determinante “um” (formatação intrínseca). Os discretos têm por um lado a quantificação como preponderante, mas acabam qualificando mais que quantificando devido à retirada de ocorrências que se identificam qualitativamente com o padrão (têm por centro organizador o tipo, resultando na possibilidade de estabilização da ocorrência). Para que as ocorrências se identifiquem é preciso compará-las a um padrão. Isso implica que no início sejam distintas e mantenham certa distância entre si. Segundo Vogüe (1989), é essa idéia de distância ao “verdadeiro” que permite a formatação interna de noções discretas: as ocorrências são distinguíveis e identificáveis ao que serve de padrão. Por exemplo, “um cão” pode ser um “verdadeiro cão”, mas pode ser “falso cão” (a noção vai remeter sempre ao que é designado como “cão”, mesmo que seja um “não-cão” – zona de instabilidade qualitativa).

A afinidade que os discretos têm com o qualitativo serve de meio para recategorizar o denso como discreto, pelo menos admitir o determinante “um”. Há necessidade de que o denso esteja dotado de uma qualificação secundária (“uma água fresca”), sendo assim a qualidade é suficiente para fornecer o padrão para formatar uma ocorrência ao ponto de distingui-la de outras ocorrências.

Uma primeira categorização coloca os nominais densos como não quantificáveis, a não ser pelo viés de um demarcador externo (formatação extrínseca). Para os densos não há preponderância nem do quantitativo, nem do qualitativo, e não há uma forma tipo que o estabilize; o único formato será a quantidade retirada na situação. Portanto, as ocorrências dos densos são “recortadas” de uma maneira externa, pelo espaço e pelo tempo ou por um demarcador (do tipo colher, xícara). Os densos possuem certa estabilização, pois não há a distância ao tipo, característico dos discretos. Por exemplo: “água” possui características próprias de “água” (mesmo no caso de zonas diferenciais como “água fresca”, o número de critérios mínimos para continuar sendo considerada “água” continua sendo cumprido). Nas palavras de

Vogüe (1989, p. 14, grifo do autor), “há estabilidade qualitativa, mas não estabilização homogênea”. Há um “polimento” da heterogeneidade máxima produzindo uma classe bem homogênea constituída de toda propriedade restante compatível com a designação em questão. Numa ocorrência do tipo “há tristeza”, podemos falar em densificação dos compactos, pois, “tem a ver com tristeza” (tem as propriedades mínimas, sinais característicos de tristeza), mesmo que não possamos dizer que se trata de “verdadeira tristeza” (não temos um formato-padrão).

No caso dos compactos a qualificação é preponderante (admite uma gradação) e a estabilização provém do atrator (não há uma ocorrência típica). Embora sejam considerados como incompatíveis com um demarcador, podemos notar entre os compactos adjetivos nominalizados como “tristeza”, que admitem certo número de demarcadores, por exemplo: “um acesso de tristeza”. Isso deixa claro que esses não recusam todo tipo de formatação, nem toda quantificação. O determinante mais compatível em relação aos compactos é o artigo definido (a tristeza), que não realiza uma ancoragem à noção sobre a qual ele opera (exceto o definido de retomada), mas identifica uma parcela de “tal coisa”. Por exemplo, em “a tristeza de Paulo”, Paulo é um suporte sobre o qual a “tristeza” se encarna, é um momento de “tristeza” (“Paulo está triste”). A quantificação compatível com os compactos se faz com o uso de quantificadores do tipo “um pouco de”, “muito de”, que servem para graduá-los, para especificar graus de intensidade (tornam-se mais qualificativos que quantitativos), mas não para determinar um formato. Os compactos possuem uma zona de indecisão que faz que a noção seja não-formatável.

Qualificar um compacto com uma propriedade secundária permite que o processo de discretização se realize, ou pelo menos que se realize uma falsa discretização, abrindo a possibilidade do uso do determinante “um”, como no exemplo “uma tristeza inconsolável”. A qualificação, feita geralmente por meio de qualificadores intensivos, gradua a propriedade expressa pelo nominal, mas não há possibilidade de distinção de ocorrências a ponto de poder contá-las.

Podemos notar, por meio dos exemplos (que são poucos diante das inúmeras possibilidades) e dos apontamentos dos estudos de Vogüe, que não há uma categorização fixa do nível lexical que possa ficar indiferente a transformações no

nível do enunciado. Sem dúvida a mediação do sujeito pode alterar toda uma categorização, seja validando a formatação preexistente num tempo e num espaço, seja servindo de suporte para uma formatação secundária (o enunciador garante o seu dizer diante do interlocutor), seja como localizador de uma situação.

Sendo a atribuição de propriedades mediada pelo sujeito (validando, avaliando), tem a operação modal como sustentação, na medida em que torna possíveis as diferentes apreciações do valor dessa atribuição. E essas apreciações, avaliações, tornam-se possíveis, segundo Vogüe (1989), com o léxico definindo as bases de cálculo sobre as quais a construção enunciativa se opera.

2.7 Operações modais e operações aspectuais

Por meio da modalização dos enunciados, o sujeito enunciador dá forma à enunciação. É a realização de operações pelas quais o enunciador pode especificar o grau e as condições de validade da sua predicação. Culioli destaca quatro tipos de operações modais:

1) O primeiro tipo é o das modalidades assertivas (enunciados afirmativos e negativos), interrogativas e injuntivas.

Na modalidade assertiva, o sujeito enunciador dispõe de dois valores (verdadeiro/falso ou afirmativo/negativo) para fazer a opção por um ou outro. Essa modalidade é fundamental em razão dos fenômenos de tematização no nível predicativo, relacionados às condições que permitem colocar o positivo e o negativo como referenciável. Por exemplo: “ele comeu um doce”; “ele não comeu um doce”.

Na modalidade interrogativa são apresentados dois valores possíveis pelo sujeito enunciador, ficando para o co-enunciador a escolha desse valor. Nem sempre há a escolha entre um ou outro, gerando assim, graus de indeterminação, graus de incerteza. Aqui, a própria recusa de uma resposta é considerada como uma escolha. Exemplo: numa interrogação como “Você pegou o meu livro?”, podemos ter, entre outras respostas: “Sim, eu peguei”; “Não, eu não peguei”; “Sei lá”; “Nem imagino quem pegou”.

Na injunção, tem-se qualquer coisa que não é nem assertiva nem interrogativa, mas algo compatível com as duas. A injunção abrange o pedido, a ordem, a súplica, a sugestão, como ocorre, por exemplo, em “Pegue este livro e leia!”.

2) O segundo tipo refere-se às modalidades que envolvem acontecimentos que os enunciadores consideram como suscetíveis de tornarem-se fatos sob certas condições (possibilidade de serem validados). Temos de um lado, o necessário, o possível; e de outro lado, o certo, o provável, o eventual. Por exemplo: “O doutor deve vir amanhã”.

3) O terceiro tipo abrange as modalidades de natureza apreciativa: julgamentos favoráveis, desfavoráveis, envolvendo a avaliação, a posição do sujeito enunciator frente a um fato. Exemplo: “Eu acho estranho aquele móvel”.

4) O quarto tipo é constituído pelas modalidades de natureza intersubjetiva. Elas determinam uma relação direta entre sujeito enunciator e co-enunciator. Esse tipo de modalidade agrupa o deôntico, a vontade, a permissão, assim como abre espaço para a modalidade do tipo 1, a injunção. Por exemplo: “O policial pode apreender a minha moto”.

Na modalidade deôntica há uma pressão sobre o sujeito do enunciado em relação à ocorrência que deve ou não se concretizar. Exemplo: “É necessário e justo que as empresas recolham a parcela previdenciária de seus empregados”.

Embora a modalidade tenha sido classificada em quatro tipos distintos, há pontos de contato entre eles, principalmente no que diz respeito ao possível, à capacidade e à permissão. Segundo Vignaux (1995), essa questão das combinatórias entre as modalidades é fundamental em qualquer enunciação, para que, de um lado, se construa certa representação das coisas e de outro que se estabeleça uma relação intersujeitos, considerando discursos anteriores ou projeções de discursos.

O aspecto, por sua vez, é uma categoria gramatical. Para Culioli (1999a, p. 130) “uma categoria gramatical se define como a correspondência entre um conjunto de operações sobre um domínio nocional complexo e os marcadores de operações”. Conseqüentemente, os marcadores aspectuais não são considerados como etiquetas estabelecendo um estatuto de um termo, mas como traços de operação.

O aspecto como categoria recobre problemas em todas as dimensões: o modo do processo (que envolve a questão da fronteira e da mudança de estado); problemas ligados à diátese; problemas que incidem sobre quantificação/qualificação; problemas ligados à modalidade; problemas que incidem sobre a topologia do tempo; problemas ligados à operação de determinação. No entanto, procuraremos reconduzir o aspecto a um conjunto de parâmetros mais simples.

Segundo o teórico, para se chegar a esses marcadores, “é preciso reconstruir as operações que permitem a esses arranjos de marcadores funcionarem como funcionam na atividade da linguagem” (1999a, p. 146). As operações aspectuais constituem operações de determinação de um predicado que se manifestam no processo enunciativo. São operações responsáveis por organizar os acontecimentos numa situação enunciativa, frente a referências espaço-temporais. Por meio das operações aspectuais, o enunciador indica como o “estado de coisas” expresso no enunciado se desenrola no tempo, podendo privilegiar ou não um ponto de referência temporal em relação ao momento da enunciação.

Segundo Culioli (1978a):

[...] O jogo dos valores aspectuais vai, de um lado, se situar no plano do que é construído, quer dizer, daquilo que é predicado no enunciado, marcando, assim, fronteiras, e por outro lado, de algum modo, projetar esse espaço sobre um eixo, localizando-o na ordem temporal (tempo da enunciação, lugar do sujeito em relação ao que ele enuncia, coordenadas que fixam os instantes e amplitude do processo) com o fim de fixar o tipo de representação visada (apud VIGNAUX, 1995, p. 580).

Vignaux (1995, p. 580) complementa a colocação de Culioli, dizendo que as operações aspectuais são espaços construídos por um percurso enunciativo, desde um momento origem até um momento visado, esperado ou atingido e que somente “esses jogos de temporalidade introduzidos na aspectualidade do processo permitirão modular do certo ao provável, mesmo ao simples hipotético ou ao improvável”.

Danon-Boileau (1987), situando seu estudo na teoria de Culioli, considera o aspecto um valor referencial, associado ao predicado no nível enunciativo, que resulta:

- a) da natureza da tematização definida na relação predicativa que ele revela. A tematização do predicado implica um valor de aspecto pontual (específico); a tematização de um argumento implica um valor do tipo não pontual (genérico);
- b) dos valores do operador de determinação, cujo predicado e, às vezes, o auxiliar, trazem a marca (“igual” – definido pelo presente; “ruptura” – definido pelo pretérito);
- c) da natureza da forma verbal, que pode ser uma forma simples (relação enunciativa simples), ou forma composta (relação enunciativa complexa).

Tomemos os exemplos: 1. “Ricardo come muito pouco” (aspecto não pontual); 2. “Ricardo comia como um passarinho” (aspecto não pontual); 3. “Ricardo está comendo muito pouco (agora)” (aspecto pontual); 4. “Ricardo comeu (ontem) muito pouco” (aspecto pontual); 5. “Ricardo come muito pouco...” (forma simples); 7. “Ricardo está comendo muito pouco” (forma composta – introdução do auxiliar que não provoca distanciamento do sentido de 5., vista por Danon-Boileau como opção posterior à definição da léxis).

Todas essas operações mostram que o valor referencial de um enunciado é construído no momento da enunciação, numa determinada situação, por um enunciador tendo em vista seu co-enunciador. Portanto, não há um valor referencial estável, o que há é uma relativa estabilidade.

2.8 Operação de negação

De um modo geral, a categoria lingüística da negação atravessa as categorias da determinação, do aspecto-tempo e da modalidade. Dessa forma, Culioli (1988) ressalta que não existe, em qualquer língua que seja, um marcador único de operação de negação.

Culioli, em seu estudo sobre a operação de negação, coloca questões do tipo: existe um dispositivo invariante e encadeamentos não quaisquer de operações que regulem todos os fenômenos ligados à negação? Os marcadores de negação são eles

derivados ou primitivos? A operação de negação é construída a partir de uma operação primitiva ou, é ela, primitiva?

Sobre a relação primitiva o teórico oferece a seguinte resposta:

[...] Existe uma operação *primitiva* de negação. [...] existe na atividade cognitiva, tal como se revela por meio de procedimentos significantes verbalizados (ou não verbalizados, como nas mímicas, os gestos e, de modo geral, os procedimentos corporais) uma representação específica do que é ruim, desfavorável ou inadequado (então, a rejeitar) ou do que comporta um vazio, um hiato, uma ausência. Em outros termos, temos de um lado¹⁹ uma operação pela qual significa-se que um estado de coisas não é bom, de outro lado, uma operação pela qual significa-se que temos ausência, vazio, ou de um modo mais amplo, hiatos (descontinuidade). No primeiro caso, remete-se a uma apreciação subjetiva, no segundo caso, remete-se a um modo de existência (ocorrência localizada/ não ocorrência para uma localização dada; aparecimento-desaparecimento, etc.) (1988, p. 19, grifo do autor).

Essa dupla negação primitiva marca transformações significativas no estado do mundo que cerca o sujeito. O que é oferecido à apreensão e ao olhar, imediato, presente e inalterado, não tem que ser privilegiado, em relação ao que é alterado, intermitente, oculto, ou percebido como ruim.

Passando essas colocações do nível cognitivo para um nível metalingüístico, confirma-se que não é possível construir um sistema de representação que não contenha um operador negativo²⁰.

Baseando-nos, agora, na questão da operação de negação construída, cuja análise realizada por Culioli teve como base marcadores de negação, constatou-se que ela apresenta uma dupla origem. Segundo Culioli (1988), de um lado, encontramos certos marcadores de negação que emanam de propriedades semânticas (como “quase”; “apenas”); de outro, encontramos marcadores que são o traço de uma

¹⁹ Culioli observa que essa separação é um tanto simplista, tendo em vista que há inter-relação entre as duas.

²⁰ Culioli simboliza-o por \underline{e} , assim \underline{e} Sit, lê-se: “não é localizado em relação ao sistema de coordenadas enunciativas”, “não é validado”, “não é o caso”.

operação complexa (construção de uma classe de ocorrências abstratas validáveis; varredura sobre a classe com orientação inversa do centro em direção ao exterior).

Segundo o autor, a negação construída é indissociável da negação primitiva:

[...] que consideremos a negação ligada às propriedades semânticas, ou que consideremos a negação saída de uma operação de varredura com a construção da parte vazia da classe de ocorrências, encontramos de um lado a negação qualitativa de recusa pelo sujeito do que é ruim, por outro lado a negação de localização e de existência. [...] Nesse sentido, podemos, sem temer incoerência, afirmar ao mesmo tempo em que a operação de negação é primitiva e que, por complexificação, se revela uma negação construída [...] (CULIOLI, 1988, p. 20-21).

Considerando, agora, as operações que resultam do desenvolvimento da negação primitiva em negação construída, num primeiro momento, destaca-se a necessidade da operação de identificação. Sabemos que sem a identificação, operação esta que assegura a estabilidade das representações, não existiria construção de determinações referenciais que regulassem trocas, diálogos entre os sujeitos.

Apesar de termos tratado dessa operação anteriormente, cabe aqui ressaltar uma síntese de Culioli:

[...] Identificar significa que toda noção (tratando-se de uma noção lexical, gramatical, ou de uma relação predicativa) é apreendida por meio das ocorrências (acontecimentos) dessa noção, isto é, por meio das representações ligadas a situações enunciativas, reais ou imaginárias. Constrói-se, assim, um agregado de ocorrências, que são identificadas a um tipo, centro organizador do domínio nocional, em relação ao qual o sujeito estabelece essa indiscernibilidade das ocorrências. Assim, por proximidade, toda ocorrência é identificada com toda outra ocorrência, o que assegura esta equivalência minimal sem a qual não se poderia ter produção – reconhecimento de formas (1988, p. 21).

Por meio da identificação, o sujeito coloca que uma ocorrência **a** é uma ocorrência da noção **A**. É uma operação fundamental que garante um “colocar em relação” - sem ela não seria possível nem a construção de termos, nem de relações.

Segundo Culioli, a identificação explica o caráter privilegiado do termo positivo, como representante de uma léxis que não é nem positiva, nem negativa, mas compatível com o positivo ou com o negativo. A léxis e a afirmação têm a mesma forma, então, a negação se assinala pela adjunção de um marcador. Mas, não sendo a léxis nem positiva nem negativa, todas as ocorrências da léxis que não se apresentarem como positiva ou negativa, são intermediárias. Portanto, a negação de uma relação de identificação não se resume apenas em adjunção de uma negação a uma relação positiva. Para fixar esta colocação, Culioli (1988) oferece o exemplo da negação vietnamita: para negar “X é Y”, usa-se: “<X é Y> não é o caso”.

A identificação da ocorrência de uma noção a uma representação típica (indiscernibilidade qualitativa) parece simples. Mas quando se trata de eliminação de distâncias que separa as ocorrências (identificação qualitativa por meio de alteridade), a operação torna-se um tanto complexa. Segundo Culioli, nesse caso:

[...] a identificação tem por base a eliminação de diferenças que se têm como não pertinentes ou que são provisoriamente suspensas. Tem-se, então, não mais construção por proximidade, mas considerando diferenças que se anulam. Constrói-se, assim, a representação de objetos complexos, desde que sejam identificáveis pelo remetimento a um centro e pela consideração de alteridades eliminadas; podem-se construir ocorrências abstratas, que controlam a latitude de variação entre o que poderia ser outro e o que não é, mas poderia ser o caso (1988, p. 22).

Segundo as observações complementares do lingüista, chega-se ao modo de construção dos possíveis, isto é, das ocorrências que, em qualquer medida e de qualquer maneira, podem ser identificadas a um centro (organizador ou atrator). E obtém-se o complementar, isto é, aquelas ocorrências que não podem ser identificadas a um centro, em qualquer medida e de qualquer modo que seja. Em resumo, temos

para a identificação a alteridade considerada, em seguida eliminada e para a diferenciação, a alteridade mantida.

Passemos, agora, a observações a respeito da operação de varredura. Sabemos que, para que haja negação, é preciso que haja construção prévia do domínio nocional. A operação de varredura consiste em percorrer a classe de ocorrências da noção considerada, sem poder ou querer validar tal ocorrência distinta entre as ocorrências possíveis do domínio. Segundo Culioli (1988), dois casos principais podem se apresentar:

[...] (1) de um lado, percorre-se a classe inversamente à orientação do gradiente (vamos, então, do centro em direção ao exterior); de cada ocorrência, qualquer que seja, marcamos que ela não está situada na zona da identificação, fronteira compreendida. Sai-se, então, em E (alteridade; “isto não é isto que é o caso”; vazio: “isso (ou qualquer que isto seja de próximo) não é o caso”); (2) por outro lado, a negação pode funcionar como um marcador de diferenciação (é um outro modo de inversão, que faz passar de uma zona à outra: lá em que tínhamos um laço de identificação, conduzia-se a uma distância de diferenciação). É o que temos em *Ele não come, ele devora* (não simplesmente-comer, daí *devorar*, mas também, eventualmente, “comer aos pouquinhos” (não verdadeiramente-comer) em *ele não come, ele bica*) (1988, p. 24, grifos do autor).

Procuremos entender melhor, então, a força que determina o movimento realizado pela operação de negação.

Na perspectiva culioliana, não há representação que não seja tomada em um conjunto de relações. Culioli declara que:

[...] A primeira relação elementar fundamental é aquela da representação em relação ao que é chamado de centro organizador (tipo definitório) ou centro atrator (modelo; grau de excelência ou de exemplaridade): é a relação de identificação. A segunda relação elementar fundamental é aquela que coloca a representação no domínio estruturado em zonas (interior; fronteira; exterior): introduz-se a alteridade e o gradiente, assim como as passagens de zona a zona. A terceira relação elementar fundamental situa a representação

(identificada, e colocada no domínio) em relação a um dispositivo de determinação enunciativa (1988, p. 26).

Aproveitando a oportunidade para complementar o que já foi colocado sobre a operação de determinação (ver item 2.3.4), esse dispositivo de determinação tem um duplo papel: permite efetuar o cálculo dos valores de referência e de regulação em relação ao enunciador origem que, fazendo isso, constrói sua posição a partir da qual a representação é considerada, ao mesmo tempo em que constrói a posição assinalada pelo co-enunciador. Nesse sentido, determinar é assinalar as posições enunciativas de onde situamos esse objeto que é uma representação.

Podemos notar, então, que toda representação remete seja a um estado relativamente estável (ou estabilizado), seja a um estado em relação com um estado diferente.

Procurando ilustrar e tornar preciso o que foi explicitado até o momento em relação à construção de todo arranjo de marcadores, temos uma síntese de Culioli:

[...] Designamos por p uma ocorrência de P , identificada com o valor centrado; designamos por p' uma ocorrência de P , identificada como *outra que p* . Vimos que para toda ocorrência de P se colocará a questão de saber se p_m ou p_n , ocorrências de P , são identificáveis à p ou à p' . Acontece que, para poder colocar tal questão, é preciso estar numa posição *fora* (p, p'); daí podemos construir a identificação a p ou a identificação à *outra que p* (quer dizer p'). Se p_m ou p_n são identificáveis a p , isso arrasta a constituição de um laço e a eliminação da alteridade (p'). Se identificamos p_m ou p_n com p' , obtemos um produto complexo, pois p' pode remeter a “ p não é o caso” ou a “*outra que p é o caso*”, sem considerar que *outra que p* pode referir a uma alteridade qualitativa, com diferença fraca, forte ou radical, ou a uma alteridade quantitativa (em particular à parte vazia). Mas um terceiro caso pode se apresentar: uma ocorrência p_m ou p_n , para fixar, de uma noção pode ser relacionada a uma representação complexa, onde nenhum dos termos é eliminado (1988, 26-27, grifos do autor).

Na teoria culioliana, não há marcador sem o traço memorizado de sua gênese, não há marcador (ou arranjo de marcadores) que não tenha saído de “um ajustamento de duas representações complementares pertencentes ao mesmo domínio de uma categoria nocional: todo objeto metalingüístico recepta uma alteridade constitutiva” (CULIOLI, 1988, p. 27). É um trabalho constitutivo de determinação (subjéctiva e intersubjéctiva; espaço-temporal; quantitativa e qualitativa) que compõe o ajustamento complexo das representações e dos enunciadores, suprime, coloca em relevo, mascara, essa alteridade.

De um modo geral podemos constatar que a operação de negação consiste em situar uma ocorrência nocional no domínio de validação (no domínio nocional). Para fazer isso precisamos estar numa posição fora-domínio que nos permita o acesso a todos os caminhos possíveis e percorrer o domínio, do centro em direção ao exterior, com inversão do gradiente, de modo que, por eliminação de alguns caminhos possíveis, conduza à saída: ou bem temos “vazio de p”, ou bem temos “outro que p”, ou enfim o par ponderado de duas representações colocadas em perspectiva.

A representação da negação é muito complexa. A negação induz uma representação complexa pelo fato mesmo de que o sujeito constrói uma relação de alteridade:

[...] no lugar em que trabalhávamos sobre o designado, o presente, o imediato, o próximo, operamos agora sobre identificação-diferenciação. [...] Em resumo, a negação permite a representação dos possíveis; ela é fonte e produto de abstração. Sem abstração e sem perspectiva, não há acesso à forma (esquemas, categorias, operações, objetos, espaços), não há invariância, não há deformabilidade (CULIOLI, 1988, p. 38).

Diante da complexidade do foi exposto sobre a operação de negação, essa colocação de Culioli vem resumir toda a sua importância relacionada à possibilidade de trabalhar de maneira determinativa e ao mesmo tempo dinâmica com toda a indeterminação constitutiva da linguagem.

2.9 A paráfrase na teoria enunciativa

De um modo geral a definição de paráfrase se aproxima de “dizer a mesma coisa utilizando palavras diferentes”, “o mesmo sentido sob uma forma diferente”. Essa concepção é um tanto restrita, pois, como podemos dizer a mesma coisa de uma maneira diferente? Acabamos por dizer outra coisa e não o que dissemos anteriormente. Esse tratamento simplista parte do princípio que temos unidades lingüísticas (ou seqüências) que caminham para uma identidade semântica.

Como vimos para a Teoria das Operações Enunciativas nunca temos seqüências lingüísticas idênticas, somente equivalentes. As unidades não são diretamente distribuidoras de sentido num meio textual dado, sua identidade caracteriza-se não por um valor, mas por um funcionamento. Encontramos o sentido de cada unidade, ou seqüência de unidades, na interação com seu meio textual. Nessa perspectiva, toda unidade usual da língua é polissêmica, ambígua, compatível com valores mais contraditórios. Não existe, então, enunciado isolado; todo enunciado é um entre outros, escolhido pelo enunciador, que se encontra diante de um conjunto de enunciados equivalentes possíveis. Segundo Culioli:

[...] toda parafrase caracteriza-se por uma invariante; acontece que uma invariante é uma estrutura, quer dizer um conjunto de relações entre termos, estável sob transformação. O recurso à intuição, se ele permite a classificação cômoda de enunciados, *não explica nada*: qual é a estrutura gramatical? De quais termos? Por que tal transformação se caracteriza por tais operações? De quais relações se trata? De quais termos? Por que tal transformação se caracteriza por tais operações? Quanto às regras descritivas, elas não têm, uma vez mais, nenhuma força explicativa. Em particular, elas não mostram porque podemos ter modulações parafrásticas e porque os enunciados parafrásticos têm a forma que eles têm. Satisfaz-se de um formalismo que se contenta em associar enunciados entre si, continuam a aprisionar duplamente a linguagem, mesmo se alargam a prisão: dá-se uma família, mas não o critério de pertinência à família, dá-se caminhos de um enunciado a um outro, mas não regras de derivação, em resumo verdadeiras *operações*. Como uma família parafrástica poderia ser definida como uma

classe de equivalências no sentido estrito, se não se pode, por operações formais, desmontar a equivalência e tornar a encontrar os enunciados empíricos a partir de um esquema comum? (1999a, p.46-47, grifos do autor).

Sabemos, agora, que todo enunciado faz parte de uma família de transformados parafrásticos. No entanto, nos encontramos diante do mesmo problema que é o da significação. O processo de construção da significação, na teoria culioliana, se faz pelo sujeito numa situação de enunciação articulando a relação entre objetos lingüísticos (que remetem a objetos extralingüísticos com suas propriedades físico-culturais) e valores referenciais (modalidade, tempo, aspecto, quantificação, etc.). E esse processo torna o enunciado um fenômeno único (não existe enunciado que não seja modulado). Para retomar alguns pontos já vistos no decorrer da teoria, recorreremos a Culioli:

[...] todo enunciado supõe um ato dissimétrico de *enunciação*, produção e reconhecimento interpretativo. Reconduzir a enunciação à somente produção e enunciador a locutor, é, no fim das contas, não compreender que o enunciado *não tem sentido* sem uma dupla intenção de significação de seus enunciadores respectivos. Esses últimos são *ao mesmo tempo* emissor e receptor, não somente em sucessão, mas no momento mesmo da enunciação. Em resumo, a comunicação com valor referencial estritamente externo e explícito somente é um caso limite (1999a, p. 47, nota de rodapé, grifos do autor).

Nesse sentido, uma família parafrástica nos dá em superfície uma classe de equivalência pobre, porque sinonímica. Mas, por outro lado, essa classe de equivalência é rica, porque um conjunto de formas deriva de um esquema comum de relações entre termos constituintes. Segundo Culioli (1999a, p. 48) “todo enunciado aparece com um arranjo, mas as operações lingüísticas são tais que um enunciado deixa que vários enunciados e várias interpretações intrincadas se manifestem”.

Precisamos saber como um enunciado pode suportar uma pluralidade de interpretações, uma família de enunciados em relação parafrástica. Necessitamos

identificar um esquema que dê conta da variação, caso contrário, teremos tantos esquemas quanto enunciados. E para isso, torna-se coerente um sistema metalingüístico que se distancie de um jogo de etiquetas e que permita representar a derivação parafrástica.

Somos conduzidos, então, a reconstruir a léxis contida no enunciado que vai gerar as famílias parafrásticas, pois se encontra nela a fórmula que associa uma relação primitiva entre os termos, um esquema de relações vazias, e operações de instanciação. A léxis nos fornece um pacote de relações e, para cada lugar, um domínio nocional pelo qual poderemos construir uma família parafrástica derivada de uma léxis por operação. O esquema de léxis induz à geração de uma família de enunciados em relação parafrástica. É preciso, no entanto, ressaltar que todos os enunciados gerados a partir do esquema de léxis não podem ser considerados como equivalentes num mesmo grau.

Por meio da observação dos enunciados (textos) gerados, precisaremos marcar formalmente a equivalência, isto é, liberar as regras que permitem passar de um arranjo ao outro e explicar porque esses arranjos particulares têm valores referenciais equivalentes, à modulação próxima (a família parafrástica é uma classe de ocorrências moduladas). Investigando as determinações enunciativas (contexto; situação empírica; preconstructos discursivos, etc.) poderemos restringir a varredura sobre as ocorrências parafrásticas. Essa busca, frequentemente, resulta na escolha de um único enunciado, pois somente o mesmo enunciado de origem é constituído pela mesma modulação do sujeito naquela situação de enunciação específica. Se a opção do enunciador foi aquela que resultou na forma do enunciado pela qual obtemos uma família parafrástica, é porque se concentrava nela toda a sua intenção de significar, que somente tal forma poderia realizar. Se o enunciador tinha intenção de significar “tal coisa”, significou “tal coisa” e não “outra coisa”. No entanto, essa modulação não impede a pluralidade de interpretações. Consideremos um exemplo proposto por Culioli (1999a): “Jean não lê romances policiais”, que pode ser interpretado notadamente como “Há Jean, em todo caso, que...”; “Jean, e Jean somente, não lê...”; “Jean não lê romances policiais (ele os sobrevoa)”; “Jean não lê romances, mas ele lê outros”; “Jean não quer ler...”; “Eu não quero que Jean leia...”, etc.. E, na produção de tal enunciado, o sujeito poderia

ter a intenção de criar um significado ambíguo, caso contrário, eliminaria a ambigüidade na própria situação de enunciação.

A teoria culioliana questiona a análise lingüística que se faz sem levar em consideração os enunciadores e a situação de enunciação, pois não temos unidades lingüísticas e nem seqüências que possuam identidade semântica. Enunciados em relação parafrástica remetem a uma invariante comum, a um pólo de regulação, a partir do qual ocorrem operações lingüísticas (predicativas e enunciativas) responsáveis pelas particularidades lingüísticas (variáveis) presentes em tais enunciados realizados. Por exemplo, não posso derivar o enunciado “Jean não lê romances policiais” em “Jean come uma torta de morango” (se o caso fosse “ele os come”, seria aceitável, no sentido de “fazer do hábito de leitura um hábito necessário e regular”). Se a relação predicativa de base pode ser considerada como a invariante da família parafrástica, cada paráfrase coloca uma reestruturação dessa invariante, que testemunha a escolha de uma estrutura temática: certos blocos nocionais movem-se na sua formulação, com relação ao enunciado, e outros não. O mecanismo de paráfrase remete a diversas modificações operadas para realçar ou a significação de um elemento, ou compatibilidades, ou ainda, operações subjacentes. As escolhas predicativas só se explicam à luz das operações referenciais determinadas pelo enunciador.

Quando passamos de um enunciado a outro por relação parafrástica, faz-se necessário que possuam traços de identidade semântica, identificados por meio de uma invariante, e traços de diferença semântica, identificados através das variáveis. É a própria atividade da linguagem, à medida que nos dá a estabilidade e a instabilidade. Em outros termos, temos:

[...] construção interpretativa dos fenômenos de superfície pelos enunciadores; há sempre proliferação da linguagem sobre si mesma; nós temos sempre um jogo de formas e um jogo de significações. A comunicação se funde sobre esse ajustamento mais ou menos bem sucedido, mais ou menos desejado, dos sistemas de determinação dos dois enunciadores. Cada operação é complexa [...], combina-se com outras operações, e filtra relações e valores em uma seqüência de signos. Assim,

compreendemos melhor porque um texto não tem sentido fora da atividade significante dos enunciadores, e porque a ambigüidade e o mal-entendido são não somente explicáveis, mas ainda parte integrante do modelo, do mesmo modo que os deslocamentos metafóricos. Em resumo, a significação de um enunciado, por outro lado seu sentido, provirá dessa acomodação intersubjetiva, das próprias condições de enunciação. A linguagem é um sistema, mas um sistema aberto (CULIOLI, 1999a, p. 48).

Percebemos que a “linguagem é um incessante colocar em relação (predicação, enunciação), e, graças a isso, enunciadores, tecendo um jogo estruturado de referências, produzem um excesso de enunciados e localizam uma pluralidade de significações” (CULIOLI, 1999a, p.48). Encontramo-nos numa lingüística das operações.

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO CONCESSIVA

Introdução

Na nossa dissertação de mestrado procuramos, por um lado, mostrar a insuficiência do tratamento tradicional das construções concessivas proposto pela maioria das gramáticas e, por outro lado, sugerir novas possibilidades de abordagem dessas construções lingüísticas, com base na Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli.

Neste capítulo não pretendemos apresentar um resumo dos resultados obtidos durante a pesquisa de mestrado, mas oferecer um contorno aos pontos centrais do trabalho sobre a construção concessiva, tendo em vista a articulação com a nossa proposta de estudo do curso de doutorado.

Cabe ressaltar que não nos aprofundaremos em abordagens já tratadas na pesquisa anterior. Para este primeiro momento, faremos apenas alguns apontamentos sobre a origem da concessão na retórica e sobre o tratamento tradicional dos manuais de gramática. A abordagem tradicional e a análise enunciativa específica da marca apesar de serão tratadas no próximo capítulo. Pretendemos apenas ressaltar que na origem da concessão encontramos a valorização do diálogo, da interlocução, do trabalho do sujeito no discurso argumentativo. Na abordagem tradicional, por sua vez, o trabalho do sujeito praticamente não existe, ou melhor, dissolve-se diante da potencialidade dos elementos de ligação.

A parte que se refere à análise enunciativa das construções concessivas fecha o capítulo tendo como objetivo propor um trabalho com o processo (linguagem) de construção do produto (língua) e que coloca a indeterminação como constitutiva da linguagem. Dessa forma, o sujeito inscreve-se no âmago da teoria, pois há toda uma atividade a realizar em busca da estabilização da significação pretendida. E esta, por sua vez, inclui um esforço constante de adequação entre interlocutores diferentes,

refletindo o próprio movimento da linguagem enquanto atividade de representação, referenciação e regulação.

3.1 A noção de concessão: do “diálogo semântico” ao “silêncio sintático”

O termo “concessão” fez parte do repertório da retórica antes de pertencer ao da gramática. A concessão tem seu lugar, tradicionalmente, na lista das principais figuras de argumentação. Ela é definida como um movimento argumentativo em dois tempos. O locutor inicia por reconhecer a validade de um argumento que ele atribui a seu adversário na discussão. Em seguida, ele enuncia um contra-argumento que vem restringir, ou mesmo destruir o alcance da validação anterior. O locutor parece concordar de algum modo com seu adversário, mas somente para tirar vantagem, ou para prevenir incidentes que poderiam prejudicar a sua argumentação.

Perelman, em seu tratado da argumentação, apresenta a extensão das pretensões e o dinamismo dos acordos argumentativos como sendo a função principal da concessão. Procura, desse modo, destacar as características ligadas à interlocução:

Cada vez que se segue o interlocutor em seu próprio terreno é lhe feita uma concessão [...]. A concessão se opõe aos perigos da desmesura; expressa o fato de que se reserva uma acolhida favorável a certos argumentos reais ou presumidos do adversário [...]. Os efeitos da concessão devem ser aproximados daqueles que se obtém ao não se eliminar sistematicamente de uma exposição todas as circunstâncias desfavoráveis (1996, p.553-554).

O teórico aproxima o papel da concessão ao desempenhado pela negação:

Renuncia-se a uma afirmação que se poderia ter sustentado, ou que terceiros sustentam, mas conservando um traço dela, como prova da riqueza de informação e da clarividência de quem reconheceu o não-valor de uma proposição (1996, p.554).

Retornando à característica dialógica da concessão, Anscombe (1985, p.343-345) rejeita a idéia de um sujeito falante único e propõe a existência de uma estratégia discursiva, ou seja, um “colocar em cena por um locutor de um enunciado, de diferentes enunciadores (com os atos que lhe são relacionados) e diversas identificações ou distanciamentos”. A concessão, por sua vez, consiste numa estratégia discursiva na qual há divisão de atos ilocutórios entre cinco enunciadores. Nesse esquema, o autor coloca a noção de oposição como invariante de todas as formas de concessão.

Por volta da metade do século XIX, emancipando-se do campo da retórica, a concessão começou a fazer parte do repertório das gramáticas tradicionais, mais especificamente dos estudos sintáticos. Vem sendo definida, quase na totalidade dos manuais, como uma categoria de subordinada adverbial.

Nas gramáticas, de um modo geral, a classificação das orações que integram um período composto recorre a critérios sintáticos: se as orações são estruturalmente autônomas, são chamadas coordenadas, se uma oração funciona como um dos termos de outra, diz-se que é subordinada. A oração que não desempenha nenhuma função sintática em outra oração do período chama-se oração principal. As orações subordinadas classificam-se em substantivas, adjetivas e adverbiais, “porque as funções que desempenham são comparáveis às exercidas por substantivos, adjetivos e advérbios” (CUNHA, 2001, p.600). A subclassificação das orações subordinadas realiza-se segundo a conjunção ou locução conjuntiva que as lidere. A classificação das conjunções, por sua vez, efetua-se de acordo com o tipo de ligação que permitem entre as orações. São subordinativas as que ligam duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra.

No caso das conjunções concessivas, iniciam uma oração subordinada em que se admite um fato contrário (obstáculo) à ação principal, que não é suficiente para impedi-la. Num primeiro momento, a classificação da oração subordinada concessiva fica condicionada à presença de conjunções ou locuções concessivas. No entanto, basta investigarmos melhor as gramáticas para encontrarmos observações complementares. Temos o caso das orações reduzidas, ou seja, de orações dependentes que possuem verbos numa das formas nominais e que, muitas vezes, não se iniciam

por conectores. Encontramos também observações sobre a possibilidade de algumas conjunções pertencerem a mais de uma classe e terem seus valores condicionados ao contexto no qual se inserem.

Alguns gramáticos chegam a atribuir às conjunções o papel de continuidade do discurso e até certo ponto percebem a indeterminação dessas unidades no momento da classificação das orações. Outros procuram trabalhar de forma mais flexível, assinalando diferentes modos de expressão do pensamento concessivo que não dependam da presença das conjunções. No entanto, ainda há uma confusão muito grande em relação aos critérios adotados para se classificar as orações: ora prevalece o semântico, ora o sintático, quando não os dois simultaneamente. Não se sabe se é o tipo de relação construída que determina a classificação da conjunção, ou se é o tipo de conjunção que determina a classificação da oração.

Encontramos, por um lado, na origem da concessão e em trabalhos lingüísticos de natureza argumentativo-pragmática, um tratamento que valoriza o diálogo, a atividade dos enunciadores e co-enunciadores no que diz respeito às potencialidades argumentativas dos enunciados concessivos. Esse tratamento privilegia a natureza semântico-pragmática da concessão, deixando de lado as realizações sintáticas. Por outro lado, temos uma abordagem tradicional que, ao valorizar as relações sintáticas desses enunciados, perde-se numa alternância de critérios de classificação. Nessa confusão de critérios de classificação o que fica explícito, de um modo geral, é a importância de aprender a reconhecer as conjunções, as orações como produtos isolados. O processo de produção e reconhecimento desses enunciados não é considerado. Ao condicionar a classificação das orações à interpretação das conjunções e locuções, calcula-se que estas tenham propriedades semânticas inerentes, que transmitiriam às orações. Ao condicionar o significado das conjunções ao contexto, considera-as como simples relatores. Esse posicionamento descarta o diálogo, os ajustamentos entre enunciadores, ou seja, descarta o investimento do sujeito na significação durante a interação verbal.

Resumindo, temos, na origem da concessão, a valorização do diálogo e não temos a descrição das marcas do enunciado que permitem a reconstrução dessa alteridade. A abordagem tradicional, por sua vez, exclui o diálogo e oferece uma

descrição baseada numa língua ideal, sistematizando-a em diferentes níveis que não apreendem o processo de produção/reconhecimento da significação.

Para a teoria culioliana, o objeto da lingüística é a atividade da linguagem (ela mesma definida como operações de representação, de referenciação e de regulação) e essa atividade somente pode ser apreendida, isto é, somente pode ser analisado o seu funcionamento, por meio das configurações específicas, dos arranjos numa língua dada. Privilegiar a natureza semântica ou pragmática seria resolver problemas que uma análise baseada somente na sintaxe não resolveria. No entanto, não há possibilidades de reter o semântico sem observar a gênese que possibilita a organização sintática dos enunciados. A atividade da linguagem remete a uma atividade de produção e reconhecimento de formas e, segundo Culioli (1999a., p.48), “há sempre no sentido mais forte, construção interpretativa dos fenômenos da superfície pelos enunciadores; há sempre proliferação da linguagem sobre ela mesma; temos sempre um jogo de formas e um jogo de significações”. Culioli postula a existência de valores invariantes dos marcadores linguísticos, valores esses que sofrem ajustamentos conforme a significação que se constrói em cada enunciado. Cabe acrescentar que não se trata de um conteúdo semântico determinado, fixo, mas de uma “definição semântica” que é invariante por permitir explicar todos os “sentidos” adquiridos pelas marcas; é maleável porque depende das interações observadas para que esses sentidos sejam validados.

3.2 A construção concessiva na perspectiva das operações da linguagem

Baseando-nos no modelo de funcionamento geral da linguagem, proposto pela Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli, procuramos analisar, na nossa pesquisa de mestrado, os enunciados concessivos como resultado de um conjunto organizado de operações predicativas e operações enunciativas, a partir de um primeiro nível, o nível das “noções” e de relações entre noções, caracterizadas por propriedades físico-culturais.

Nessa perspectiva, por meio de manipulações parafrásticas realizadas a partir de um primeiro enunciado e não pela identificação de conjunções, locuções conjuntivas ou preposições concessivas, podemos chegar a um funcionamento concessivo, manifestado de diversas maneiras:

- (1) Embora esteja doente, Pedro vai trabalhar todos os dias.
- (1a) Apesar de estar doente, Pedro vai trabalhar todos os dias.
- (1b) Apesar da doença, Pedro vai trabalhar todos os dias.
- (1c) Ainda que esteja doente, Pedro vai trabalhar todos os dias.
- (1d) Pedro está doente, mesmo assim vai trabalhar todos os dias.
- (1e) Por mais doente que Pedro esteja, vai trabalhar todos os dias.
- (1f) Pedro está doente e ainda assim vai trabalhar todos os dias.
- (1g) Estando doente ou não estando, Pedro vai trabalhar todos os dias.
- (1h) Pedro está doente, mas vai trabalhar todos os dias.

Podemos notar, então, diferentes modos de articulação entre léxico e gramática que são suscetíveis de receber uma interpretação concessiva. As construções citadas acima pertencem a uma família de enunciados muito próximos, comparáveis, mas não equivalentes num mesmo grau. Remetendo ao plano das categorias gramaticais tradicionais, teríamos conjunções coordenadas (mas), conjunções subordinadas (embora, ainda que, por mais que), locuções prepositivas (apesar de), locuções conjuntivas (ainda assim, mesmo assim), entre outras possíveis. No plano das noções gramaticais alguns marcadores parecem estar mais ligados à quantificação nominal, ao aspecto, à hipótese, à negação. Como conciliar uma heterogeneidade léxico-gramatical e nocional com a expressão de um funcionamento concessivo?

Numa reflexão operatória, definir a categoria das concessivas por meio de marcadores estritamente concessivos (embora, ainda que, mesmo que, etc.) é pouco pertinente, pois a utilização desses marcadores não pode obedecer a uma definição rígida, mas a uma paráfrase, ou seja, a um acontecimento do fenômeno concessivo. Segundo Culioli, um marcador é uma espécie de amálgama de procedimentos que põem em movimento e ativam as representações. São representantes materiais das

“operações de linguagem” as quais não temos acesso diretamente. Dessa forma, não interessa à teoria simplesmente constatar o que chamamos tradicionalmente de concessão, mas investigar o seu processo de produção e de reconhecimento, ou seja, saber “porque eu produzo um texto de tal modo, e porque produzindo esse texto, coloco em movimento essa representação no outro” (CULIOLI, 2002, p.172). É o que acontece com o processo de produção/interpretação da concessiva. A articulação léxico e gramática interage de tal modo que a partir dessa atividade poder-se-á produzir um texto que, quando for reconhecido, vai ser interpretado a partir desse funcionamento específico.

No entanto, mesmo diante da possibilidade de generalizar o funcionamento concessivo, cada marcador, cada arranjo de formas, possui especificidades, ou seja, exige determinados contextos, pequenas manipulações na passagem de um para outro.

Realizamos na pesquisa do mestrado uma investigação sobre o processo de construção dos enunciados concessivos. Como dissemos anteriormente, contornaremos os pontos centrais desse trabalho, tendo em vista a articulação com a nossa proposta de estudo sobre a atuação enunciativa da marca apesar de.

Distanciamos-nos da abordagem tradicional e dos estudos lingüísticos que consideram como objeto de estudo as construções concessivas como um “resultado”, como um produto em si. Inserimos-nos numa perspectiva enunciativa que se preocupa com a participação dinâmica dos enunciadores no processo no qual se constrói a significação. Nessa perspectiva, o enunciador constrói, por meio dos enunciados, valores referenciais, numa certa relação com o extralingüístico. O co-enunciador participa desse processo, reconstruindo as operações lingüísticas cujo enunciado proferido lhe fornece o traço, de modo que o sentido é a finalização de um modo de negociação, de ajustamento dinâmico entre enunciadores. Segundo Culioli:

A atividade de linguagem não consiste em veicular sentido, mas em produzir e em reconhecer formas enquanto traços de operações (de representação, referenciação e regulação). A significação não é então veiculada, mas (re)-construída. A relação entre produção e reconhecimento supõe a capacidade de ajustamento entre os sujeitos (1990, p.26)

Baseando-nos nos pressupostos do modelo culioliano, procuramos manipular e observar alguns enunciados concessivos com o objetivo de chegarmos às operações que estão na base da estruturação desses enunciados.

3.2.1 O funcionamento concessivo e a construção do objeto de referência

Num primeiro momento, propomos apresentar uma representação metalingüística que aponte para a boa formação da construção concessiva, ou seja, uma representação que reflita o modo de articulação léxico-gramatical responsável por estabilizar um funcionamento considerado concessivo. Depois de realizada essa análise no nível enunciativo, reconduziremos as observações obtidas ao nível nocional.

Observemos os seguintes enunciados:

- (2) Embora o carro esteja perfeito, trata-se de um carro usado.
- (3) Apesar de ele ter estudado, não passou no vestibular.
- (4) Por mais que seja calmo, falar de política deixa-o enraivecido.

Nós postulamos que cada um dos enunciados citados acima possa ser reconduzido, sobre o plano da representação metalingüística, a um funcionamento concessivo. Observaremos, primeiramente, a natureza da relação que se estabelece entre as duas proposições (p e q).

Vejamos:

- (2) p : Embora o carro esteja perfeito,
 q : trata-se de um carro usado.

A partir de p , “o carro esteja perfeito”, poderíamos, normalmente, inferir *não- q* , ou seja, “tratar-se de um carro novo”, por exemplo. Essa inferência é, entretanto, desconstruída, pois temos q , “trata-se de um carro usado”.

Na ocorrência (3) encontramos um funcionamento muito próximo, ainda que a construção empregada seja diferente:

(3) p : Apesar de ele ter estudado,
 q : não passou no vestibular.

A partir de p , “ele ter estudado”, poderíamos, normalmente, inferir $não-q$, ou seja, “passar no vestibular”. Essa inferência é desconstruída, pois não teve êxito no vestibular.

Para o enunciado (4) temos:

(4) p : Por mais que seja calmo,
 q : falar de política deixa-o enraivecido.

Normalmente, poderíamos a partir de p , “ser calmo”, inferir algo do tipo “nada o deixa enraivecido”. No entanto, essa relação inferencial é desconstruída, pois temos q : “falar de política deixa-o enraivecido”.

Nesse primeiro momento, podemos definir o funcionamento concessivo como resultante de uma desconstrução de uma relação de inferência normal entre conteúdos proposicionais.

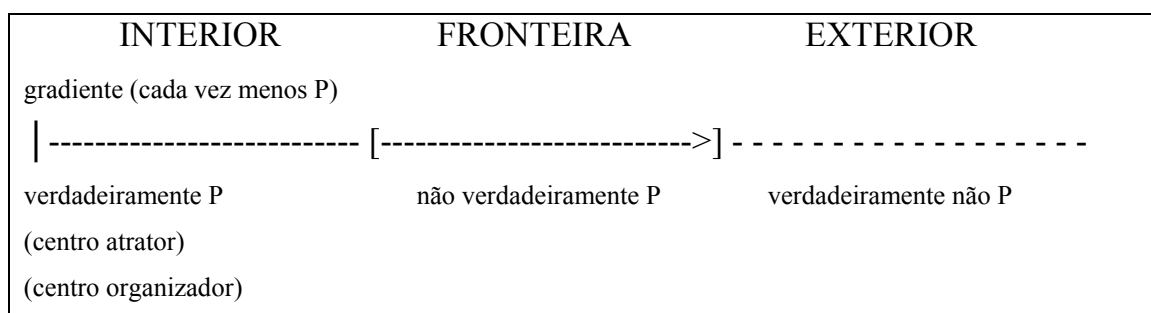
Procuraremos, agora, por meio dos pressupostos da Teoria das Operações Enunciativas, explicar o que entendemos por “conteúdos proposicionais” p e q , por “relação de inferência” de p a $não-q$, e por “desconstrução” dessa relação inferencial.

Essa interpretação das relações entre p e q poderia sugerir uma análise lógica. No entanto, na Teoria das Operações Enunciativas um conteúdo desse tipo não corresponde a uma relação lógica, suscetível de ser verdadeira ou falsa, mas a uma representação cognitiva complexa, chamada “noção”. Fala-se, então, em relações construídas sobre um plano nocional e não na oposição de duas proposições. Desse modo, não se trata de reescrever a superfície, mas de descrever o funcionamento concessivo sobre o plano das representações nocionais.

O termo “noção”, como vimos anteriormente, remete aos “sistemas complexos de representação de propriedade físico-culturais, isto é, das propriedades do objeto obtidas por manipulações necessárias, tomadas no interior de culturas” (CULIOLI, 1990, p.50). Segundo o teórico, para uma teoria que se ocupa da relação entre linguagem e língua torna-se necessário ter pontos híbridos de articulação em que o lingüístico está necessariamente aliado ao não-lingüístico. Essa concepção constitui uma abertura da lingüística, realizada pela extensão do objeto de estudo ao linguagístico e não somente ao lingüístico no sentido estreito do termo, ou seja, a de simples configurações que passam por uma língua dada.

Retomando, uma noção, então, não é dada pronta, mas é construída, organizada pelos enunciadores a partir de um conjunto de propriedades físico-culturais. Trata-se de uma representação cognitiva e lingüística e participa das operações de referenciação: os enunciadores produzem e reconhecem certos valores referenciais envolvidos nos enunciados. Para definir um domínio nocional torna-se necessário considerar uma classe de ocorrências da noção e, de um ponto de vista qualitativo, construir um espaço que permitirá distinguir o que pertence ao domínio (o interior, *p*), o que tem as propriedades da noção por excelência (o centro atrator), o que não tem verdadeiramente as propriedades requeridas (a fronteira), o que é outro (o exterior).

Poderíamos ilustrar a representação do domínio nocional da seguinte forma:



O modelo enunciativo de Culioli trabalha a partir relações primitivas, ou seja, a partir de uma relação predicativa não saturada que permite apenas apreender o domínio nocional. As propriedades que regem o domínio nocional são tiradas de diversas categorias, entre elas, semânticas (“ser cão”, “ser líquido”, “ler”), gramaticais

(tempo, aspecto, modalidade). Temos também as noções complexas que se aproximam dos ‘conteúdos proposicionais’ p e q . Trata-se da combinação de certo número de termos (noções lexicais) que se combinam e que resultam em noções complexas.

Vejamos o enunciado (2):

(2) Embora o carro esteja perfeito, trata-se de um carro usado.

Temos aqui o caso de domínios complexos, tais que se temos p , “o carro estar perfeito”, deveria não ter q , “tratar-se de um carro usado”. Em termos metalingüísticos, se estamos sobre o interior do domínio de p , deveríamos estar sobre o exterior do domínio de q , estar sobre $não-q$. Porém, temos nessa relação, o interior de p ligado ao interior de q . Portanto, a inferência que subentende aos enunciados concessivos é: tendo p , inferimos $não-q$. Para Culioli, a inferência:

[...] caracteriza-se por uma dupla relação; de um lado, nós temos uma relação de consecução, com uma diferenciação funcional entre a causa e o efeito [...]: p provoca q , q emana de p . [...] se p aciona normalmente q , isto significa que cada vez que temos p , temos também q (não temos p sem q), e quando temos q concluímos que q originou-se de verdadeiramente de p (ou, segundo as circunstâncias, necessariamente). Vamos construir, então, uma relação de concomitância (1990, p.175, grifos do autor).

Segundo o teórico, com a inferência marcamos a diferença irreduzível entre dois termos e estabelecemos uma relação assimétrica de acionamento que se funde sobre a noção de causalidade (diferenciação; causalidade; acionamento).

Procurando explicar melhor, as noções têm certas propriedades que as conduzem a certas combinações. Desse modo, a partir de noções como /gato/, /beber/ e /leite/, compreendemos que suas propriedades primitivas – e a interação dessas propriedades – oferecem certa ordem pré-enunciativa, de modo que /gato/ será, normalmente, a noção origem do processo, e /leite/ será, normalmente, a noção alvo, nessa que chamamos de “relação primitiva”. Essa configuração construída nocionalmente e perceptível na língua, segundo as palavras de Rezende (1988), é

resultado da incidência ou reiteração do processo de elaboração de símbolos nos mesmos lugares. Isso significa dizer que pelo fato de certas noções ocorrerem sempre próximas umas das outras, acaba-se criando uma relação de causalidade entre essas noções. Essas restrições, porém, não nos impedem de reverter essa ordem; o que pode evidenciar ou um predomínio ou uma projeção de predomínio de um valor sobre o outro. Para o nosso exemplo poderíamos ter: “o leite bebeu o gato”. Não é um enunciado inaceitável, mas representa uma situação inesperada, diante das propriedades colocadas em jogo. Segundo Rezende:

A reversibilidade é o corolário da causalidade, pois toda força desencadeada por uma origem deve caminhar para uma finalização e apresentar, portanto, um resultado que poderá ser avaliado como bom ou como ruim. O resultado pode não acontecer ou porque o impulso na origem não tem força suficiente (e a força precisará ser sempre medida em relação ao empreendimento que se tem pela frente, ao trabalho que se deve fazer, o que significa que é uma força dada pelo contexto de relação e não uma força absoluta), ou porque o objetivo é suficientemente forte (isso também em relação) para reagir e colocar resistência ao processo desencadeado (2003, p.23).

As mesmas restrições pré-enunciativas que pesam sobre esse tipo de combinação entre noções influenciam também as noções complexas. No caso da representação do funcionamento concessivo, *p* conduz, normalmente, a *não-q*. Essa relação causal pode ser descrita em termos de determinação entre noções complexas. Segundo Culioli:

Todo objeto (no sentido de objeto metalingüístico) é ora primitivo, ora construído a partir de um objeto primitivo. Todo objeto (seja primitivo ou construído) é sempre tomado numa relação: não há objeto isolado. É precisamente o que quer dizer determinado (1990, p.116)

Nós já tratamos do conceito de determinação, quando falamos sobre o domínio nocional. De fato, quando situamos um termo no interior de um domínio, temos uma determinação por identificação (=), quando situamos um termo no

exterior do domínio, temos uma determinação por diferenciação (\neq). Essas operações são dois valores possíveis do operador \underline{e} , operador de determinação. Esse operador é suscetível de tomar outros dois valores: um valor de ruptura (ω), tal que $\langle x \omega y \rangle$ indica que x não está nem identificado a y , nem dele se diferencia. Esse tipo de determinação define uma posição fora-domínio (não se situa nem em relação ao interior, nem em relação ao exterior). Há também o valor fictício ($*$), tal que $\langle x * y \rangle$ indica que a determinação de x em relação a y passa por um misto dos três valores já notados.

Desse modo, quando temos a inferência segundo a qual p conduz a *não- q* , podemos dizer que as noções p e q estão numa certa relação de determinação. Trataria, mais precisamente, de uma determinação mista composta de identificação e de diferenciação. Quando dissemos, durante a investigação sobre o funcionamento concessivo, que desconstruímos essa relação, queríamos dizer que passamos de uma relação inferencial (ou causal) p acionando *não- q* , à ausência da relação privilegiada entre os domínios p e q , de tal modo que p não é nem identificado a q , nem totalmente diferente dele ($\langle p \omega q \rangle$). Recusa-se, desse modo, de situar p seja no exterior, seja no interior do domínio nocional de q , possibilitando a estabilização de outro valor (*outro-que- p*) na situação de enunciação.

Notamos que a relação causal entre as noções permite a aproximação das noções envolvidas no enunciado ao que temos como noção-tipo. Para o enunciado concessivo (2), teríamos p conduzindo a *não- q* , ou seja, “um carro verdadeiramente perfeito” conduzindo a “um carro verdadeiramente novo”. No caso da ocorrência em questão, não temos *não- q* , mas simplesmente q . Desse modo, o valor da concessão, segundo as palavras de Rezende (2000), é construído tendo por base uma negação de possibilidade de existência que não foi respeitada. Teríamos para o exemplo (2): “Estando o carro perfeito, não deveria (não poderia) se tratar de um carro usado”. A construção do valor de concessão, então, não respeita essa possibilidade de existência fundamentada na força causal existente entre as noções e constitui-se como uma anticausa. Segundo Rezende (2000), a tradicionalmente considerada oração subordinada concessiva, nocionalmente, explicita um jogo de forças ou de causas e de orientação e ordenação dessas forças não respeitadas. A orientação da relação

primitiva < carro, estar, perfeito > se apresenta como um obstáculo para < carro, tratar-se, usado >, mas mesmo assim a predicação é desencadeada. Dessa forma, uma outra força causal sobrepõe-se sobre a primeira e é representada por uma propriedade diferencial. Nocionalmente, isso significa que a orientação da relação primitiva não pôde desencadear o processo porque as noções em questão não correspondem à noção-tipo. Teríamos, então, por exemplo, “carros não se apresentando como tão perfeitos” ou “uma apreciação de perfeição se distanciando da considerada ideal”. Cabe acrescentar que a propriedade diferencial, como alteridade, pode tanto dificultar quanto facilitar a finalização do processo e, segundo Rezende, pode se constituir:

[...] em processos de natureza qualitativa, e nesse caso, serão marcas de aspecto e modalidade que recobrirão tais processos, ou de natureza quantitativa, e nesse caso, serão marcas extensivas e intensivas que recobrirão tais processos (2000, p.223).

Percebemos, então, por meio da análise da construção dos enunciados concessivos, que há tanto a possibilidade da projeção quanto do bloqueio da causalidade instaurada a partir da primeira orientação da relação primitiva. Trata-se, enunciativamente, da busca de argumentos que complementem a predicação tida como esperada (nocionalmente), ou seja, da presença de dois atos discursivos dentro de um enunciado: um esperado a partir de uma primeira orientação da relação primitiva e outro que foi possível na ocorrência em questão. E essa medida, essa complementação, deixa explícita a importância do sujeito na construção das representações, a importância do diálogo entre enunciador e co-enunciador no ato enunciativo, o que, muitas vezes, não enxergamos na língua pronta, estática. Analisamos esse diálogo entre “o que é esperado” e “o que se tem numa determinada situação enunciativa” como consequência direta do diálogo entre o “eu e o tu” que existe em qualquer enunciado.

O enunciador, por meio dos marcadores concessivos, marca uma distância subjetiva em relação ao relativamente estável (esperado pelo co-enunciador). A ausência de identificação com a relação preconstruída dá lugar a uma operação de

alteridade qualitativa induzida pela avaliação (em bom/ruim) na situação de enunciação.

3.2.2 Um funcionamento concessivo geral e diferentes significações locais

Tratamos no item anterior da possibilidade de reconduzir as construções concessivas a um funcionamento específico, baseado na manipulação léxico-gramatical de cada enunciado. Tendo esse funcionamento geral propriedades de maleabilidade, de modo que diversas significações concessivas particulares possam ser reconduzidas a ele, passamos, agora, a exemplificar essa proliferação.

Nesse momento estudaremos as variações geradas pela própria variação nas propriedades dos domínios nocionais colocados em jogo. O outro tipo de variação, relacionado ao modo de construção da relação concessiva, será tratado no capítulo reservado ao marcador concessivo apesar de.

Seja o domínio nocional $P(p, p')$, no qual p representa a zona dos valores esperados e p' aquela dos valores não esperados, pela qual obtemos a configuração concessiva: p , representando a relação preconstruída p aciona normalmente $não-q$ e seu complementar lingüístico p' , reescrito aqui como *outro-que- p* . Com o marcador concessivo, o enunciador asserta, ou seja, diz ser o caso, o que não era esperado em oposição ao que era esperado, ou seja, pela introdução do complementar lingüístico não esperado na situação de enunciação descaracteriza a relação causal estabelecida entre p e $não-q$ e esperada pelo co-enunciador. Trata-se, então, de construir uma relação de *alteridade* que anule a relação de continuidade entre p e $não-q$. Desse modo, há passagem de uma zona à outra, do interior ao exterior no domínio nocional, por meio da introdução de uma ocorrência heterogênea sobre o plano qualitativo. É justamente essa heterogeneidade que o enunciador deseja assertar com o marcador concessivo na situação de enunciação.

Essa heterogeneidade qualitativa, esse distanciamento ao que temos como preconstruído e, portanto, mais estável, pode ocorrer de modos diferentes na atividade enunciativa.

Observemos as ocorrências:

- (2) Embora o carro esteja perfeito, trata-se de um carro usado.
- (3) Apesar de ele ter estudado, não passou no vestibular.
- (4) Por mais que seja calmo, falar de política deixa-o enraivecido.

Já verificamos anteriormente que os três enunciados podem ser reconduzidos ao funcionamento a partir de p , inferimos, normalmente, $não-q$ e assertamos $p-q$. Observemos como essa alteridade se realiza em cada um dos enunciados acima.

Em (2), espera-se de um carro perfeito que ele seja novo e de um carro usado que não esteja perfeito. A alteridade nesse caso porta sobre os diferentes modos de < ser perfeito > e de < ser usado >, o que faz que o aspecto qualitativo seja preponderante. Parafraseando, poderíamos ter *outro-que-p* da seguinte forma: “o carro não é tão perfeito que chegue a ser novo, nem é tão usado que chegue a estar imperfeito”.

Em (3), espera-se que a quantidade de estudo possibilite a passagem no vestibular. A alteridade porta sobre a quantificação das noções. Parafraseando, poderíamos ter *outro-que-p* da seguinte forma: “o tanto que estudou não foi o bastante para passar no vestibular ou esse vestibular exigiu muito estudo”.

Em (4), espera-se que nenhum assunto deixe-o enraivecido, já que é calmo. A alteridade porta sobre a gradabilidade da noção < ser calmo >. Parafraseando, poderíamos ter *outro-que-p* da seguinte forma: “temos uma calma que não é verdadeiramente uma calma”.

Dessa forma, verificamos que o marcador concessivo indica que há, na situação de enunciação, uma ocorrência que não está em conformidade com o que se tem por mais estável. O enunciador percebe que o que vai ser representado na situação de enunciação não respeita a orientação (causalidade) desencadeada pela relação primitiva entre as noções. Percebemos também que essas particularidades da construção concessiva podem ocorrer de diferentes modos na atividade enunciativa: operando preponderantemente no plano qualitativo, no plano quantitativo, entre outros.

O funcionamento concessivo opera e faz passar de uma zona à outra do domínio nocional sem que possamos chegar a um valor tido como estável. Tem-se, necessariamente, nesse caso, que procurar uma posição de estabilização, o qual se obtém, segundo Culioli (1999a), na forma de um valor “retido” a partir dessa relação de ineficácia, que reintroduz alteridade qualitativa na situação.

Por meio dos marcadores concessivos, podemos, então, visualizar o processo de construção de representação diante dos caminhos possíveis e que ainda não possuem uma referência pré-construída tida como estabilizada pelo co-enunciador. O enunciador assera um outro caminho possível ao lado daquele pré-construído e esperado pelo co-enunciador. Trata-se de colocar um hiato, um distanciamento em relação ao resultado esperado por meio de uma outra relação que é a desejada (a que foi possível no momento, que foi provocada por algo fora do controle), porém não a esperada na situação de enunciação.

O funcionamento concessivo mostra que há passagem de *p* a *outro-que-p esperado*. Isso se deve a uma ausência de identificação entre a iteração de uma relação pré-construída nocionalmente e a relação construída no nível enunciativo. Esse conflito entre um estado de coisas esperado e um estado de coisas efetivo é sustentado pelo conflito entre os enunciadores (imagem do co-enunciador). A construção concessiva faz aparecer operações que consistem em estabelecer distinções e a medir desvios para construir uma imagem do objeto de referência.

Podemos concluir que toda essa alteridade, seja no domínio nocional, seja na localização referencial tida como estabilizada, mantida pelo marcador concessivo, permite que trabalhemos em termos de complementaridade, possibilitando a construção de valores possíveis. São instabilidades que visam à reconstrução de um domínio nocional das noções envolvidas. Por meio do funcionamento concessivo, visualizamos a construção de novas relações que vem ocupar o espaço daquelas pré-construídas que também foram, um dia, construídas. Trata-se da própria construção da representação em busca de estabilidade.

CAPÍTULO IV

ESTUDO DA MARCA *APESAR DE*

Introdução

Neste capítulo propomos investigar a marca apesar de. Ofereceremos alguns apontamentos sobre a sua origem e sobre o seu lugar na abordagem tradicional. Apresentaremos também observações sobre a interação da marca apesar de com o seu contexto de esquerda e de direita e sobre a sua relação com a retomada e com a projeção da representação.

4.1 A marca apesar de: alguns apontamentos sobre a sua origem

Na origem da marca apesar de temos a junção de *a+pesar*²¹ e o acréscimo da preposição “de”. Temos o prefixo *-a*, correspondente à preposição *a*, exprimindo movimento para, direção, aproximação, acréscimo, tendência, iniciativa. Machado (1973), em seu Dicionário etimológico da língua portuguesa, considera esse adicionamento do prefixo *-a* como expletivo, pois se acrescenta em algumas palavras sem alterar ou modificar o seu sentido.

“Pesar”, segundo alguns dicionários etimológicos, veio do latim *pensare*, que significava “suspender”. Era um verbo aplicado ao uso da balança (pendurar os dois pratos da balança). Daí se originou a palavra “pesar”, tanto no sentido de verificar o peso, como no de ponderar – por exemplo, na expressão “pesar prós e contras”.²² “Pesar” também quer dizer solidariedade com a tristeza de alguém que sofre.

Em Machado (1958), encontramos, entre outras, os seguintes registros para “pesar”: apreciar; avaliar; comparar; contrabalançar; pagar; compensar; trocar;

²¹ Em espanhol: a pesar de (não houve junção).

²² Do mesmo modo, *pensare* gerou a palavra “pensar”, no sentido de “meditar”, que pressupõe equilíbrio, exame criterioso.

comprar; resgatar; expiar. Em Nascentes (1966, p.577) temos: “freqüentativo de *pendere* ‘pendurar (as conchas da balança para ver o peso)’; o sentido moral de ‘causar tristeza’ vem de quem fica triste sentir como que um *peso* no coração”. Bueno (1974) define “peso” como resistência dos corpos à ação da gravidade.

O Moderno dicionário da língua portuguesa – Michaelis²³ registra, entre outras, as seguintes acepções para “pesar”: determinar o peso de; pôr na balança para verificar o peso; ter o peso de; ter certo peso; exercer pressão, fazer peso; sobrecarregar com o peso; fazer carga; recair; causar incômodo semelhante ao peso; causar incômodo; estar sob a ação do sono; examinar atentamente; ponderar; calcular antecipadamente as conseqüências ou o alcance de; deixar sinais de tristeza; ser causa de mágoa ou sentimento; causar arrependimento ou remorso. Para estas últimas acepções, de acordo com a observação registrada no dicionário, pode-se também usar pesar de, servindo a preposição *de* para indicar a causa do pesar ou do arrependimento. Cita como exemplo: “Sobremodo já me pesa de não ter podido fugir a esta exposição (Rui Barbosa)”. Para “peso”, temos, entre outros registros, pressão exercida por um corpo sobre o obstáculo que se opõe diretamente à sua queda; tudo o que carrega ou exerce pressão; importância, consideração.

A preposição “de” indica várias relações. Entre elas, origem, proveniência, matéria, posse, conteúdo. Cunha (2001) declara que a preposição “de” traz o valor de movimento, ou seja, de afastamento de um ponto, de um limite, procedência, origem e que as noções de causa, de posse, entre outras, são derivadas e podem prevalecer em razão do contexto.

Observando a origem dessa marca, podemos perceber que apesar de está ligado a noções de apreciação, avaliação, comparação, ponderação, verificação de peso, verificação de resistência, cálculo de conseqüências e de alcance, importância, consideração. Está ligado ao mesmo tempo a noções de posse e de afastamento de um ponto.

Procurando relacionar esses apontamentos com os enunciados concessivos, poderíamos dizer que a contrariedade, a existência de um obstáculo, presente nesses enunciados, encontra fundamento nas noções acima: é verificando o peso de alguma

²³ WEISZFLOG, W., 1998, p. 1607.

coisa, calculando o seu alcance e as conseqüências que ele representa para mim e para o outro, que eu manipulo essa avaliação e consigo chegar a um resultado ou evitar um resultado, mesmo que ele seja diferente daquele esperado por mim ou pelo outro.

Passaremos, agora, a investigar o papel desempenhado pela marca apesar de segundo a visão tradicional.

4.2 A abordagem tradicional da marca apesar de: locução prepositiva ou conjuntiva?

No que diz respeito aos diferentes modos da construção concessiva encontrados nas gramáticas, podemos perceber que a marca apesar de ora aparece na parte dos estudos morfológicos como locução prepositiva, ora aparece na parte da sintaxe como locução conjuntiva (apesar de que) ou ligada a orações concessivas reduzidas de infinitivo. Cabe ressaltar que não encontramos ocorrências exemplificando essa marca como locução prepositiva e nenhum comentário sobre sua relação com a concessão. Apesar de é relacionada à concessão quando vem seguida da partícula que (apesar de que), exemplificada como oração adverbial concessiva, e na forma reduzida enunciada pelo infinitivo.

Para a teoria culioliana não importa a classificação da marca apesar de como locução prepositiva ou conjuntiva, mas o seu processo de construção e sua atuação na atividade enunciativa. Investigam-se, então, as condições contextuais que possibilitam a construção concessiva e especificamente aquelas relacionadas a essa marca, sem perder de vista as estabilidades que fazem que a atividade de produção/reconhecimento seja possível.

4.2.1 Preposição e locução prepositiva: algumas definições

De um modo geral, as preposições e locuções prepositivas são definidas tradicionalmente como palavras ou grupo de palavras que tem por função ligar um

constituente da frase a outro. Partindo dessa generalização, percebemos que alguns gramáticos procuram complementá-las.

Said Ali, por exemplo, em sua Gramática histórica, declara haver pontos de contato entre advérbios e preposições, justificando-os por meio da origem das preposições: “as preposições latinas foram primitivamente advérbios” (1964, p.203). Segundo o gramático, as preposições são usadas antepostas a substantivos e pronomes (e também ao infinitivo como forma nominal) para lhes acrescentar noções de lugar, instrumento, meio, posse, entre outras. Em sua Gramática secundária (1964), oferece uma lista de preposições e locuções prepositivas, mas não cita *apesar de*.

Para Barros (1991) a preposição é termo que designa, entre as partes do discurso, a classe das unidades que indicam certas relações entre os termos de um esquema sintático. Não cita a locução apesar de, mas diz que a preposição pode ser simples ou composta (locução prepositiva). O gramático salienta que “a preposição indica certas relações entre os termos de um esquema sintático e, em suma, que a preposição é um verdadeiro operador que conserva, sem embargo das transformações, o indício de relações fundamentais” (1991, p.178). Oferece como exemplo: (O fato) de estar chovendo tumultuou o trânsito → O trânsito foi tumultuado porque está chovendo (pela chuva). Complementa, ainda, dizendo que “as preposições são unidades de regime híbrido; gramaticais enquanto indicadores de relações, mas também léxicas; daí os problemas de referência semântica, empregos fraseológicos e dificuldades sintáticas que se entrelaçam”.

Para Cegalla (1995), as preposições somente possuem sentido na frase, ou seja, geram diversas relações, tais como de causa, direção, finalidade, lugar, modo, oposição, tempo. No entanto, admite que algumas delas contenham, isoladamente, uma vaga noção de tempo e lugar. O gramático cita a locução prepositiva apesar de na parte dedicada aos estudos morfológicos, no entanto, não foi relacionada à concessão.

Rocha Lima (1998), classifica as preposições como essenciais e acidentais. Nestas últimas inclui a locução prepositiva apesar de, sem oferecer nenhuma ocorrência e sem relacioná-la à construção concessiva.

Cunha (2001), em sua Nova gramática do português contemporâneo, diz que é possível estabelecer para cada uma das preposições uma significação fundamentada,

marcada pela expressão de movimento ou de situação resultante (ausência de movimento) e aplicável aos campos espacial, temporal e nocional. Cunha complementa, ainda, dizendo que a maior ou menor intensidade significativa da preposição vai depender da relação sintática por ela estabelecida. O gramático apenas cita a locução apesar de entre outras que classifica como prepositiva, mas não a relaciona à idéia de concessão.

A tradição gramatical se ajusta ao caracterizar a preposição como uma palavra de relação. Os dicionários de lingüística também registram essa função sintática e, até certo modo, preocupam-se com as características próprias de cada preposição. Em Dubois *et al* (2001), as preposições são tidas como palavras que exprimem relações gramaticais. Dubois *et al* distinguem preposições vazias, que são simples instrumentos sintáticos, das preposições plenas que, além da indicação da relação sintática, possuem um sentido próprio. Oferecem como exemplo de preposição vazia o “de” na ocorrência “É tempo de partir”. Como exemplo de preposição plena, encontramos o “antes” que, segundo os lingüistas, introduz um complemento circunstancial de tempo, mas exprime também a idéia de anterioridade. Dubois *et al* observam, ainda, que não existe uma distinção clara entre advérbio e preposição.

Câmara Júnior (1981) observa que as preposições acumulam a função de subordinar com noções categóricas – de posse, de posição, de direção, de proveniência, etc. Para o lingüista, a locução é um tipo de sintagma, intermediário entre o sintagma lexical e o sintagma sintático.

As preposições e locuções prepositivas, de um modo geral, revelam-se híbridas. De um lado, elas são unidades do léxico, dotadas de alguma significação, mais ou menos flexível sob a pressão dos contextos. Por outro lado, elas desempenham um papel gramatical, pois servem para assinalar uma função ou uma ligação sintática. Percebemos, em algumas gramáticas, que há certo interesse em entender a articulação entre léxico e gramática, mas essa tentativa restringe-se à observação da língua como produto. Não há interesse no processo de estruturação dos enunciados, não há valorização da maleabilidade oferecida pela linguagem e nem da necessidade de ajustamentos entre enunciadores no momento da enunciação. Desse modo, fenômenos como os que envolvem a marca apesar de, que ora aparece como preposição, ora como

conjunção, são marginalizados. Como locução prepositiva, por exemplo, essa marca aparece na lista das locuções, mas não é relacionada a nenhuma atividade enunciativa.

4.2.2 A marca apesar de como locução conjuntiva

Como dissemos anteriormente, no tratamento tradicional, a marca apesar de desempenha o papel de uma conjunção quando está acompanhada da partícula que (apesar de que) em orações subordinadas adverbiais concessivas desenvolvidas e quando introduz orações subordinadas reduzidas de infinitivo. Essas orações, geralmente, estão ligadas à admissão de um fato contrário (obstáculo) à ação principal que não é suficiente para impedi-la.

No caso das orações reduzidas, deparamo-nos com uma situação contraditória em algumas gramáticas. Em Cegalla (1995), por exemplo, a oração reduzida é definida como aquela que se apresenta sem conectivo e com verbo numa forma nominal. No entanto, quando exemplifica a adverbial concessiva reduzida de infinitivo, cita um exemplo: “Apesar de (não obstante, ou sem embargo de) ser ainda criança, Marcelo não teve medo”.

Rocha Lima (1998) apresenta apesar de que como conjunção e apesar de como locução. Relaciona esta última à apresentação da forma reduzida de concessão.

Said Ali (1964) cita apesar de como conjunção concessiva, na forma apesar de que. Complementa dizendo que o pensamento concessivo pode ser enunciado por uma oração infinitiva, sendo o verbo regido de apesar de, não obstante, sem embargo de.

Não nos deteremos em definições de conjunções e orações concessivas. Realizamos esse estudo na nossa dissertação de mestrado. Pretendíamos apenas demonstrar a divisão do estudo da marca apesar de em duas categorias (preposição e conjunção) e a falta de articulação entre os dois tratamentos.

Para a teoria culioliana, as tradicionalmente conhecidas como preposições e locuções prepositivas possuem as mesmas propriedades fundamentais que outras classes de palavras, lexicais ou gramaticais. Elas determinam certas propriedades sintáticas e exercem restrições semânticas em interação com seu meio textual. Desse

modo, podemos ter, por exemplo, a marca apesar de admitindo o infinitivo e a marca embora, bloqueando-o. A marca apesar de, como outras marcas, assegura a coerência do seu meio textual e funciona como barreira protegendo o complemento de certas operações sintáticas.

Partindo dessas observações, direcionaremos, agora, o estudo da apesar de ao processo de produção e reconhecimento de textos, que é justamente o objetivo do nosso trabalho. Baseando-nos na natureza indeterminada da linguagem e na atividade de construção de significação realizada pelo sujeito, procuraremos investigar o funcionamento dessa marca e sua contribuição para a significação do enunciado.

4.3 Apesar de: a relação com o contexto de esquerda e de direita

Nesse momento, faremos apenas algumas observações sobre o contexto de inserção da marca apesar de e procuraremos relacioná-lo a algumas conseqüências na situação de enunciação. Devido à grande incidência do uso dessa marca diretamente relacionada a formas nominalizadas e a verbos no infinitivo, faremos dessa observação uma forma de delimitar a nossa pesquisa, focalizando-nos na análise desses casos.

4.3.1 Apesar de e a ligação temática²⁴

Freqüentemente, encontramos a marca apesar de relacionada diretamente a verbos no infinitivo²⁵ (*apesar de ser...*), a formas nominalizadas (*apesar das inundações...*; *apesar da ambigüidade...*); a pronomes demonstrativos (*apesar deste dado...*); a pronomes adjetivos possessivos (*apesar de seu ótimo desempenho...*), entre outros.

Observando as ocorrências da marca apesar de, podemos perceber que ela desempenha um papel na ligação temática, ou seja, faz parte de um mecanismo de

²⁴ A leitura da obra de Morel (1996), principalmente do estudo da preposição *malgré*, influenciou em alguns posicionamentos e contribuiu para o direcionamento deste capítulo.

²⁵ Baseando-nos, ainda, em categorizações tradicionais.

retomada entre os argumentos de um discurso. Esse papel fica mais perceptível quando observamos a expressão “apesar disso” e a presença de um pré-determinante demonstrativo. Vejamos alguns exemplos:

(1) A oleosidade da pele e o surgimento da acne são problemas de inúmeras causas. As alterações hormonais são as principais responsáveis, principalmente na adolescência. Apesar disso, a boa alimentação, associada a um estilo de vida saudável, pode amenizar o problema.

(2) Todos os questionários foram revisados pelo coordenador de campo, e algumas informações tiveram de ser complementadas. Apesar deste procedimento, verificou-se que algumas questões não foram respondidas a contento.

As ocorrências da marca apesar de com o que conhecemos tradicionalmente por pronome adjetivo possessivo marcam um tipo de relação que serve, principalmente para relacionar o argumento introduzido pelo marcador concessivo a um constituinte nominal da construção, por antecipação catafórica. Vejamos o exemplo:

(3) Apesar de sua brilhante participação em todas as olimpíadas, Ricardo sempre manteve a humildade e foi um ponto de referência para os demais alunos do Grupo.

Quando o argumento introduzido pelo marcador concessivo é dotado de um pré-determinante indefinido, não é o valor anafórico que está em jogo, é antes o aspecto quantitativo do fenômeno:

(4) Apesar de um policial acreditar que a pessoa realmente cometeu o crime, somente a justiça poderá considerar a pessoa culpada.

(5) Em vários municípios, apesar de uma resistência inicial, houve uma facilidade muito grande para desenvolver o projeto.

(6) Apesar de grandes esforços, os índices de evasão, reprovação e atraso escolar são muito altos.

O outro papel importante do marcador concessivo apesar de é de permitir a nominalização de um processo verbal. Essa nominalização pode incidir de diversas maneiras no plano enunciativo. Pode resultar numa ausência de apresentação existencial (*há*); pode gerar uma modificação na marcação das relações actanciais; pode operar uma tematização sobre um dos actantes da relação predicativa construída pelo verbo. Procuraremos demonstrar esse funcionamento da marca apesar de por meio de paráfrases realizadas a partir do marcador embora:

(7) Apesar das inundações deste verão, São Paulo não deixou de comemorar seus 452 anos.

(7a) Embora tenham ocorrido inundações neste verão, São Paulo não deixou de comemorar seus 452 anos.

(8) Não tinha o hábito de conversar com o chefe, apesar da insistência dos colegas de trabalho.

(8a) Não tinha o hábito de conversar com o chefe, embora os colegas de trabalho insistissem.

(9) Apesar da ambigüidade dos termos, é evidente que se referiam ao Plano Collor.

(9a) Embora os termos sejam ambíguos, é evidente que se referiam ao Plano Collor.

(9b) Embora haja ambigüidade nos termos, é evidente que se referiam ao Plano Collor.

(10) Apesar do carinho imenso que dedicavam aos filhos, a disciplina era severa, razão de exagerarem nos castigos físicos.

(10a) Embora dediquem um carinho imenso aos filhos, a disciplina era severa, razão de exagerarem nos castigos físicos.

(11) Quanto à Maria, apesar da recusa sofrida, não perdeu a vontade de continuar tentando.

(11a) Quanto à Maria, embora tenha sofrido uma recusa, não perdeu a vontade de continuar tentando.

Podemos perceber que o marcador concessivo apesar de permite operar uma recentragem temática sobre os constituintes da construção, tratando-se de um actante, de uma circunstância ou de uma construção nominal.

O funcionamento de recentragem temática ora é realizada a partir do contexto anterior, ora dado como novo no contexto no qual se inscreve. No caso das qualidades ou dos fatos introduzidos sob uma forma nominalizada estão presentes como já atualizados no contexto e não são suscetíveis de variação. Cabe observar que se trata de uma aparente estabilidade referencial que encontra força somente como projeção do que virá a ser uma existência de representação.

No caso do apesar de ligado ao infinitivo, uma categoria dos modos não-pessoais e não-temporais, apresenta-se também apenas uma imagem virtual do processo, uma projeção. Trata-se da forma verbal que utilizamos quando fazemos abstração do sujeito e do tempo da realização dos acontecimentos. Para Moraes (1968), o infinitivo é aquilo que dá ao verbo o sentido de transitividade. Pensando na transitividade de um modo operatório, ou seja, como um encadeamento de forças fundamentadas numa relação causal que visa a estados resultantes, o infinitivo permite que visualizemos a possibilidade de existência da representação. A apreciação do sujeito, marcas modais e aspectuais inseridas na situação enunciativa é que vão orientar a representação para a sua existência ou não-existência (o que também acontece com as formas nominalizadas). Vejamos os exemplos:

(12) Apesar de ser magra, Maria está sempre de dieta.

(13) Apesar de ser uma leguminosa como a soja, o feijão não possui as isoflavonas, substância que apresenta inúmeros benefícios à saúde.

Temos para (12), uma força sobre a projeção do resultado < ser magra > que nos leva < não estar de dieta >. Aparentemente a existência da primeira relação poderia estar comprometida pela presença da segunda, no entanto, a relação < estar de dieta > pode ser uma condição para a continuidade de < ser magra >: “estar sempre de dieta para continuar sendo magra”. Temos para (13), uma força sobre existência de identificação entre a relação de < feijão, ser, leguminosa > e < soja, ser, leguminosa >. No entanto, o sujeito não pode assumir totalmente essa identificação porque nega a existência da relação < feijão, ter, isoflavonas > e aceita a relação < soja, ter, isoflavonas >, diferenciando-as.

4.3.1.1 A recentragem temática e a relação entre noção verbal e noção nominal na teoria enunciativa

Para entender a recentragem temática na teoria culioliana, temos que partir de uma definição de enunciado como uma relação predicativa localizada em relação a um sistema de coordenadas enunciativas e estudar os encadeamentos de relações predicativas para verificar como se constrói a representação de um objeto como fio condutor do discurso.

A anáfora é tida como um processo de construção de referência, por meio do qual o valor referencial de um termo anafórico é determinado pela retomada do valor referencial de outro termo, também ele determinado, por sua vez, no próprio universo de referência no qual ocorre. Há construção de referência anafórica quando a referência de um determinado elemento (seja B) resulta da retomada, total ou parcial, da referência de um elemento (seja A) anteriormente introduzido no enunciado ou no texto de que faz parte. Segundo Groussier (1996), na teoria culioliana, o termo anáfora estende-se à significação específica que é ‘referência ao contexto esquerdo’. Tomemos um exemplo: “Tratava-se de um homem muito rico e poderoso. (...) Certo dia, o rico resolveu doar toda a sua fortuna”. A ocorrência < (ser) rico > é uma construção anafórica obtida a partir de < (ser) homem, rico, poderoso >, retomando, assim, o seu valor referencial.

Na teoria enunciativa de Antoine Culioli, a referência anafórica é considerada uma operação abstrata de determinação (*repérage*), por meio da qual um termo é delimitado em relação a outro, designado termo delimitador. Desse modo, termo delimitador passa a ter uma interpretação referencial que serve como ponto de partida na construção do enunciado; trata-se do primeiro ponto de referência para o resto da relação construída. A relação delimitador/delimitado depende da relação primitiva entre as noções, dos preconstructos.

A noção e a relação entre noções permitem a construção de um domínio de sentido, de referência. A noção existe na forma de predicado e de nome; não é nem verbal, nem nominal. As passagens entre o nome e o verbo são condicionadas pela possibilidade de uma mudança de ponto de vista sobre a referência, pela existência de

uma aproximação privilegiada (e cultural) entre um acontecimento e uma noção. As diferenças semânticas provêm do fato que utilizam imagens diferentes para estruturar o mesmo conteúdo. As formas dos enunciados resultam de operações de determinação sobre propriedades nocionais. Essas operações de determinação colocam em jogo o problema da referência, que Culioli trata como problemas de referenciação. Nessa perspectiva, a referência distancia-se de uma simples relação de codificação entre um referente externo e uma designação. O interesse está nas relações complexas entre referente e valores referenciais. O valor referencial projeta-se sobre o referente e essa projeção divide-se em ocorrências. A partir dos referentes, os indivíduos constroem noções, a partir das quais terão um domínio nocional e ocorrências dessas noções (no nível lingüístico). O processo de estabilização dos referentes apóia-se sobre o fato de que os objetos do mundo, naturais ou artificiais, têm um envoltório-fronteira, com um interior e um exterior (ver capítulo II).

Os fenômenos de construção e reconhecimento de referência anafórica envolvem aspectos de natureza lexical e gramatical, os quais se articulam de modos diferentes. Esses aspectos relacionam-se, fundamentalmente, com a propriedade de uma aparente autonomia referencial que o termo que retoma possui, fora e no seio das ocorrências lingüísticas de que faz parte. Os anafóricos nominais, por exemplo, são dotados de certa estabilidade referencial, já que em contexto, ao ser-lhes atribuída referência atual, projetam a referência anterior.

Voltando ao funcionamento da marca apesar de, observamos durante a organização do corpus da pesquisa de mestrado a incidência de seu uso relacionado a formas nominalizadas e a verbos no infinitivo. Temos, então, de um lado, uma frequência ligada a uma relação mais verbal e, de outro, a uma relação mais nominal e a léxis como elemento comum às duas construções. Tanto os nomes quanto os verbos constroem referências identificáveis no espaço (mental) dos enunciadores. Essas operações têm a finalidade de fazer surgir alteridade entre propriedades de relativa estabilidade e propriedades de organização. Segundo Rezende:

A nominalização e o enunciado verbal teriam em comum as unidades lexicais e um certo tipo de relação entre elas. Sintaticamente o enunciado

verbal é finito e autônomo, e a nominalização, não tendo asserção, não tem também autonomia sintática. A léxis é o elemento comum às duas construções. O enunciado nominalizado é pré-construído e não foi assumido pelo enunciador. (...) As nominalizações não são construídas nem pelo discurso nem dentro do discurso; estão no real, com um efeito de evidência de que o enunciador se apropria para preencher um lugar da única léxis que ele assume a responsabilidade (enunciado complexo), e poder, assim, fundamentar a sua argumentação sobre alguma coisa apresentada como incontestável (2000, p.287).

4.3.1.2 Ocorrências de apesar de: retomada e projeção

Observemos novamente o enunciado (8) e as suas respectivas manipulações:

(8) Não tinha o hábito de conversar com o chefe, apesar da insistência dos colegas de trabalho.

(8a) Não tinha o hábito de conversar com o chefe, embora os colegas de trabalho insistissem.

(8b) Os colegas de trabalho queriam que conversasse mais com o chefe, mesmo assim conversava pouco.

(8c) Não desejava conversar com o chefe tanto quanto os colegas de trabalho acreditavam ser o ideal, queria conversar menos que isso.

(8d) Entre conversar pouco e conversar habitualmente com o chefe, estava a propriedade diferencial “insistência dos colegas de trabalho” em aproximá-lo do “verdadeiramente conversa”.

No caso do enunciado (8), apesar de apresenta uma retomada de uma predicação anterior < colegas de trabalho insistir > que, supostamente ocorreu várias vezes e gerou < insistência >, uma nominalização. Nesse enunciado e em suas manipulações podemos notar os aspectos quantitativo e qualitativo do fenômeno em atividade na construção enunciativa: “quanto devo conversar para ser considerado um hábito, uma verdadeira conversa?”; “talvez os colegas não tenham insistido o tanto suficiente para fazer com que ele conversasse mais com o chefe”. Apreciações intersubjetivas também estão presentes nesse enunciado: “conversava com o chefe,

mas não o considerado uma verdadeira conversa pelos colegas de trabalho”; “sou eu que converso pouco ou eles que conversam demais?”.

Passemos, agora, ao enunciado (12):

(12) Apesar de ser magra, Maria está sempre de dieta.

(12a) Embora seja magra, Maria está sempre de dieta.

(12b) Apesar de ser magra, Maria quer continuar magra.

(12c) Estar magra não é uma condição para Maria parar de fazer dieta.

(12d) A ausência da dieta pode gerar a possibilidade de deixar de ser magra.

O enunciado (12) representa uma ocorrência da marca apesar de ligada ao infinitivo do verbo. Enquanto apesar de, como vimos no exemplo anterior, trabalha com uma predicação anterior, o verbo no infinitivo encontra sua força predicativa no remetimento às noções envolvidas, projetando a representação, a imagem virtual do fenômeno. As operações aspectuais predominam nessa ocorrência: “Apesar de ser magra, Maria quer continuar magra”; “se magreza pode ser considerada como propriedade de Maria, Maria age de forma que essa propriedade continue lhe pertencendo”. Apesar de opera uma possibilidade de continuidade sobre uma classe de ocorrências < ser magra >.

Por meio dessas primeiras observações geradas a partir da manipulação de ocorrências da marca apesar de e articuladas aos apontamentos anteriores, podemos notar que essa marca relaciona-se estreitamente com o ponto de partida da organização da relação predicativa. Esse ponto de partida apresenta-se como identificado e aparentemente estável. Por exemplo, em (8) temos uma retomada de circunstâncias; em (12), o ponto de partida relaciona-se com o genérico (ocorrência de uma classe). Constrói-se, a partir de apesar de uma orientação da relação predicativa localizável situacionalmente em relação ao enunciador e ao co-enunciador, graças a qual, novas determinações poderão ser construídas.

Cabe ressaltar que essas primeiras análises possibilitaram a aproximação do funcionamento da marca apesar de da noção de posse, de proximidade. Teríamos, então, para apesar de a seguinte glosa: é com; é de posse de alguma coisa que eu

consigo um resultado ou que eu evito um resultado. Temos uma transação na qual um estado anterior não é descartado por um estado posterior. Visualizamos, desse modo, a própria atividade de regulação gerando deformabilidades. Retomando as palavras de Culioli:

[...] sem estabilidade, não haveria ajustamento regular, nem comunicação, qualquer que seja o alcance que damos a este termo, e a interação somente seria uma sucessão de acontecimentos sem coerência.[...] Mas a estabilidade não saberia ser confundida com a rigidez ou com a imutabilidade. Os fenômenos lingüísticos formam sistemas dinâmicos que são regulares, mas com uma margem de variação devido a fatores de grande diversidade: temos o caso de fenômenos que são ao mesmo tempo estáveis e plásticos (1990, p. 129).

A construção concessiva relaciona-se a operações que estabelecem distinções e medem desvios para construir uma imagem do objeto de referência. No caso de apesar de, esse diálogo entre as representações – o que poderia ter sido o caso e o que é o caso, o conforme e o desvio, o esperado e o realizado – é facilitado pela relativa estabilidade do ponto de partida da relação predicativa. Acreditamos também que a possibilidade de retomada de uma relação preconstituída, estreitamente ligada a formas nominalizadas, e da projeção de uma representação preconstituída, relacionada a verbos no infinitivo, justifique, de certo modo, a incidência do uso desse marcador concessivo em redações escolares, em revistas eletrônicas e na língua falada.

Com o objetivo de compreendermos melhor a atuação enunciativa do marcador concessivo apesar de e a sua incidência sobre outros marcadores, apresentaremos, um capítulo contendo análises comparativas entre apesar de e embora. Antes, porém, realizaremos, no próximo capítulo, um estudo sobre a origem do marcador embora, sobre seu lugar na gramática tradicional e particularidades sobre seu funcionamento em diferentes ocorrências.

CAPÍTULO V

ESTUDO DA MARCA *EMBORA*

Introdução

A proposta deste capítulo envolve o estudo sobre o marcador embora. Assim como fizemos com apesar de, buscaremos na origem do marcador pistas sobre o seu funcionamento na construção de significação. Apresentaremos o enfoque tradicional e, por meio de análises de algumas ocorrências (significados históricos), pretendemos encontrar particularidades do marcador no processo de enunciativo.

5.1 A marca embora: da origem ao seu lugar na Gramática tradicional

A marca embora teve sua origem na expressão em boa hora. Era costume antigo utilizar essa expressão como uma fórmula de bom êxito ou de cortesia. Said Ali (1964, p.190), no capítulo intitulado “Advérbio: espécies, formas e significação” de sua Gramática histórica da língua portuguesa, exemplifica esse uso:

“Vaamos em boa hora nosso caminho. (Zurara, Guiné 337)”
“Que dissesse em boa hora o que lhe aprouvesse. (ib. 186)”

Segundo o autor, o costume de se acrescentar a frases optativas ou imperativas à locução em boa hora fundamentava-se na crença de que o êxito dos atos humanos dependia da hora em que eram empreendidos. Havendo, ao contrário, má vontade em relação a outro, recorria-se, então, ao agouro em má hora.

Resultou daí a forma aglutinada embora. Mantendo ainda o significado de bom agouro, o termo embora passou a ser empregado com os verbos “ir” e “vir”,

reforçando a idéia de afastamento²⁶ neles presente, como podemos verificar no exemplo de Said Ali (1964,p.190):

“Vay-te embora, ou na má hora (Serm.1, 208)”.

Posteriormente, introduziu-se embora também em orações para denotar que se concede a possibilidade de um fato, ou que o falante não se opõe ao seu cumprimento. Said Ali (1964, p.190) exemplifica:

“Ria embora quem quiser, que eu em meu siso estou. (Gil Vicente)”

“Mate-me embora, contanto que seja imperador. (Vieira, Sermões)”

“Venha-lhe embora a tentação dormindo, que dormindo e acordado, sempre está seguro (Vieira, Sermões)”

Podemos notar, nessa etapa, que o valor do advérbio embora passa a aproximar-se do significado concessivo que deu origem à atual conjunção concessiva.

Os dicionários de Língua portuguesa, de um modo geral, auxiliam na investigação dos diferentes usos de embora. No Moderno dicionário da língua portuguesa – Michaelis (1998, p.780), por exemplo, encontramos várias acepções. Entre os usos, estão registrados e, em sua maioria, exemplificados: embora como advérbio (“Vai-te embora!”); como conjunção (ainda que); como substantivo plural, na acepção de parabéns, felicitações (“Dou-lhe os meus emboras”); um outro uso que equivaleria a “ainda assim” (“Dessem-lhe um milhão de dólares, e ele ficaria, embora, muito endividado”). Ainda registra embora como interjeição, significando “Não importa” e como partícula expletiva (“Foram-se embora”).

Ferreira (1986), em seu Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986, p.632), também registra embora como advérbio, conjunção, partícula de realce, interjeição. Para a interjeição, o autor atribui os seguintes significados: “seja assim”; “não me importa”; “que importa?”; “tanto faz”. Em seguida exemplifica: “Arrependem-se? Embora! O amor não finda? (Raimundo Correia, Poesias, p. 22)”;

“Sofra o coração, embora! / Sofra! Mas viva!?” (Id., ib., p. 7)”. Cita outro caso no qual,

²⁶ Ainda hoje encontramos com facilidade ocorrências da marca *embora* com verbos de movimento: Vamos embora!; Ainda bem que eu fui embora!; Venha embora!; Tive que vir embora.

segundo ele, embora aparece totalmente esvaziado de conteúdo semântico: “Foi embora, e no caminho o mataram”. Registra ainda embora como preposição, aproximando seu significado com o das locuções a despeito de; apesar de. Exemplifica: “Bela, embora o ar triste, a aparência doentia, / Uma prece na boca, uma prece no olhar, / Era pálida e fria, / Como vela de altar? (Alberto de Oliveira, Póstuma, p. 46.)”. Ferreira comenta que o uso de embora como preposição é censurado. Acrescenta ainda que nenhum outro dicionário o registra, apesar de existirem várias ocorrências dele.

Nas gramáticas tradicionais, por sua vez, a conjunção embora vem à frente na lista de conjunções concessivas²⁷ e, muitas vezes, é tida como a principal delas para a expressão do pensamento concessivo. Desse modo, encontramos com facilidade ocorrências de embora tanto na parte reservada aos estudos morfológicos das conjunções, quanto na parte direcionada ao estudo das orações subordinadas adverbiais. Vejamos, como exemplos, em Cegalla (1995, p.364) e Cunha (2001, p.586), respectivamente:

Embora não possuísse informações seguras, ainda assim arriscou uma opinião.

Não saberei nunca escrever sobre ele, embora tenha tentado mais de uma vez. (F. Sabino, G, II, 76)

Cabe comentar que, no caso do embora como advérbio, ele não tem um lugar bem definido nas gramáticas. Geralmente o encontramos em itens denominados “palavras e locuções denotativas”. De acordo com as gramáticas, são palavras que se assemelham ao advérbio, mas que não pertencem claramente nem a essa, nem a nenhuma das outras classes gramaticais. Classificam-se em função da idéia que expressam. Segundo Rocha Lima (1998), essas palavras modificam mais a frase em sua totalidade do que ao verbo em particular, manifestando-se, por meio delas, uma apreciação da pessoa que fala. Embora encontra-se ora como palavra denotativa de realce (“Vá embora!”), ora como palavra denotativa de afastamento (“Foi embora daqui”).

²⁷ Não nos deteremos no tratamento tradicional de embora como conjunção concessiva, pois esse estudo foi realizado na nossa dissertação de mestrado.

Vimos, por meio dessa investigação, que a marca embora percorre várias categorias gramaticais desde a sua origem. Ela chega a pertencer a uma classe gramatical não definida – as palavras denotativas – e até mesmo a ser considerada vazia de sentido.

A Gramática tradicional preocupa-se em categorizar as unidades lingüísticas fora do seu meio textual e defini-las de acordo com características mais ou menos regulares. No entanto, nem sempre as definições construídas pelas gramáticas correspondem à realidade complexa da língua em uso. As observações, as exceções encontradas nas gramáticas, como é o caso das “palavras denotativas”, são a prova disso. E, quando isso acontece, o recurso usado é aquele do sentido adquirido no “contexto”. Com essas “exceções” as gramáticas tradicionais acabam deixando de analisar várias ocorrências das unidades lingüísticas. Podemos justificar esse apontamento por meio da observação das acepções contidas nos dicionários. No caso do registro de embora, como exemplo, há um esforço em observar as ocorrências e aproximá-las de uma classe, mesmo que não seja aquela determinada pela gramática tradicional. E, ainda, diante da impossibilidade de realizar essa classificação, o dicionário apresenta apenas o significado apreendido num determinado uso. No dicionário Porto Editora on-line, por exemplo, encontramos “embora!” definido como exclamação usada para mostrar que não se atribui importância a algo.

A Teoria das Operações Enunciativas defende uma análise lingüística não classificatória e que resulte num conjunto de princípios fundamentados na observação dos textos. Procuraremos, a seguir, observar diferentes ocorrências da marca embora, alguns dos significados registrados desde a sua origem e estabelecer uma relação de aproximação entre esses valores.

5.2 De em boa hora a embora: a construção da significação

Todo enunciado é o produto de um conjunto organizado de operações predicativas e enunciativas, a partir de um nível de noções (categorização zero) e relações entre noções. Analisaremos as ocorrências da marca embora por meio da

investigação dos valores referenciais que afetaram essa estrutura nocional. Manipularemos o que temos de “pronto” e relativamente estável – ocorrências de embora (língua) – com o intuito de chegarmos ao processo dinâmico que sustenta a atribuição e a estabilização dos significados dessa marca (linguagem). O que nos interessa é a atividade da linguagem responsável pela construção da significação nos enunciados envolvendo a marca embora.

Para Culioli, todo enunciado é localizado em relação a uma situação de enunciação que é definida em relação a um enunciador e a um tempo de enunciação. Por meio da pesquisa realizada no item anterior, percebemos que, desde a sua origem, a marca embora está intrinsecamente relacionada a noções de movimento, de vontade, de distanciamento, de possibilidade. Desse modo, a hipótese de haver uma relação entre dois pontos, duas posições, dois planos modais, um jogo entre a existência e a inexistência na reconstrução dos valores referenciais torna-se pertinente.

Para o nosso corpus, selecionamos algumas ocorrências da marca embora encontradas na Gramática Histórica de Said Ali, em dicionários e nas gramáticas²⁸. Analisaremos alguns dos significados atribuídos a essa marca e procuraremos encontrar algumas particularidades que a caracterize. Consideremos os seguintes exemplos:

1. Que dissesse em boa hora o que lhe aprouvesse.
2. Vai-te embora ou na má hora.
3. Ria embora quem quisesse, que eu em meu siso estou.
4. Foi embora e no caminho o mataram.
5. Embora não possuísse informações seguras, ainda assim arriscou uma opinião.

Passemos, agora, às análises.

²⁸ Exemplos encontrados no item anterior, dispensando assim, a referência. No caso do exemplo (2), alteramos o verbo (vay → vai).

1. Que dissesse em boa hora o que lhe aprouvesse.

- em boa hora: votos de bom êxito

< alguém > < dizer > < alguma coisa > < em boa hora >

< alguma coisa > < trazer > < prazer >

A partir das léxis acima, ou seja, das noções em relação, poderíamos ter para (1) as seguintes glosas:

(1a) Eu desejei a existência de um momento para alguém dizer alguma coisa. Existindo, então, esse momento, desejei que fosse ideal e que esse alguém tomasse a iniciativa de dizer o que lhe trouxesse prazer.

(1b) Sei que poderia ter existido ou não uma hora para dizer alguma coisa. No caso de ter existido, desejei que essa hora fosse boa para alguém que tivesse forças de dizer algo com o qual concordasse.

(1c) Imaginei a existência de uma hora, não simplesmente de uma hora qualquer, mas de uma hora boa para alguém dizer alguma coisa que lhe aprouvesse.

Nesse enunciado, temos uma colocação de duas posições, uma que remete ao que é o caso no momento em que aquele que produz o enunciado fala, outra que remete à representação de um estado de coisas visado. O sujeito enunciador projeta a existência da ocorrência: “alguém dizer alguma coisa com a qual concorde; alguma coisa que lhe traga prazer”. Em seguida, realiza uma apreciação sobre essa ocorrência virtual: “desejo que aconteça em boa hora”. A marca em boa hora, nesse caso, incide qualitativamente sobre a projeção da ocorrência, aproximando-a de uma validação. Trata-se de um qualificador positivo.

O imperfeito do subjuntivo auxilia nesse jogo entre existência e inexistência. De um lado temos o sentido modal dos acontecimentos simplesmente possíveis, que não tiveram sua realização efetiva (“disse ou não disse”; “dizer é ou não o caso”), e de outro lado, o sentido temporal de imperfeito, tempo passado (“dissesse”: “Então dizer poderia ser o caso? Existiu, então, um momento em que se poderia dizer alguma coisa?”; “Ele disse alguma coisa? Que dissesse, então, em boa hora, o que lhe

aprouvesse!"; "Ele disse alguma coisa? Já sei, disse, mas não o que queria dizer. Que bom seria se dissesse em boa hora o que lhe aprouvesse!").

O enunciador coloca o co-enunciador numa posição na qual ele deve escolher entre validar e não validar o processo. A marca em boa hora participa desse percurso projetado pelo enunciador, qualificando-o positivamente.

2. Vai-te embora ou na má hora.

< ir-se embora > < ir-se na má hora >

Para (2), poderíamos ter as seguintes glosas:

(2a) De qualquer forma, sendo uma boa hora ou sendo uma má hora, eu desejo, eu necessito, eu quero que você saia desse espaço e que se desloque para outro.

(2b) Ser uma boa ou uma má hora não me interessa, o que me interessa é seu deslocamento desse lugar no qual está.

(2c) Você pode até dizer que não é uma hora boa para sair de onde está. Isso não me importa, pois sendo uma boa ou uma má hora, o seu distanciamento é o que eu desejo, necessito que seja o caso.

(2d) Uma boa hora pode até ser uma condição para você se deslocar. Nesse momento ser ou não uma boa hora não importa, o fato é que necessito, desejo, exijo que você descaracterize essa condição e saia.

Nesse enunciado temos um enunciador exercendo uma força sobre o co-enunciador para que ele realize uma ação e a presença do modo imperativo demonstra isso. Temos uma situação de enunciação na qual o enunciador oferece um ponto de partida: o ponto no qual o co-enunciador se encontra. O desenrolar do processo depende do co-enunciador. O ponto de chegada, ou valor visado pelo enunciador ("ir-se é o caso"), não está determinado e por essa razão o trajeto é bifurcável: pode ser validado ou não ("ir-se pode ser ou não o caso"). Mesmo a validação dependendo do co-enunciador, o enunciador deixa clara sua decisão: "você pode criar obstáculos, dizer que a hora não é boa para sair do lugar em que está; eu digo que isso não é eficaz e o que resta é você sair".

As ocorrências de embora em (1) e (2) aproximam-se na medida em que são usadas pelo sujeito-enunciador para qualificar situações visadas, projetadas: em (1) “dizer alguma coisa”; em (2) “ir-se”. No entanto, a relação com o co-enunciador torna-se mais forte em (2): não se projeta apenas a possibilidade de uma “boa hora”, mas a de uma “má hora” também. O sujeito-enunciador considera a situação “boa hora” que poderia resultar em “ir-se é o caso” e a situação “má hora” que poderia resultar em “ir-se não é o caso” e as descaracteriza em seguida: “a qualificação não é eficaz, não é condição suficiente para você deixar de ir”.

Essa ocorrência parece ilustrar, historicamente, o caminho que a marca embora percorreu em direção aos seus outros significados. Por um lado, nota-se a presença de um verbo de movimento (“vir”), propriedade que se relaciona à marca até hoje (“vai embora”, “veio embora”). Por outro lado, (2) aproxima-se da forma concessiva. Numa relação concessiva temos um percurso que se movimenta entre o Interior (*p*) e o Exterior (*p'*) de um domínio nocional (P) e que resulta numa heterogeneidade qualitativa (*outro-que-p*). No enunciado (2), a marca embora ainda funciona como um qualificador positivo (em boa hora), mas aparece ao lado do que seria, num domínio nocional, o seu Exterior (em má hora), projetando, desse modo, outros valores possíveis: “uma hora nem tão boa, nem tão má que possa ser condição para não ir”. Manipulando o enunciado (2), poderíamos obter: “Embora não seja um bom momento, quero (necessito) que vá”.

3. Ria embora quem quiser, que eu em meu siso estou.

< rir > < estar em siso >

Para (3) poderíamos ter as seguintes glosas:

(3a) Ria quem quiser, eu sei que há possibilidade de isso acontecer, mas eu continuarei em meu siso.

(3b) Não me importo com a quantidade de pessoas que riam, seja ela grande ou pequena, o fato é que continuarei em meu siso.

(3c) Continuar sério, prudente se explicaria caso não houvesse quem risse. Havendo quem ria, descaracterizo essa condição e continuo sério.

(3d) Havendo pessoas que riam ou não havendo, independente disso, estou em meu siso.

Nesse enunciado temos um enunciador influenciando numa atitude que depende da vontade, da necessidade do co-enunciador (“ria”). O enunciador considera o fato de “rir ser o caso” ou de “rir não ser o caso”, pois não depende dele essa ação. Após percorrer esse caminho, o enunciador extrai da alternativa o valor positivo (“rir ser o caso”) e passa a descaracterizar sua força causal. A partir de “rir ser o caso” esperaríamos normalmente que “alguém não permanecesse em seu siso” (e é o que o co-enunciador espera), no entanto, essa força causal projetada não se completa. Na situação de enunciação, sobre o plano do efetivo, resta que “alguém permanece em seu siso”, contrapondo-se à associação esperada, nocionalmente preconstruída.

Essa ocorrência da marca embora aproxima-se do contexto das demais tanto no que diz respeito à projeção de uma situação (“o riso de um poderia tirar a seriedade, a prudência de outro”) quanto à presença de ajustamentos intersubjetivos. No entanto, ser um qualificador não basta aqui. Nesse enunciado, embora inclui um trajeto, um percurso sobre noções complexas colocadas em contato (< rir >; < estar em siso >) e a construção da significação vai depender de um movimento entre essas noções. Há uma situação projetada a partir de uma relação causal entre as noções envolvidas e uma descaracterização dessa força. A partir da primeira léxis, o enunciador constrói uma posição tendo em vista o co-enunciador e, em seguida, posiciona-se assertando o que normalmente não se esperava. Desse modo, esse enunciado aproxima-se do concessivo: há manutenção dessa procura por um valor numa relação interléxis (“o riso de um poderia tirar a seriedade de outro”), que resulta numa finalização, numa estabilização heterogênea no plano efetivo (“mesmo considerando o riso, esse outro continua sério, prudente”).

4. Foi embora e no caminho o mataram.

< alguém ir embora > < ser morto por alguém >

Para (4) poderíamos ter as seguintes glosas:

(4a) Saiu de algum lugar e no caminho o mataram.

(4b) Deslocou-se de algum lugar e no caminho o mataram.

(4c) Afastou-se de algum lugar e, no caminho que o levava a um lugar diferente daquele que havia saído, o mataram.

(4d) Saiu de um ponto de partida, mas não conseguiu atingir o ponto de chegada, pois o mataram no caminho.

Nesse enunciado, o enunciador valida uma relação entre as noções: “alguém se deslocar é o caso”, o que é confirmado pelo desenrolar do processo: “após esse deslocamento, em um ponto diferente do ponto de partida, esse alguém foi morto”. O ponto de partida é definido pela própria situação de enunciação. O ponto de chegada não foi definido; o trajeto em sua direção foi iniciado, porém interrompido (“no caminho o mataram”).

Embora, em (4), aproxima-se do valor de “mudança de posição”; “deslocamento no espaço”; “afastamento”, “distanciamento de um lugar”.

Encontramos esse valor em outras ocorrências da marca, como em: “Vá embora daqui!”; “Vá embora para casa”; “Empresa manda embora duzentos funcionários”; “Ir embora, eu?”; “Alguns fingiram que iam embora”; “Venha embora agora!”. No entanto, em cada uma delas há particularidades no modo de construção: deslocamento com ponto de partida definido (“Vá embora daqui!”); deslocamento com o ponto de chegada definido (“Venha embora agora!”); deslocamento com pontos de origem e chegada definidos (“Vá embora para casa”); projeção de deslocamento incidindo sobre o co-enunciador (“Vá embora para casa”); projeção de deslocamento incidindo sobre a relação predicativa (“Ir embora, eu?”); etc.

No caso do verbo “vir+embora”, o enunciador (ou a determinação de sua localização) torna-se o localizador de referência na situação de enunciação (“Hoje eu venho embora mais cedo”; “Ele vem embora”; “Eu virei embora”; “Ah, se ele viesse embora!”; “Venha embora agora!”; “Ele vem embora para o Brasil”). Isso só acontece com “ir+embora” quando temos marcadores dêiticos que aproximam a localização do enunciador: “Eu vou embora deste lugar” (e não “Eu vou embora daquele lugar”); “Vá

embora daqui!” Ou quando, num diálogo, o enunciador está no lugar no qual se inicia o deslocamento.

Nas ocorrências anteriores tivemos: embora como um qualificador incidindo sobre a projeção de uma ocorrência, como um marcador que movimenta uma relação interléxis a partir de um de uma relação causal não verbalizada, mas constituída como ideal. Em (4), embora também traz a idéia de colocar em movimento. O marcador reforça a noção de deslocamento no espaço, de afastamento de um ponto, de início de ação num trajeto.

5. Embora não possuísse informações seguras, ainda assim arriscou uma opinião.

< alguém não possuir informações seguras >

< alguém arriscar opinião >

Para (5) poderíamos ter as seguintes glosas:

(5a) Não possuir informações seguras poderia ser condição para alguém não arriscar uma opinião, mas essa condição não foi suficiente, pois alguém arriscou uma opinião.

(5b) Espera-se de alguém que não tenha informações seguras que não arrisque uma opinião. No entanto, nesta situação não importa se as informações são seguras ou não, arrisca-se uma opinião mesmo assim.

(5c) Qualquer que seja o nível de segurança em relação às informações, que sejam seguras ou não, o fato é que ainda assim alguém arriscou uma opinião.

(5d) Possuir ou não possuir informações seguras não foi condição para que alguém arriscasse uma opinião, pois o fato é que alguém arriscou uma opinião.

Nesse enunciado, com embora representando tradicionalmente uma conjunção concessiva, temos duas léxis predicadas ou relações predicativas colocadas em contato: < alguém não possuir informações seguras > e < alguém arriscar opinião >. Temos, a partir da primeira léxis introduzida pelo marcador concessivo, uma relação de acionamento esperado entre as noções: “normalmente, quando alguém não possui

informações seguras, não arrisca uma opinião”. Esse acionamento resultou de uma relação causal construída entre as noções envolvidas. Há, então, uma distância entre o ponto para o qual a possível representação da relação predicativa aponta e o ponto para o qual a representação construída por meio da relação enunciativa pôde chegar. Enunciativamente negou-se a possibilidade de “não arriscar uma opinião” ser o caso. A relação predicativa < alguém não possuir informações seguras > poderia impedir a relação predicativa < alguém arriscar uma opinião >, mas essa força causal não foi respeitada. O objetivo da relação primitiva entre as noções encontra como obstáculo “a insegurança em relação às informações”, mas ainda assim a ação foi desencadeada. Essa propriedade diferencial em forma de obstáculo que dificulta, mas não impede, acaba introduzindo uma instabilidade qualitativa no domínio nocional, no qual estava preconstruída uma totalidade constituída de natureza abstrata. Assim sendo, a inadequação nocional acaba facilitando a construção, segundo Culioli, de um “valor retido”, de uma “sobra”, de um outro valor possível na situação de enunciação. Constrói-se, ao mesmo tempo, um conflito intersubjetivo sobre os estados de coisas respectivamente predicados (“o esperado e aquele que é o caso na situação”) e a resolução desse conflito em proveito das escolhas retidas pelo enunciador, opondo-se àquelas atribuídas ao co-enunciador.

Nesse enunciado, o funcionamento do marcador embora assemelha-se ao da ocorrência (3) no que diz respeito à ineficácia de uma força causal entre os termos envolvidos. A partir de um movimento entre léxis predicadas, constrói-se uma distância entre o que se esperaria como uma situação ideal e o que se tem realmente na situação de enunciação, permitindo, assim, uma heterogeneidade qualitativa na construção da significação. Um valor nocionalmente estabilizado não satisfaz e não é o caso na situação de enunciação; considera-se, então, essa relativa estabilidade e, a partir dela, instaura-se a instabilidade. A concessiva, nesse caso construída por meio do marcador embora, comporta os traços desse necessário ajustamento entre os sujeitos no nível de suas representações físico-culturais.

5.2.1 Aproximação dos valores da marca embora: um princípio de abstração

Tendo em vista as manipulações realizadas nos enunciados (1), (2), (3), (4) e (5), procuraremos estabelecer uma ligação entre a evolução das formas da marca embora e os procedimentos envolvidos na construção do significado de cada ocorrência.

Observamos:

- em (1), em boa hora como um qualificador positivo incidindo sobre uma situação projetada;

- em (2), a forma aglutinada embora, acompanhada por um verbo de movimento, como um qualificador positivo incidindo sobre uma situação projetada;

- em (3) e (5), embora movimenta a relação entre as léxis predicadas, descaracterizando a força causal existente entre elas (relativamente estável) e instaura uma instabilidade no domínio nocional. Embora permite a visualização do conflito intersubjetivo sobre os estados de coisas respectivamente predicados (“o esperado e aquele que é o caso na situação de enunciação”) e a resolução desse conflito.

- em (4), embora reforça a noção de colocar em movimento, de deslocamento no espaço, de afastamento de um ponto, de início de ação num trajeto.

Como havíamos comentado anteriormente, as ocorrências da marca embora estão ligadas a noções de vontade, de possibilidade, de movimento, de distanciamento. Por meio das análises, podemos demonstrar como essas particularidades da marca embora interagem na construção da significação.

No caso da vontade, o enunciador indica que um sujeito se coloca como o agente antecipado de uma ocorrência de processo, cujo desencadeamento é projetado. Tratando-se da possibilidade, a validação da léxis predicada (“ser o caso”; “não ser o caso”) é considerada como suscetível de se produzir. No caso da noção de movimento, de deslocamento espacial projetado sobre um sujeito, a construção da representação inclui um trajeto, uma orientação, uma definição do trajeto, a localização dêitica de um dos pontos, a possibilidade de termos mais de um caminho. O movimento, o distanciamento, relacionado aos pontos de vista sobre o cenário verbal, reflete a

distância entre o plano pré-modal (a noção ainda não está estruturada no domínio nocional) e o plano da validade. No plano da validade, o enunciador faz sua escolha modal sobre o domínio nocional. Ele se coloca diante do problema da conformidade do que predica com o que considera implicitamente como existente ou suscetível de existir no universo referencial, ou seja, “o que é ou pode ser o caso”.

Considerando a construção do sentido das unidades lingüísticas como um processo dinâmico, temos unidades lingüísticas interagindo umas com as outras para poder produzir um sentido global e, ao mesmo tempo, unidades que trazem consigo propriedades específicas. Após manipularmos o processo significativo de alguns enunciados envolvendo a marca embora, perguntamo-nos, então, qual a contribuição dessa marca para a significação global? Quais os elementos necessários para o seu funcionamento?

Podemos perceber que a marca embora, desde a sua origem, impulsiona um jogo de projeção e, conseqüentemente, de afastamento durante a construção da significação dos enunciados. Essa projeção, esse afastamento acontece em termos de preconstituição nocional, ou seja, a partir de uma primeira orientação da relação primitiva entre as noções. Poderíamos ter a partir de (1): Se “dizer o que aprouver” tiver forças para “ser o caso”, que seja numa boa hora; para (2) se “ir” tiver forças para “ser o caso”, que seja de qualquer forma; para (3) “rir” pode ser ou não o caso, se tiver forças para “ser o caso”, não importa; para (4) inicia-se o trajeto “ir” a partir de um ponto de força localizado na origem (“distanciar-se é o caso, pois consigo reconstruir um ponto origem, que é diferente do possível ponto de chegada”); para (5) “não possuir informações seguras” pode “ser o caso”, se tiver forças para “ser o caso”, não importa. Dessa forma, embora aciona primeiramente uma orientação primitiva, nocionalmente estabilizada, ou seja, aquela que possui mais força para se desencadear e chegar a um objetivo esperado. Num segundo momento, embora instaura um distanciamento que permite reorganizar essa orientação, reconstruindo-a, possibilitando atingir o objetivo desejado na situação de enunciação.

O significado dos enunciados envolvendo a marca embora resulta de um espaço que se pode visualizar, medir entre o ponto para o qual a possível significação da relação primitiva direciona e o ponto para o qual a significação construída por meio

da relação enunciativa realmente pôde chegar. Trata-se de um misto de projeção e bloqueio, marcando o processo de construção da significação. O sujeito enunciador avalia a conformidade e apresenta uma outra possibilidade, uma força causal que se sobressai à força causal desencadeada pela relação primitiva.

Poderíamos dizer que esse diálogo está presente em todos os enunciados, mas na maioria das vezes não conseguimos visualizá-lo. Por exemplo, num enunciado como “O menino bebeu o suco”, poderíamos ter a orientação “O suco bebeu o menino”. No entanto, culturalmente, experiencialmente, as propriedades das noções /menino/, /beber/ e /suco/, estabilizaram-se num domínio nocional de um modo que /menino/ é um termo que remete a uma noção possível de beber /suco/ e /suco/ é definido como um termo que remete a uma noção possível de ser bebida pelo menino. Se “menino beber o suco” “foi o caso” na situação de enunciação, isso aconteceu porque a força causal da relação primitiva entre essas noções conseguiu chegar ao seu objetivo, ou seja, “o suco não teve uma reação” diferente da esperada (“deixar ser bebido pelo menino”).

Pensemos, agora, na ocorrência desses termos, juntamente com a marca embora num enunciado concessivo: “Embora desejasse um refrigerante, o menino bebeu o suco”. As propriedades das noções /menino/, /beber/ e /suco/ não puderam chegar à mesma finalização do mesmo modo que no enunciado anterior. O confronto com a orientação das noções /desejar/ e /refrigerante/ dificulta essa finalização e aponta para uma outra força causal que desequilibra a estabilidade de uma das noções envolvidas: “o menino bebeu o suco porque estava com muita sede”; “o menino bebeu o suco porque foi obrigado” (nesses casos, envolvendo a noção /menino/); “o menino bebeu o suco porque sabe que o refrigerante faz mal” (nesse caso, envolvendo a noção /refrigerante/); “o menino bebeu o suco porque parecia delicioso” (nesse caso, envolvendo a noção /suco/). Manipulando o contexto gerado por esse enunciado, conseguimos visualizar possíveis causas (propriedades diferenciais ligadas às noções) que sustentaram a construção de sua significação. Visualizamos o próprio julgamento de um resultado projetado por meio da relação entre as noções.

Para concluir, podemos dizer que a idéia de afastamento, de distanciamento envolvendo as ocorrências da marca embora nos permite visualizar o trabalho do

sujeito enunciador na construção de uma significação que busca estabilidade. Essa atividade está intrinsecamente ligada ao papel do co-enunciador no jogo enunciativo. A manipulação de um domínio nocional relativamente estabilizado e compartilhado²⁹ entre enunciador e co-enunciador é o que possibilita a produção e o reconhecimento da significação. Nos enunciados com a marca embora percebemos essa manipulação e, conseqüentemente, a construção de novas relações. No caso dos enunciados concessivos esse jogo enunciativo de projeção → descaracterização das condições de finalização → apresentação de novas relações gerando outra finalização, fica mais claro, pois se trata de uma relação interléxis estabilizada em forma de conflito, na qual há manutenção do processo de procura de estabilização. No caso da marca embora+ir ou da marca embora+vir, trata-se de uma manipulação relacionada à própria léxis do verbo “*ir*” e do verbo “*vir*”. A marca embora reforça a idéia de “deslocar-se”, de “colocar-se em movimento”, enfim, ela aciona a força primitiva envolvida na léxis desses verbos e facilita a sua estabilização.

²⁹ Resultante da capacidade que o “eu” tem de recuperar a “imagem do outro”.

CAPÍTULO VI

APESAR DE E EMBORA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Introdução

Partindo das reflexões realizadas nos capítulos anteriores, propomos, neste capítulo, realizar uma análise comparativa entre a atuação dos marcadores apesar de e embora no processo de estabilização da representação. Pretende-se chegar com essa análise a raciocínios que expliquem a incidência do uso de apesar de sobre outros marcadores concessivos.

6.1 Metodologia e análise dos enunciados com apesar de e embora

Para observar os marcadores apesar de e embora, selecionamos apenas ocorrências³⁰ com apesar de em anteposição, relacionadas diretamente com formas nominalizadas e com verbos no infinitivo, como forma de delimitar a nossa pesquisa. A compreensão do funcionamento de um e de outro marcador se fará por meio da manipulação das ocorrências de apesar de e das respectivas paráfrases com embora. O uso de paráfrases e não de diferentes ocorrências de embora, justifica-se pela necessidade de analisar os “bloqueios”³¹ e, assim, caracterizar as propriedades que permitirão dar contorno a uma invariância de funcionamento, deixando espaço para uma maleabilidade que decorre da interação com outros valores subjacentes aos enunciados e que aproximam os dois marcadores da relação concessiva.

³⁰ As ocorrências foram retiradas de revistas eletrônicas, notas, notícias, artigos publicados e disponibilizados na Internet. No momento da seleção, não tomamos o devido cuidado de registrar a fonte. Quando nos deparamos com o problema, não foi possível solucioná-lo. Algumas dessas ocorrências já foram citadas e parcialmente analisadas no capítulo III. Tiveram, agora, sua numeração alterada.

³¹ Bloqueios, no sentido de modificações necessárias na substituição de um marcador pelo outro para construir uma significação próxima. Por meio da análise dessas modificações pretendemos chegar ao funcionamento que justifique a incidência de apesar de sobre embora em determinados tipos de textos.

Partiremos de um mesmo esquema de léxis. Esse esquema primitivo de colocação em relação possui uma orientação, uma força causal, relativamente compartilhada entre enunciador e co-enunciador. Não possui modalidade, pois não foi assumido pelo enunciador. A partir desse esquema, o qual chamaremos de Sit0 (localizador origem de todas as localizações), investigaremos as marcas de modalidade, de tempo, de aspecto, do diálogo entre enunciador e co-enunciador, inseridas nas ocorrências de apesar de e embora. A situação localizadora do acontecimento lingüístico construído na e pela enunciação, chamaremos de S1. Trata-se da relação predicativa, na qual o enunciador escolhe um termo de origem, que vai servir de localizador ou primeiro ponto de referência para a construção da significação. Teremos, ainda, Sit2, representando a construção do ponto de vista sobre o acontecimento lingüístico. Nessa etapa há um diálogo entre o ponto de vista daquele que enuncia, o que ele acredita ser a posição de seu co-enunciador e a significação pretendida pelo enunciador.

Passemos às análises:

1. Apesar da ambigüidade dos termos, é evidente que se referiam ao Plano Collor.

Nesta ocorrência temos apesar de ligado ao contexto de direita /a ambigüidade/. O termo /ambigüidade/ é uma nominalização. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< termos ambigüizar termos >

< termos ser ambíguos >

< termos ambigüidade.

Temos uma distribuição quantitativa da propriedade ou da qualidade /ambigüidade/ que está atribuída a /os termos/. Temos essa distribuição pela razão de que nem todos /os termos/ possuem essa propriedade, ou seja, temos a classe de /os termos não ambíguos/. Ter uma quantidade de /ambigüidade/ ou não ter nenhuma

quantidade de /ambigüidade/ é definido em relação ao domínio nocional P /ter ambigüidade/.

O contexto da Sit1 retoma a orientação de Sit0, na qual a propriedade /X ter um pouco de ambigüidade em relação a Y/ encontra sua relativa estabilidade. Por mais que a ausência de marcas prejudique a existência dessa /ambigüidade/ na Sit1, não poderíamos dizer que ela não ocorreu. Houve uma localização da relação predicativa /ser ambíguo/. Temos marcas que orientam essa ocorrência para um grau positivo, por exemplo, o determinante definido /a/. A partir de /uma ambigüidade/ situada num momento anterior ao momento da ocorrência nesse enunciado, podemos ter /a ambigüidade/ em Sit1.

A construção da predicação posterior à predicação imediatamente ligada ao marcador apesar de, vai nos permitir um questionamento desse valor inicial dado à nominalização. Vejamos:

alguém achar evidente a relação /termos referir Plano Collor/

Nesse contexto encontramos uma resistência a aparente estabilidade de Sit1 /termos ser ambíguos/, pois, “se ficou evidente que se referiam ao Plano Collor, isso se deve a pouca ambigüidade dos termos ou a própria inexistência de ambigüidade nos termos”. Mas, por outro lado, poderíamos encontrar /termos ser ambíguos/ diante de um “sujeito capaz de desambigüizá-los”. Podemos perceber que as condições que poderiam conduzir à existência de /termos ser ambíguos/, ou seja, “algo não se tornar evidente” ou “não termos sujeitos capazes avaliá-los como não-ambíguos”, não estão presentes nesse enunciado. Ficamos apenas com a aparente estabilidade provocada pela presença da nominalização /ambigüidade/, juntamente com o determinante /a/.

Nessa ocorrência, a marca apesar de apresenta, num primeiro momento, uma orientação positiva da relação predicativa (existência de “ambigüidade nos termos”). Essa orientação é retomada de uma predicação anterior à atual situação enunciativa. Poderíamos glosar, ou seja, manipular a construção da significação desse primeiro momento da seguinte maneira:

- É com; de posse da ambigüidade atribuída anteriormente por alguém ou por mim aos termos...

Num segundo momento, a marca apesar de cria um espaço para a construção de uma resistência a essa orientação positiva, trazendo o posicionamento do enunciador a respeito dessa orientação:

- A ambigüidade dos termos não dificulta a referência ao Plano Collor;
- A ocorrência da ambigüidade não foi suficiente para impedir que a referência ao Plano Collor se tornasse evidente.
- A ambigüidade ocorreu, mas não foi suficiente para...

Sintetizando, há nesse enunciado a retomada de uma preconstituição. A preconstituição é uma relação predicativa colocada como validada em relação a um localizador-origem externo ao enunciado em curso. A marca apesar de, então, retoma a relação predicativa preconstituída /termos ser ambíguos/, inserindo-a num contexto no qual as condições não são suficientes para a estabilidade de sua existência. Há uma descaracterização das condições necessárias à estabilidade dessa existência: de posse da preconstituição, apresenta-se uma apreciação que a desestabiliza, ou seja, leva-a em direção a não existência ou à quase existência.

Passemos à análise do marcador embora por meio de uma das possíveis paráfrases do enunciado (1):

(1a) Embora haja ambigüidade nos termos, é evidente que se referiam ao Plano Collor.

Nesta paráfrase da ocorrência (1), temos embora ligado ao contexto de direita /ambigüidade/. No entanto, em vez da ligação intermediada pelo determinante /a/, temos um verbo no modo subjuntivo. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< termos ambigüizar termos >

< ser ambíguos (pertencer ou não pertencer a) termos>

< haver ambigüidade nos termos.

A ocorrência do marcador embora está ligada ao modo subjuntivo /haja/. Sendo assim, embora insere na situação enunciativa atual uma primeira relação predicativa que pertence a um outro plano de localização modal. Cabe, então, ao co-enunciador escolher entre validar ou não validar essa relação, ou seja, assumir como “sendo o caso” ou como “não sendo o caso”, o que acaba gerando uma possibilidade mínima de existência dos dois valores. Trata-se de uma ausência de tomada de posição do enunciador diante do fato predicado e, ao mesmo tempo, de um remetimento da responsabilidade de validação a uma outra fonte que não a do enunciador.

A orientação causal gerado pelo esquema de léxis < termos ser ambíguos > não é assumida pelo enunciador na situação enunciativa atual. Não sabemos se essa orientação resulta em /ambigüidade/ ou não. Desse modo, fica a cargo da relação predicativa assumida pelo enunciador, ou seja, < referir-se ao Plano Collor ser evidente > “ser o caso”, um possível direcionamento para a existência ou não existência da /ambigüidade/. Nesse caso, a Sit2 (ou contexto encaixante) aponta para a quase inexistência de /ambigüidade/ ou para uma mínima existência de /ambigüidade/, prevalecendo um valor predicativo. Poderíamos ter a seguinte glosa para o enunciado (1a):

- Não ofereço existência à preconstituição, nem digo que não existe; ocorrendo ou não, isso não me importa. O fato é que, se você, co-enunciador, acredita que ela exista, apresento uma apreciação que a leva à quase inexistência. Se você acredita que ela não exista, apresento uma apreciação que a leva à mínima existência (consideração).

Temos, então, para esse enunciado uma retomada de uma preconstituição, a qual não valida, ou seja, não diz /ambigüidade/ “ser o caso” ou “não ser o caso”. Abre-se, dessa forma, um espaço para um questionamento por parte do co-enunciador: “A ambigüidade existe, afinal?” “A ambigüidade é uma ambigüidade de fato?”. Para o enunciador, essa validação não importa, pois não foi condição para impedir a

existência da relação predicativa < referir-se ao Plano Collor ser evidente >. No entanto, a relação predicativa não assumida pelo enunciador, pode transformar-se em condição para o co-enunciador: “se existia, pode passar a quase não existir”; “se não existia, pode passar a existir, mesmo que minimamente”.

Com a marca embora, ligada ao modo subjuntivo, o enunciador apresenta algo passível de ocorrer e, dependendo da escolha do co-enunciador, resulta numa orientação da relação predicativa para a quase inexistência ou para a mínima existência.

Na paráfrase (1a) também percebemos que o ponto de partida da relação não é “ambigüidade”, mas sim “termos” e a possibilidade de “serem ambíguos”. Diferentemente da ocorrência (1), na qual /ambigüidade/ é o ponto de partida da construção do enunciado.

2. Apesar das inundações deste verão, São Paulo não deixou de comemorar seus 452 anos.

Nesta ocorrência temos apesar de ligado ao contexto de direita /as inundações/. O termo /inundações/ é uma nominalização. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< inundar algum lugar >

< inundar outro lugar >

< ocorrer inundações.

Neste enunciado, Sit1 sustenta a estabilidade de /as inundações/ por meio da repetição da ocorrência da relação predicativa < inundar algum lugar > < inundar outro lugar > ou < inundar algum lugar > “mais de uma vez”. Temos também a presença do determinante definido /as/. Tanto o enunciador, quanto o co-enunciador parte da existência de /as inundações/.

A partir da relativa estabilidade da Sit1, deparamo-nos com a orientação da léxis da Sit2:

< São Paulo não deixar de comemorar seus 452 anos >

Essa orientação contesta a estabilidade nocional da Sit1: “se houve inundações não deveria haver comemorações”. Não é o que acontece na situação de enunciação: “há comemoração mesmo após as inundações”. Podemos, por exemplo, pensar que:

- As inundações não foram tão graves a ponto de impedir as comemorações.
- Não foram tantas as inundações a ponto de prejudicar as comemorações.
- As comemorações não foram tão intensas, pois levaram em conta as inundações.
- Houve comemorações para fazer esquecer as inundações.
- A comemoração já era esperada e as inundações inesperadas.
- Pesaram-se menos as inundações e mais as comemorações.

A ocorrência da marca apesar de, num primeiro momento, retoma uma seqüência de acontecimentos em forma de uma nominalização e, em seguida, demonstra a descaracterização da Sit1 em ser condição para que Sit2 não ocorra. Nesse processo enunciativo, o enunciador retoma a relação predicativa preconstituída < ocorrer inundações >, inserindo-a num contexto no qual a sua estabilidade prejudica as condições necessárias para a estabilidade da existência da Sit2: “a estabilidade de inundações poderia impedir a existência de comemoração, mesmo assim, ela existiu, apesar das inundações”. Como vimos acima, isso pode significar que a construção da significação do enunciado teve como base avaliações quantitativas e qualitativas a partir de um centro organizador considerado “ideal”: “inundações quantitativa e qualitativamente impotentes diante da vontade, da necessidade de se comemorar”; “inundações quantitativa e qualitativamente consideráveis necessitando-se de maior quantidade e qualidade na comemoração”; “agentividade de certa forma não

mensurável, incontrolável e imprevisível diante de uma agentividade mensurável, controlável e previsível”.

Passemos à análise do marcador embora por meio de uma das possíveis paráfrases do enunciado (2):

(2a) Embora tenham ocorrido inundações neste verão, São Paulo não deixou de comemorar seus 452 anos.

Nesta paráfrase da ocorrência (2), temos embora ligado ao contexto de direita /inundações/, intermediada pela perífrase verbal /ter ocorrido/. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< inundar algum lugar >

< inundar outro lugar >

< ocorrer inundações.

A ocorrência do marcador embora está ligada diretamente ao modo subjuntivo /tenha/. Sendo assim, embora insere na situação enunciativa atual uma primeira relação predicativa que pertence a um outro plano de localização modal (Sit1). Cabe, então, ao co-enunciador escolher entre validar ou não validar essa relação, ou seja, assumir como “sendo o caso” ou como “não sendo o caso”, o que acaba gerando uma possibilidade mínima de existência dos dois valores: “ocorreram verdadeiras inundações, inundações de fato? Isso não me importa, considere a orientação que quiser, o fato é que desejo que privilegie a relação predicativa a qual eu assumo a responsabilidade”. Se o co-enunciador decidir que Sit1 “é realmente o caso”, Sit2 a encaminha para a quase inexistência (orientação pelo viés positivo) ou para uma existência quantitativa e qualitativamente mínima (“não deixou de comemorar mesmo depois das inundações”); se o co-enunciador decidir que Sit1 “não é o caso” ou “é minimamente o caso”, Sit2 a encaminha para a mínima existência (orientação pelo viés negativo: “não deixou de comemorar por quê?”).

3. Apesar das dificuldades, a escola pública pode ser sim uma alternativa de qualidade.

Nesta ocorrência, apesar de está ligado ao contexto de direita /as dificuldades/. O termo /dificuldades/ é uma nominalização. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< alguém dificultar alguma coisa > ou < alguma coisa dificultar alguma coisa >

< alguém/alguma coisa dificultar outra coisa/a mesma coisa >

< escola apresentar dificuldades.

Neste enunciado, Sit1 sustenta a estabilidade de /as dificuldades/ por meio da repetição da ocorrência da relação predicativa < alguém/alguma coisa dificultar alguma coisa > < alguém/alguma coisa dificultar outra coisa > ou < alguém dificultar alguma coisa > “mais de uma vez”. Temos também a presença do determinante definido /as/. Tanto o enunciador, quanto o co-enunciador parte da existência de /as dificuldades/.

A partir da relativa estabilidade da Sit1, deparamo-nos com a orientação da léxis da Sit2:

< a escola pública poder ser uma alternativa de qualidade >

Essa orientação contesta a estabilidade nocional da Sit1: “se há tanta dificuldade, a escola pública não deveria ser uma alternativa de qualidade”. No entanto, não é o que acontece na situação de enunciação. Afirma-se que a “escola pública pode ser uma alternativa de qualidade mesmo pesando-se a quantitativamente e qualitativamente as dificuldade”. Podemos, por exemplo, acreditar que:

- As dificuldades não foram tão graves a ponto de impedir a escola pública de ser considerada uma alternativa de qualidade.

- Não foram tantas as dificuldades a ponto de prejudicar a qualidade da escola pública.
- Para ser uma alternativa de qualidade não precisa ter uma quantidade nula de dificuldade.
- A escola pública pode ser sim uma alternativa de qualidade, apesar da existência de dificuldades.
- Incluiu-se a propriedade “passar por dificuldades” à existência de qualidade.

A ocorrência da marca apesar de, num primeiro momento, retoma uma seqüência de acontecimentos em forma de uma nominalização e, em seguida, demonstra a descaracterização da Sit1 em ser condição para que Sit2 não ocorra. Nesse processo enunciativo, o enunciador retoma a relação predicativa preconstruída < (apresentar) dificuldades >, inserindo-a num contexto no qual a sua estabilidade prejudica as condições necessárias para a estabilidade da existência da Sit2: “a consideração da existência de dificuldades poderia impedir a existência da escola como alternativa de qualidade”. Como vimos acima, isso pode significar que a construção da significação do enunciado teve como base avaliações quantitativas e qualitativas a partir de um centro organizador considerado “ideal”: “dificuldades quantitativa e qualitativamente impotentes diante da qualidade da escola”; “dificuldades quantitativa e qualitativamente consideráveis necessitando-se de maior qualidade na escola”. Não sabemos quais são as dificuldades enfrentadas pela escola nem quais são os pontos positivos da escola pública que resultaram na apreciação: “pode ser sim uma alternativa de qualidade”. A partir da interação das unidades lingüísticas neste enunciado, podemos apenas supor que: ou as propriedades que envolvem /as dificuldades/ distanciam-se do Interior (“verdadeiras dificuldades”) e aproximam-se do Exterior (“não foram realmente dificuldades!”) ou que as propriedades que geraram /qualidade/ aproximam-se do Interior (“verdadeiras qualidades”).

Então, para a marca apesar de temos: “é de posse de dificuldades e de qualidades que eu consigo ponderá-las e chegar a um resultado”.

Passemos à análise do marcador embora por meio de uma das possíveis paráfrases do enunciado (3):

(3a) Embora apresente dificuldades, a escola pública pode ser sim uma alternativa de qualidade.

Nesta paráfrase da ocorrência (3), temos embora ligado ao contexto de direita /dificuldades/, intermediada pelo subjuntivo do verbo /apresente/. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< alguém dificultar alguma coisa > ou < alguma coisa dificultar alguma coisa >
 < alguém/alguma coisa dificultar outra coisa/a mesma coisa >
 < escola apresentar dificuldades.

A ocorrência do marcador embora está ligada ao modo subjuntivo /apresente/. Sendo assim, embora insere na situação enunciativa atual uma primeira relação predicativa que pertence a um outro plano de localização modal. Cabe, então, ao co-enunciador escolher entre validar ou não validar essa relação, ou seja, assumir como “sendo o caso” ou como “não sendo o caso”, o que acaba gerando uma possibilidade mínima de existência dos dois valores.

A orientação causal gerado pelo esquema de léxis < escola ter dificuldades > não é assumida pelo enunciador na situação enunciativa atual. Não sabemos se essa orientação realmente resulta em /dificuldades/ ou não. Desse modo, fica a cargo da relação predicativa assumida pelo enunciador, ou seja, < escola ser alternativa de qualidade > “ser o caso”, um possível direcionamento para a existência ou não existência da /dificuldades/. Nesse caso, a Sit2 (ou contexto encaixante) aponta para a quase inexistência de /dificuldades/ ou para uma mínima existência de /dificuldades/, prevalecendo um valor predicativo. Poderíamos ter a seguinte glosa para o enunciado (1a):

- Não ofereço existência ao preconstituído, nem digo que não ocorreu; ocorrendo ou não, isso não me importa. O fato é que, se você, co-enunciador, acredita que ele tenha ocorrido, apresento uma apreciação que a leva à quase inexistência. Se você acredita que ele não ocorreu, apresento uma apreciação que a leva à mínima existência (consideração).

Temos, então, para esse enunciado uma retomada de uma preconstituição, a qual não valida, ou seja, não diz /dificuldades/ “ser o caso” ou “não ser o caso”. Abre-se, dessa forma, um espaço para um questionamento por parte do co-enunciador: “As dificuldades ocorreram realmente?”; “As dificuldades, se ocorreram, podem ser consideradas dificuldades de fato?”. Para o enunciador, essa validação não importa, pois não foi condição para impedir a existência da relação predicativa < escola pública ser alternativa de qualidade >. No entanto, a relação predicativa não assumida pelo enunciador, pode transformar-se em condições para o co-enunciador após a asserção de Sit2: “se ocorreram, podem direcionar-se a não-existência”; “se não ocorreram, podem passar a ser consideradas, mesmo que minimamente”.

Com a marca embora, ligada ao modo subjuntivo, o enunciador apresenta algo passível de ocorrer e, dependendo da escolha do co-enunciador, resulta numa orientação da relação predicativa para a quase inexistência (orientação negativa) ou para a mínima existência (orientação positiva).

4. Apesar das pesquisas na área, ainda há muito para ser descoberto e muito para ser colocado em prática.

Nesta ocorrência temos apesar de ligado ao contexto de direita /as pesquisas/. O termo /pesquisas/ é uma nominalização. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< alguém pesquisar alguma coisa >

< alguém pesquisar outra coisa >

< haver pesquisas.

Temos uma distribuição quantitativa e qualitativa a /pesquisa/. Não se trata de uma ocorrência de < alguém pesquisar alguma coisa >. Trata-se de um possível resultado obtido pela incidência da relação < alguém pesquisar alguma coisa >, estabilizado na situação por meio do determinante definido /as/. São /pesquisas/ numa determinada /área/.

O contexto da Sit1 retoma a orientação de Sit0, na qual a relação predicativa /haver pesquisas/ caminha para a existência e encontra sua relativa estabilidade. Por mais que a ausência de marcas prejudique a existência de /pesquisas/ na Sit1, não poderíamos dizer que elas não existam. Houve uma localização da relação predicativa em forma de retomada. Temos marcas que orientam essa ocorrência para um grau positivo, por exemplo, o determinante definido /as/. A partir de /alguém pesquisar alguma coisa/ “sobre uma determinada área mais de uma vez” situada num momento anterior ao momento da ocorrência nesse enunciado, podemos ter /as pesquisas/ em Sit1.

A construção da predicação posterior à predicação imediatamente ligada ao marcador apesar de, vai nos permitir um questionamento desse valor inicial dado à nominalização. Vejamos:

< haver algo para ser descoberto < haver algo para ser colocado em prática >>

Nesse contexto encontramos uma resistência à aparente estabilidade de Sit1, ou seja, incidência da relação /alguém pesquisar alguma coisa/, pois, “se há muito a ser pesquisado e há muito a ser colocado em prática tanto daquilo que se pesquisou, quanto daquilo que se vai pesquisar, isso se deve possivelmente a pouca quantidade ou a pouca qualidade de /as pesquisas/”. Essa possibilidade do afastamento de /as pesquisas/ do quantitativo e do qualitativamente ideal pode ser confirmado pelo intensificador /muito/ nas relações contidas em Sit2. No entanto, o marcador aspectual /ainda/ orienta Sit1 à existência: “se há ainda o que ser pesquisado, alguma coisa já se pesquisou”. A orientação da relação predicativa da Sit2 parece num primeiro momento dificultar a existência de /pesquisas/, no entanto, acaba facilitando. Há, então, uma

continuidade à ocorrência /pesquisas/, ou seja, a estabilização de sua existência, mesmo que distante da quantitativa e qualitativamente ideal. Podemos ter então:

- Há poucas pesquisas na área; necessita-se de mais pesquisas.
- A partir da consideração da quantidade e da qualidade das pesquisas, conclui-se que há necessidade de mais pesquisa e de mais prática das pesquisas.
- As pesquisas existentes distanciam-se do ideal qualitativo e quantitativo e por esta razão necessita-se de mais pesquisas e da aplicação dos resultados das pesquisas para reavaliá-las.

Nessa ocorrência, a marca apesar de apresenta, num primeiro momento, uma orientação positiva da relação predicativa (existência de “pesquisas numa determinada área”). Essa orientação é retomada de uma predicação anterior à atual situação enunciativa. Poderíamos glosar, ou seja, manipular a construção da significação desse primeiro momento da seguinte maneira:

- É com; de posse de pesquisas predicada anteriormente por alguém ou por mim que...

Num segundo momento, a marca apesar de cria um espaço para a construção de uma resistência a essa orientação positiva, trazendo o posicionamento do enunciador a respeito dessa orientação:

- A quantidade e a qualidade das pesquisas não foram suficientes para impedir a necessidade de mais pesquisas e da prática das pesquisas.

Sintetizando, a marca apesar de retoma a relação predicativa preconstruída /alguém pesquisar alguma coisa/, inserindo-a num contexto no qual, possivelmente, as condições não seriam suficientes para a estabilidade de sua existência. No entanto, em Sit2 encontramos marcas enunciativas que facilitam a estabilização da Sit1, ou seja, Sit2 reorienta Sit1 em direção à existência.

Passemos à análise do marcador embora por meio de uma das possíveis paráfrases do enunciado (4):

(4a) Embora haja pesquisas na área, ainda há muito para ser descoberto e muito para ser colocado em prática.

Nesta paráfrase da ocorrência (4), temos embora ligado ao contexto de direita /pesquisas/, ligação intermediada por um verbo no subjuntivo. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< alguém pesquisar alguma coisa >

< alguém pesquisar outra coisa >

< haver pesquisas.

< haver algo para ser descoberto < haver algo para ser colocado em prática >>

A ocorrência do marcador embora está ligada ao modo subjuntivo /haja/. Sendo assim, embora insere na situação enunciativa atual uma primeira relação predicativa que pertence a um outro plano de localização modal. Cabe, então, ao co-enunciador escolher entre validar ou não validar essa relação, ou seja, assumir /pesquisas/ como “sendo o caso” ou como “não sendo o caso”, o que acaba gerando uma possibilidade mínima de existência dos dois valores.

A orientação causal gerada pelo esquema de léxis < alguém pesquisar alguma coisa > não é assumida pelo enunciador na situação enunciativa atual. Não sabemos se essa orientação resulta em /pesquisas/ ou não. Desse modo, fica a cargo da relação predicativa assumida pelo enunciador, ou seja, < haver algo para ser descoberto < haver algo para ser colocado em prática >> “ser o caso”, um possível direcionamento para a existência ou não existência de /pesquisas/. Nesse caso, a Sit2 (ou contexto encaixante) aponta para a quase inexistência de /pesquisas/ ou para uma mínima existência de /pesquisas/, prevalecendo um valor predicativo. Poderíamos ter a seguinte glosa para o enunciado (1a):

- Não ofereço existência à preconstituição, nem digo que não existe; havendo ou não havendo, isso não me importa. O fato é que, se você, co-enunciador, acredita que ela exista, apresento uma apreciação que a leva em direção da

inexistência. Se você acredita que ela não exista, apresento uma apreciação que a leva à mínima existência (consideração).

Temos, então, para esse enunciado uma retomada de uma preconstituição, a qual não valida, ou seja, não diz /pesquisas/ “ser o caso” ou “não ser o caso”. Abre-se, dessa forma, um espaço para um questionamento por parte do co-enunciador: “As pesquisas existem realmente?”; “Será que são pesquisas de verdade?”. Para o enunciador, essa validação não importa, pois não foi condição para impedir a existência da relação predicativa < haver algo para ser descoberto < haver algo para ser colocado em prática >. No entanto, a relação predicativa não assumida pelo enunciador, pode transformar-se em condições para o co-enunciador: “se existia, pode passar a quase não existir” (orientação pelo viés positivo); “se não existia, pode passar a existir, mesmo que minimamente” (orientação pelo viés negativo).

Com a marca embora, ligada ao modo subjuntivo, o enunciador apresenta algo passível de ocorrer e, dependendo da escolha do co-enunciador, resulta numa orientação da relação predicativa para a quase inexistência ou para a mínima existência.

5. Apesar de ser uma leguminosa como a soja, o feijão não possui as isoflavonas, substância que apresenta inúmeros benefícios à saúde.

Nesta ocorrência apesar de tem como contexto de direita um verbo no infinitivo, também conhecido como forma nominal do verbo. O infinitivo caracteriza-se pela ausência de modalização; com ele podemos construir uma relação predicativa validável, mas sem validação, ou seja, sem nenhum localizador temporal, nem pessoal. O infinitivo projeta uma imagem virtual do fenômeno; ele evoca o processo que se quer ver considerado.

Vejam os a orientação do esquema de léxis (Sit0) da ocorrência (5):

< soja ser leguminosa >

< algo ser leguminosa >

Nesta ocorrência, temos dois objetos de referência, /soja/ e /algo/, pertencendo à mesma classe de ocorrência < ser leguminosa >. Há duas ocorrências, duas relações predicativas envolvendo uma mesma noção < ser leguminosa >, o que nos oferece uma determinação qualitativa e uma aproximação entre as ocorrências (operação de identificação). A ocorrência < soja ser leguminosa > serve de delimitadora à ocorrência < algo ser leguminosa > - a delimitada. Essa relação de identificação entre as duas ocorrências preexiste para o enunciador e, no nível nocional, é ativada com a ajuda do marcador “como” e projetada no nível enunciativo pela força da forma infinitiva do verbo. O enunciador coloca a relação delimitada como portadora de um mínimo de propriedades típicas representativas da noção.

Interessa-se, num primeiro momento (Sit1), em ativar a relação causal provocada pela identificação dos objetos de referência, ou seja, < soja ser leguminosa > e < algo ser leguminosa >, implica que /algo/ tem propriedades que se identificam com as propriedades de /soja/; conseqüentemente, obtemos uma determinação qualitativa.

Num segundo momento (Sit2) temos a inserção de propriedades diferenciais à relação predicativa localizada:

< soja ser leguminosa > soja possuir isoflavonas >>

< feijão ser leguminosa > feijão não possuir isoflavonas.

Acontece, então, a reconstrução do valor referencial da relação delimitada por meio da determinação qualitativa da relação delimitadora. Delimitadora e delimitada são considerados duas ocorrência de uma mesma noção. O objeto de referência delimitado é percebido como representativo de uma propriedade constitutiva do objeto de referência delimitador.

Após essa operação de identificação, de eliminação de alteridade, há uma inserção de uma propriedade diferencial entre os objetos. A força causal iniciada pela operação de identificação (“se feijão é uma leguminosa como a soja pode ter todas as propriedades da soja”) encontra, então, uma resistência para finalizar-se (“feijão não tem isoflavonas como a soja”). Com essa resistência à força causal projetada, há um

retorno sobre essa projeção e uma reconstrução dos valores do domínio nocional: temos uma classe das leguminosas que têm isoflavonas, na qual a soja está incluída e uma classe das leguminosas que não têm isoflavonas, na qual o feijão encontra-se incluído. A partir de uma identificação qualitativa < ser leguminosa >, obtemos uma delimitação quantitativa de duas classes: < ser leguminosa < possuir isoflavonas > > e < ser leguminosa < não possuir isoflavonas > >.

A marca apesar de, nesta ocorrência, projeta uma relação causal a partir de duas ocorrências de uma mesma noção. O enunciador oferece essa projeção como preexistente e, conseqüentemente, compartilhada pelo co-enunciador. Em seguida, bloqueia um possível resultado dessa projeção e faz que haja um retorno sobre essas ocorrências, reconstruindo-as, agora, a partir da diferenciação e não da identificação.

Passemos à análise do marcador embora por meio de uma das possíveis paráfrases do enunciado (5):

(5a) Embora seja uma leguminosa como a soja, o feijão não possui as isoflavonas, substância que apresenta inúmeros benefícios à saúde.

Nesta ocorrência, encontramos embora ligado ao contexto de direita /ser leguminosa/. No entanto, em vez da ligação intermediada pela forma nominal do verbo, como em (5), temos o subjuntivo. Diferentemente da ocorrência (5), com o marcador embora e o subjuntivo, não temos uma projeção de uma representação. Temos um discurso reportado, no qual não há preocupação por parte do enunciador em considerar ou não como < ser leguminosa > soja ser leguminosa >> “sendo o caso”, “o fato é que, o importante é que” o co-enunciador valorize a asserção contida na relação predicativa encaixante, ou seja, < feijão não possuir isoflavonas >. Com embora, há uma antecipação de um possível questionamento do co-enunciador que poderia dificultar a asserção desejada pelo enunciador. A resposta a esse questionamento vem em forma de relação predicativa pertencente a um plano modal diferente do plano da situação enunciativa atual. Poderíamos glosar da seguinte forma: “eu sei que o feijão é uma leguminosa como a soja e isso pode ser considerado ou não por você (co-

enunciador), mas mesmo tendo uma proporção comparativa com a soja, o que me interessa ressaltar é que o feijão não possui isoflavonas que a soja possui”. Vejamos:

< soja ser leguminosa > soja possuir isoflavonas >>

< feijão ser leguminosa > feijão não possuir isoflavonas >>

- que seja leguminosa como a soja (sendo ou não sendo), o fato é que o feijão não possui isoflavonas.
- ser ou não ser leguminosa como a soja não é condição para que o feijão possua isoflavonas.
- o feijão não tem isoflavonas? Mas ele não é uma leguminosa como a soja? O feijão é uma leguminosa como a soja e não possui isoflavonas que a soja possui

Ao construir um enunciado concessivo com embora, o enunciador antecipa uma relação causal (“já que *p*, então *q*”) e deixa claro ao co-enunciador que ela pode ser considerada, porém “isso não importa”, pois não é essa orientação que prevalecerá. Na situação enunciativa atual, que conta com a ineficácia dessa relação causal, deseja que o co-enunciador privilegie a causa que originou essa ineficácia (<feijão não possuir isoflavonas>).

6. Apesar de ser magra, Maria está sempre de dieta.

Nesta ocorrência apesar de tem como contexto de direita um verbo no infinitivo. Temos, então, uma relação predicativa válida. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< alguém ser magra >

< alguém estar de dieta >

A validação da relação predicativa < alguém ser magra > resultaria de um processo de avaliação feito por alguém do que é ser magra e ser não-magra, seguida

por uma relação de proporção comparativa com o objeto de referência, no caso, /Maria/.

A relação predicativa < alguém ser magra > é projetada (Sit1), evocando o processo a ser considerado. Ativa-se, nesse momento, todo um leque de noções que compõe o domínio nocional de < ser magra > e uma possível orientação a partir da relação predicativa do contexto encaixante (Sit2). Teríamos como orientação relativamente estabilizada < alguém não estar de dieta >. No entanto, essa orientação não é respeitada e temos: < alguém estar de dieta >, confirmada pelo aspecto verbal durativo: “estar sempre”. Nesse caso, a projeção da Sit1, que aparentemente encontra um obstáculo acaba resultando numa possibilidade de continuidade: “Maria está magra e quer continuar magra”; “Maria está sempre de dieta porque quer dar continuidade a sua magreza ou atingir uma verdadeira magreza o que não elimina a magreza anterior”.

Nesta ocorrência, então, apesar de também projeta uma representação como em (5). No entanto, um obstáculo apresenta-se e poderia dificultar a projeção de Sit1 (“Maria continua de dieta porque não está magra”) pode também facilitá-la (“Maria está sempre de dieta porque quer continuar magra”).

Passemos à paráfrase de (6):

(6a) Embora seja magra, Maria está sempre de dieta.

Nesta ocorrência encontramos embora ligado ao contexto de direita /ser magra/, intermediado pelo subjuntivo. Temos um discurso reportado, no qual não há preocupação por parte do enunciador em considerar ou não < ser magra > como “sendo o caso”, “o fato é que, o importante é que” o co-enunciador valorize a relação predicativa assumida pelo enunciador < estar de dieta >. Vejamos o esquema de léxis:

< alguém ser magra >

< alguém estar de dieta

- Sendo ou não sendo magra, Maria continua de dieta.
- Ser ou não ser magra, não importa, o que importa é que está sempre de dieta por alguma razão: para continuar magra ou para ser realmente magra.

Se o co-enunciador aceitar a relação < alguém ser magra > como “sendo o caso”, ele direcionará a relação < alguém estar de dieta >, juntamente com o aspecto durativo provocado por /sempre/, como resultado da intenção de prolongar essa relação, ou seja, “continuar a ser magra”. Nesse jogo enunciativo, a relação < ser magra > sustenta a sua existência. Se o co-enunciador não aceitar a relação predicativa < alguém ser magra > como “sendo o caso”, ele encaminha essa relação < estar de dieta > + /sempre/ a outra explicação causal: “Maria está sempre de dieta porque, segundo a avaliação de alguém ou a sua própria avaliação, não está magra ainda”. Nessa negociação enunciativa, a relação < ser magra > direciona-se à inexistência ou à mínima existência.

Podemos perceber que a ocorrência do marcador embora, em anteposição, ligado diretamente a verbos no modo subjuntivo, faz ressaltar o encaminhamento da relação predicativa de Sit2. No entanto, esse resultado vai depender da tomada de posição do co-enunciador em relação à Sit1. Podemos visualizar o resultado do questionamento direcionado ao co-enunciador, um jogo de força entre existência e inexistência da representação, gerando novos valores, complementares aos pertencentes a um domínio nocional relativamente estável.

7. Apesar de ser limpo e barato, o álcool combustível ainda polui.

Nesta ocorrência apesar de tem como contexto de direita um verbo no infinitivo. Temos, então, uma relação predicativa válida. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< algo ser limpo < ser barato >>

A validação da relação predicativa < algo se limpo <ser barato>> resultaria de um processo de avaliação feito por alguém do que é /ser limpo/ e /ser não-limpo/, do é /ser barato/ e /ser não-barato/, seguida por uma relação de proporção comparativa com o objeto de referência, no caso, /álcool/.

A relação predicativa < algo ser limpo < ser barato >> é projetada (Sit1), evocando o processo a ser considerado. Ativa-se, nesse momento, todo um leque de noções que compõe o domínio nocional de < ser limpo > e de < ser barato > e uma possível orientação a partir da relação predicativa do contexto encaixante (Sit2). Teríamos como orientação relativamente estabilizada a partir de < ser limpo >, <não poluir >. No entanto, essa orientação não é respeitada e temos: < poluir >, confirmada pelo aspecto verbal durativo: ainda. Nesse caso, a projeção parcial da Sit1, encontra um obstáculo que acaba dificultando a possibilidade de existência de < ser limpo >: “Se continua poluindo é porque poluía antes, então, o álcool não era e não é realmente limpo”. No caso da relação predicativa < ser barato >, ela não encontra uma orientação causal em < polui >, pois “acredita-se que os objetos de referência mais baratos não passaram por determinados processos que evitam conseqüências negativas”, portanto, “os combustíveis mais baratos, culturalmente, poderiam poluir”. Essa propriedade poderia tornar desnecessário o uso do marcador concessivo. No entanto, podemos construir um contexto no qual a orientação de < ser limpo > < ser barato >> < poluir > aceitaria o marcador concessivo: “um combustível limpo e barato têm as propriedades positivas ideais para o consumidor (ótimo para consumir), no entanto, continuar poluindo dificulta essa orientação positiva não tão causal, mas construída como causal (não é tão bom para consumir)”.

Nesta ocorrência, então, apesar de também projeta uma representação. No entanto, um obstáculo apresenta-se e dificulta a projeção total de Sit1 (“continuar poluindo pode significar que o álcool combustível continua barato, mas significa que nunca foi realmente limpo”). Poderíamos ter:

- O álcool pode ser até barato, mas limpo, limpo, ele não é, pois continua poluindo.

- Continuar poluindo coloca-se como um obstáculo para o álcool combustível ser considerado limpo.
- Barato ele pode até ser, mas qual a quantidade de limpeza é preciso para o álcool combustível ser considerado qualitativamente limpo?

Por meio dessas manipulações podemos perceber as determinações quantitativas e qualitativas operando na construção da significação do enunciado.

Passemos, agora, para (7a) – uma das possíveis paráfrases com embora:

(7a) Embora seja limpo e barato, o álcool combustível ainda polui.

Nesta ocorrência embora está ligado ao contexto de direita /ser limpo/ e /magro/, intermediado pelo subjuntivo. Temos um discurso reportado, no qual não há preocupação por parte do enunciador em considerar ou não < ser limpo > , ser barato >> como “sendo o caso”, “o fato é que, o importante é que” o co-enunciador valorize a relação predicativa assumida pelo enunciador < álcool combustível poluir >. Vejamos o esquema de léxis:

< algo ser limpo > <ser barato >
< algo poluir.

- Sendo ou não sendo limpo e barato, o álcool combustível ainda polui.
- Ser ou não ser considerado limpo, ser ou não ser considerado barato, não importa, o fato é que o álcool combustível ainda polui, portanto tire as suas conclusões...

Se o co-enunciador aceitar a relação < algo ser limpo > como “sendo o caso”, ele direcionará a relação < algo poluir >, juntamente com o aspecto durativo provocado por /ainda/, como resultado da intenção de dificultar a projeção dessa relação, ou seja, < algo ser limpo > “ser o caso”. Nesse caso, Sit1 caminha para a inexistência (orientação pelo viés positivo). Se o co-enunciador não aceitar a relação predicativa < algo ser limpo > como “sendo o caso”, após a asserção da Sit2 e o

aspecto verbal durativo /ainda/, ele encaminha Sit1 para uma mínima existência (orientação pelo viés negativo). O caso da relação predicativa < ser barato > em contato com < algo poluir > já comentamos em (7). Aqui, nesta paráfrase, acrescenta-se apenas que a consideração ou não da relação < ser barato > não importa para o enunciador diante de sua intenção de assertar < algo poluir > na situação de enunciação atual.

Podemos perceber que a ocorrência do marcador embora, em anteposição, ligado diretamente a verbos no modo subjuntivo, faz ressaltar o encaminhamento da relação predicativa de Sit2. No entanto, esse resultado vai depender da tomada de posição do co-enunciador em relação à Sit1.

8. Apesar de não ser tão popular quanto a carne de vaca, a carne de carneiro destaca-se pelo seu valor nutritivo, é fonte rica em minerais, como ferro, fósforo e cálcio.

Nesta ocorrência apesar de tem como contexto de direita um verbo no infinitivo. Temos, então, uma relação predicativa válida. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< algo ser popular >

< algo não ser tão popular quanto algo popular >

Nesta ocorrência, temos dois objetos de referência, /carne de vaca/ e /carne de carneiro/, pertencendo à mesma classe de ocorrência < ser carne >. Há duas ocorrências, duas relações predicativas envolvendo uma mesma noção < ser carne >, o que nos oferece uma determinação qualitativa e uma aproximação entre as ocorrências (operação de identificação). Essa relação de identificação entre as duas ocorrências preexiste para o enunciador e é localizada no nível enunciativo pelo especificador /carne de/ quanto pelo determinante definido /a/. Após a operação de identificação entre os dois objetos de referência, temos as determinações qualitativas e quantitativas agindo sobre as representações de modo a diferenciá-las.

Temos para /carne de vaca/ as seguintes propriedades: “ser mais popular que a carne de carneiro”; “não se destacar pelo seu valor nutritivo”. Temos para /carne de carneiro/: ser menos popular que a carne de vaca; “destacar-se pelo seu valor nutritivo”, “por ser fonte rica em minerais, como ferro, fósforo e cálcio”.

Interessa-se, num primeiro momento (Sit1), em ativar a relação causal provocada pela identificação dos objetos de referência, ou seja, < carne de vaca ser carne > e < carne de carneiro ser carne >. Obtemos uma determinação qualitativa: os dois objetos têm as propriedades mínimas de < ser carne >.

Num segundo momento (Sit2) temos a inserção de propriedades diferenciais à relação predicativa localizada:

< carne de vaca ser popular >

< carne de carneiro não ser popular > <destacar-se pelo seu valor nutritivo >>

Após essa operação de identificação, de eliminação de alteridade, há uma inserção de propriedades diferenciais entre os objetos. A força causal iniciada pela operação de identificação (“carne de vaca e carne de carneiro são carnes e podem ter as mesmas características”) encontra, então, uma resistência para finalizar-se: “carne de vaca é mais popular; carne de carneiro não é tão popular, mas se destaca pelo seu valor nutritivo”. Com essa resistência à força causal projetada, há um retorno sobre essa projeção e uma reconstrução dos valores do domínio nocional: temos “uma classe de carnes mais popular e que não se destaca pelo seu valor nutritivo”, na qual a /carne de vaca/ está incluída e “uma classe de carnes que não é tão popular, mas que se destaca pelo seu valor nutritivo”, na qual /carne de carneiro/ encontra-se incluída. A partir de uma identificação qualitativa < ser carne >, obtemos uma delimitação quantitativa de duas classes: < ser carne < ser popular, não se destacar pelo seu valor nutritivo >> e < ser carne < não ser popular, destacar-se pelo seu valor nutritivo >>.

A marca apesar de, nesta ocorrência, projeta uma relação causal a partir de duas ocorrências de uma mesma noção. O enunciador oferece essa projeção como preexistente e, conseqüentemente, compartilhada pelo co-enunciador. Em seguida,

bloqueia um possível resultado dessa projeção e faz que haja um retorno sobre essas ocorrências, reconstruindo-as, agora, a partir da diferenciação.

Passemos à análise do marcador embora por meio de uma das possíveis paráfrases do enunciado (8):

(8a) Embora não seja tão popular quanto a carne de vaca, a carne de carneiro destaca-se pelo seu valor nutritivo, é fonte rica em minerais, como ferro, fósforo e cálcio.

Nesta ocorrência, encontramos embora ligado ao contexto de direita /ser popular/, intermediado pelo subjuntivo. Diferentemente da ocorrência (8), com o marcador embora e o subjuntivo, não temos uma projeção de uma representação. Temos um discurso reportado, no qual não há preocupação por parte do enunciador em considerar ou não como < carne de vaca ser popular > “sendo o caso”, “o fato é que, o importante é que” o co-enunciador valorize a asserção contida na relação predicativa encaixante, ou seja, < carne de carneiro destacar-se pelo seu valor nutritivo >. Com embora, há uma antecipação de um possível questionamento do co-enunciador que poderia dificultar a asserção desejada pelo enunciador. A resposta a esse questionamento vem em forma de relação predicativa pertencente a um plano modal diferente do plano da situação enunciativa atual. Poderíamos glosar da seguinte forma: “eu sei que a carne de vaca é mais popular e isso pode ser considerado ou não por você (co-enunciador), mas mesmo tendo uma proporção comparativa com a carne de vaca, o que me interessa ressaltar é que a carne de carneiro destaca-se pelo seu valor nutritivo mesmo sendo menos popular que a carne de vaca”. Vejamos:

< carne de vaca ser popular >

< carne de carneiro não ser popular > <destacar-se pelo seu valor nutritivo >>

- que seja ou não seja menos popular que a carne de vaca, o fato é que a carne de carneiro destaca-se pelo seu valor nutritivo.

- que seja ou não seja mais popular que a carne de carneiro, o fato é que a carne de vaca não consegue se destacar pelo seu valor nutritivo.
- ser ou não ser menos popular que a carne de vaca não é condição para não se destacar pelo seu valor nutritivo.
- a carne de vaca não se destaca pelo seu valor nutritivo? Mas ela não é a mais consumida, a mais popular? A carne de carneiro deveria ser a mais consumida, pois se destaca pelo seu valor nutritivo.

Ao construir um enunciado concessivo com embora, o enunciador antecipa uma relação causal (“já que *p*, então *q*”) e deixa claro ao co-enunciador que ela pode ser considerada, porém isso não importa, pois não é essa orientação que prevalecerá. Na situação enunciativa atual, que conta com a ineficácia dessa relação causal, deseja que o co-enunciador privilegie a causa que originou essa ineficácia (<carne de carneiro não ser popular> destacar-se pelo seu valor nutritivo>).

6.2 O percurso concessivo geral e o processo de estabilização específico de apesar de e embora

Como vimos anteriormente os marcadores concessivos embora e apesar de colocam em movimento uma relação interléxis. Nesse contato entre duas relações predicativas, podemos notar que há um esclarecimento sobre a possível – mas não atingida – finalização de uma orientação causal entre as noções envolvidas. O enunciador produtor-reconhecedor desses enunciados quer deixar claro que essa orientação existe e que está num plano modal anterior ao plano da situação enunciativa atual, isto significa dizer que se encontra num espaço anterior à estruturação em um domínio nocional. Por exemplo, a orientação entre as noções < meteorologia, prever, chuva > tem por orientação causal relativamente estável < chover >. Com os enunciados concessivos, por meio da asserção de uma relação contrária à esperada, podemos visualizar a reconstrução dessa orientação causal portando sobre um domínio nocional relativamente estabilizado. Teríamos, para esse exemplo, a possível asserção de < não chover >, levando-nos a outros valores, a outras causas, como “chuviscar”,

“problemas nos aparelhos meteorológicos”, “falta de atenção de alguém na previsão do tempo”, entre outros. Os enunciados concessivos “desestruturam” domínios tidos como ideais, lógicos, preconstruídos e neles introduzem uma instabilidade qualitativa. Desse modo, o que “resta” dessa atividade, por mais instável que seja, tem um suporte na situação enunciativa. Segundo Culioli, o esquema concessivo:

[...] consiste em tudo conceder, ou melhor, em colocar que se concede todo o imaginável (trata-se de uma totalidade abstrata, ou, posso dizer, ideal?) pra melhor afirmar, por contraste adversativo, que *resta que, permanece que* [...] (1999b, p.119, grifos do autor).

A colocação em atividade da operação de alteridade qualitativa é comum aos marcadores concessivos. No entanto, cada um deles possui um percurso enunciativo próprio, ou seja, cada um envolve um processo de estabilização diferente. A operação pela qual o enunciado passa em busca de estabilização denomina-se, como vimos no capítulo II, operação de varredura. Retomando, Culioli a define:

A operação de ‘varredura’ consiste em percorrer os valores assinaláveis no interior de um domínio sem poder deter-se em nenhum valor distinto (assim: ‘todo cão tem quatro patas’; ‘todo cachorro late’) (1999b, p.48).
[...] esta operação consiste em percorrer todos os valores ou operações possíveis em um dos lugares de uma relação com n lugares, sem (querer, poder) distinguir tal ou tal entre elas (1999b, p.119, grifos do autor).

Quando construímos uma relação, todo termo deve necessariamente estar “situado”, ou seja, estabilizado graças a um esquema de determinação. Durante a operação de varredura, segundo Culioli, teremos a procura desse lugar, desse “site” (processo de estabilização). O teórico chama de “saída”³² tal posição de estabilização. “Constitui-se, assim, uma relação entre duas representações, a saber, uma varredura e uma saída” (CULIOLI, 1990, p.170).

Nos enunciados concessivos, a operação de varredura porta sobre relações predicativas colocadas em contato. Há relação entre duas representações e uma

³² O termo original é *issue*. Significa uma solução que permite sair de uma situação instável ou difícil.

finalização em direção a uma saída que diz respeito a cada uma delas. Cada uma das léxis predicadas leva a finalização para uma direção, para o Interior (I) ou para Exterior (E) do domínio nocional. Com os marcadores concessivos, podemos visualizar o movimento entre esses valores. Diferentemente de outros enunciados, no processo de estabilização dos concessivos, há manutenção do percurso realizado pela operação de varredura.

Por meio das análises de apesar e embora no item anterior, notamos que tanto o enunciador, quanto o co-enunciador são chamados a se posicionar diante da alteridade presente nos enunciados concessivos; alteridade que muitas vezes orientava para a existência (I) ou para a inexistência (E) da representação. E esse posicionamento resultava de operações sobre o plano quantitativo (existência ou não de um estado de coisas) e qualitativo (conformidade com a orientação mais estável da representação nocional). O enunciado concessivo, então, comporta traços desse ajustamento necessário entre sujeitos no nível das suas representações físico-culturais e de suas normas pessoais. Segundo Filippi-Deswelle:

[...] na anteposição da léxis introduzida pelo marcador concessivo, constrói-se imediatamente, pelo fato do semantismo adversativo deste último, ao mesmo tempo um conflito intersubjetivo sobre estados de coisas respectivamente predicados e a resolução desse conflito em proveito das escolhas retidas pelo enunciador, de encontro com aquelas atribuídas ao co-enunciador (2006, p.2).

6.2.1 A operação de varredura nos enunciados com apesar de e embora

Retomando a origem da marca apesar de, tendemos a aproximá-lo de um valor positivo de “peso”, “consideração”, “comparação”. Durante o processo de análise de algumas ocorrências apesar de, podemos perceber sua ligação com a retomada e com a projeção da representação. Cabe ressaltar que a retomada não deixa

de flechar³³ e projetar uma representação e a projeção não deixa de retomar uma orientação nocional relativamente estável de uma representação.

No caso de embora, sua origem está ligada a noções de “distanciamento”, “possibilidade”, “vontade”, “movimento”, o que não o aproxima especificamente de nenhum valor, nem do positivo, nem do negativo, mas sim da possibilidade do positivo e do negativo ao mesmo tempo. Durante o processo de análise de algumas ocorrências de embora, podemos notar sua ligação com a apresentação de uma situação bifurcável (apresentação de dois caminhos diferentes e de uma distância entre as saídas).

Retomemos dois exemplos com apesar de e suas respectivas paráfrases com embora:

1. Apesar da ambigüidade dos termos, é evidente que se referiam ao Plano Collor.

A

B

(1a) Embora haja ambigüidade nos termos, é evidente que se referiam ao Plano Collor.

A

B

2. Apesar de ser uma leguminosa como a soja, o feijão não possui as isoflavonas [...]

A

B

(2a) Embora seja uma leguminosa como a soja, o feijão não possui as isoflavonas [...]

A

B

Em relação ao marcador apesar de, tanto na retomada, como em (1) “termos ter ambigüidade”, quanto na projeção em (2) “feijão ser leguminosa”, no início, num estado não necessariamente verbalizado, temos o caso de um estado construído como validado na situação. Entre < termos ter ambigüidade > e < ser leguminosa > “serem o caso” ou “não serem o caso”, extrai-se o valor positivo (A), um valor considerado pelo enunciador e pelo co-enunciador. No entanto, por se tratar de uma relação interléxis, a construção de significação não atingiu ainda o resultado pretendido. No decorrer da construção concessiva, na presença da alteridade quantitativa e qualitativa, os enunciadores vão se posicionar sobre essa validação.

A escolha pela validação da relação predicativa ligada ao marcador apesar de (A) associa-se a uma outra relação predicativa (B). Deparamo-nos, nesse momento,

³³ Flechagem: operação enunciativa na qual há retorno sobre um referente pertencente ao preconstructo.

com o que Culioli chama mais acima de “contraste adversativo” provocado pela asserção de B: “é evidente que se referiam ao Plano Collor”; “o feijão não possui isoflavonas”. Aparentemente concede-se tudo no início, ou melhor, coloca-se que se concede tudo para melhor afirmar, por contraste adversativo, que “o que resta é...”.

O contraste adversativo vem do fato que se assera uma relação que está contra-orientada a uma associação esperada, preconstruída. Trata-se aqui de uma relação de não-causalidade. Segundo Culioli (1990, p.121), após a manutenção do percurso realizado pela operação de varredura sobre a relação interléxis virtual, a estabilização será fornecida pelo “valor retido” e assertado em B na forma de: “(...) resta que (...)”, um valor divergente e instável, mas estabilizado na situação enunciativa; “consigo estabilizar um valor instável, permitindo visualizar o processo de desestabilização...” Esse valor retido, em forma de “resta que”, constitui-se como uma “saída” para a operação de varredura.

No caso do marcador embora, teremos também essa relação de não-causalidade e um valor retido a partir do contato entre as relações predicativas entre A e B. Porém, o modo como se chega a esse valor não é o mesmo. No início do percurso enunciativo, embora não coloca em jogo uma aparente estabilidade como o marcador apesar de.

Embora em anteposição, juntamente com o subjuntivo (em 1a e 2a), coloca o enunciador numa posição glosável por: “entre /haver ambigüidade nos termos/ ser o caso ou não ser o caso, para mim não importa! O que me interessa é que, independente, de ser o caso ou não, eu quero validar o meu próprio argumento, e digo que é evidente que se referiam ao Plano Collor”. Para o co-enunciador, teríamos a glosa: “por mais que haja um direcionamento para um valor, tenho a possibilidade que envolve os dois valores; considerando essa alteridade, escolho um dos valores nesta situação de enunciação (haver ambigüidade ser o caso)”.

Percebemos que os marcadores apesar de e embora têm em comum em seu percurso enunciativo uma relação interléxis, cujo preconstructo nocional aponta para uma saída, ou seja, orienta A a Não-B. O percurso nocional dos enunciados concessivos direciona o processo de estabilização para uma “saída” e a posição dos enunciadores na situação enunciativa aponta para outra “saída” (não-causalidade no

domínio nocional). Então temos uma oposição, uma resistência a uma relação de acionamento esperado entre as relações predicativas envolvidas. O que Culioli evoca em termos de “relação de ineficácia”.

O emprego do marcador apesar de aponta para a direção de um anterior contextual ou compartilhado. Trata-se de um flechar, de retomar um estado de coisas previamente assertado. O percurso-identificação efetuado sobre a classe dos sujeitos-assertadores da validação de A é então apreendido por meio de sua “saída”; o enunciador nos faz partilhar do resultado desta operação: todos os enunciadores sem exceção retomam a validação de A a seu modo na situação; em contrapartida, o enunciador asserta B ao lado de A sobre o plano do efetivo.

Podemos glosar apesar de por “com isso”, “é de posse de”, “isso é um fato”, “tudo conta de fato”, “tudo foi bem considerado”. Constrói-se uma aparente exclusão da alteridade, ou melhor, não se considera a alteridade. Essa ligação com o positivo, com a retomada traz como consequência um prolongamento qualitativo de A em direção a Não-B, ressaltando em seguida o caráter adversativo da relação, por bifurcação; apresenta-se na situação enunciativa A-B. O percurso de apesar de passa pela identificação e pela diferenciação. Reforça-se o potencial argumentativo do preconstructo nocional contido em A para, em seguida, reforçar a bifurcação em direção à validação de B assertado pelo enunciador na situação enunciativa.

O emprego do marcador embora, não traz num primeiro momento a aparente estabilidade de A. Em seu lugar encontramos uma falta de cumplicidade entre enunciador e co-enunciador, glosável por: “posso até considerar A, mas isso não me importa, pois terei B de qualquer forma, validarei o meu próprio argumento”. Essa posição do enunciador reflete a noção de distanciamento a qual encontramos na origem dessa marca.

Colocamos no início desta pesquisa a nossa intenção em justificar a incidência do marcador apesar de em revistas eletrônicas (inclusive nos títulos de notícias e artigos), em redações, na língua falada. Sabemos que, no nível da enunciação, toda forma corresponde, no mínimo, a uma mudança de valor, em função de pontos de referência que se pode fazer variar. Por um lado, poderíamos dizer que a falta de cumplicidade entre enunciador e co-enunciador provocada pelo uso de embora e, de

certa forma, a sua proximidade com o funcionamento de um condicional (“havendo ou não havendo”, “sendo ou não sendo”) não interessa ao produtor de textos de leitura rápida, como é o caso das revistas eletrônicas. O uso de embora, a alteridade provocada no logo no início da atividade enunciativa, acaba colocando em evidência a distância entre o discurso reportado e o atual, restringindo, assim, a “veracidade” do discurso precedente. Por outro lado, a continuidade discursiva gerada por apesar de, a sua forte ligação com o anafórico, apresenta-se como mais adequada (“é de posse de”; “com isso”) para esses tipos de textos. Apesar de fundamenta-se numa aparente estabilidade em forma de retomada ou projeção, o que caracteriza a cumplicidade entre enunciador e co-enunciador: “num primeiro momento, eu/enunciador sei o que você/co-enunciador sabe, então, vamos considerar isso e verificar o que está por vir”.

Com apesar de, o enunciador induz o co-enunciador a partilhar a aparente estabilidade da relação predicativa encontrada em A na própria situação de enunciação, o que facilita a continuidade discursiva. Assim, o enunciador oferece ao co-enunciador o ponto de partida da enunciação. No caso de embora o enunciador, o qual não se interessa pela validade de A, deixa ao co-enunciador o trabalho de construir certa estabilidade em A para prosseguir a atividade enunciativa. Assim, o co-enunciador transforma-se num suporte para a localização do ponto de partida da relação enunciativa, o que pode provocar a necessidade de um retorno ao discurso reportado.

Quanto à incidência do uso do marcador apesar de em redações escolares e na língua falada em situações informais, acreditamos que esse funcionamento possa ser colocado em prática inconscientemente, ou seja, de forma não-controlada, pelos usuários da língua. Estes podem ter uma consciência epilingüística e não ter a expressão metalingüística correspondente, quer dizer, ser incapaz de formular regras que ele aplica inconscientemente sem problemas.

Partindo do princípio que fazer aflorar à consciência procedimentos automatizados é para a teoria a questão central da metodologia em ensino de línguas, sugerimos, no próximo capítulo, uma atividade pedagógica relacionada não apenas ao funcionamento concessivo, mas que poderá ser pensada para o estudo de outros processos de construção de significados na língua.

CAPÍTULO VII

O FUNCIONAMENTO CONCESSIVO ENTRE OUTROS: UMA SUGESTÃO DIDÁTICA

Introdução

Neste capítulo, apresentaremos uma sugestão de atividade didática fundamentada nos pontos centrais da nossa pesquisa.

Na dissertação de mestrado – A oração concessiva na perspectiva das operações da linguagem – investigamos a manifestação do funcionamento concessivo em textos extraídos de redações escolares do ensino fundamental (3^a. a 8^a. séries). Verificamos que, enquanto a concessão tornava-se objeto de estudo nos livros didáticos somente a partir da 8^a. série, a presença do funcionamento concessivo foi constatado em todas as séries do ensino fundamental que foram alvo da nossa investigação. Esse funcionamento concessivo pôde ser localizado por meio da análise da articulação léxico-gramatical dos enunciados e não pela identificação de um marcador específico, como recomenda muitos manuais de gramática. Partimos, então, de um funcionamento geral com o objetivo de localizar construções consideradas compatíveis com esse funcionamento e, posteriormente, apresentar uma atividade voltada ao processo de construção da significação concessiva.

Continuaremos, agora, a trabalhar com o processo de construção da significação, no entanto, direcionaremos a proposta didática à compreensão das particularidades de algumas construções, inclusive daquelas compatíveis com o funcionamento concessivo. Tem-se como objetivo principal, caracterizar o sujeito-enunciador como ponto de referência para a construção e reconstrução de valores referenciais. Sendo o enunciado uma seqüência estabilizada por uma contextualização definida, pretendemos apontar caminhos que auxiliem na compreensão das negociações realizadas entre o enunciador e co-enunciador.

Não traremos aqui dos exercícios propostos pelos manuais e livros didáticos baseados nas gramáticas tradicionais. Sabemos que, em sua maioria, acabam centralizando-se na atividade de identificação conjunções e locuções conjuntivas e classificação de orações. Recorreremos apenas à abordagem oferecida aos organizadores textuais por um material didático do Programa Ensino Médio em Rede, produzido pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo – Seqüência didática: artigo de opinião. Trata-se de um material que faz parte do Projeto de Formação Continuada para professores do ensino médio e que tem como objetivo levar o aluno a se apropriar do gênero “artigo de opinião”, a partir de atividades de leitura, produção de textos e análise lingüística, possibilitando o desenvolvimento de capacidades leitoras e escritoras.

Pretendemos demonstrar que a proposta contida no material – a qual professores e alunos do ensino médio têm acesso – apresenta avanços em relação à abordagem tradicional, no entanto, quando se trata de organizadores textuais que aparentemente veiculam o mesmo sentido, ainda encontramos atividades que apontam, principalmente, para a equivalência entre eles.

7.1 Proposta de auxílio à produção de textos: organizadores textuais no Programa Ensino Médio em Rede

Barbosa (2004) propõe em “Seqüência didática: artigo de opinião” atividades com o objetivo de desenvolver a capacidade do aluno em compreender e escrever artigos de opinião. Na parte reservada ao estudo dos organizadores textuais, Barbosa os define como palavras ou expressões que relacionam uma parte do texto com a outra e têm um papel importante na definição do sentido geral do texto. A autora apresenta atividades que têm por objetivo:

[...] fazer com que os alunos prestem atenção nas relações de sentido que os organizadores textuais (conjunções e expressões afins) ajudam a estabelecer. O reconhecimento desses organizadores pode ajudá-los na

compreensão dos textos, pois permite que eles possam localizar mais facilmente argumentos e conclusões, relações de sinonímias, etc. A discussão desses elementos também auxilia na produção de textos, já que seu uso ajuda no estabelecimento da coesão textual (2004, p.59).

A autora nos chama a atenção para o fato de que muitas vezes as relações expressas pelos organizadores textuais são colocadas sem a presença explícita deles. Com isso, notamos que, de algum modo, a percepção de um funcionamento concessivo, por exemplo, não ficaria na dependência da localização dos “conectores”.

Nas sugestões que acompanham as atividades propostas, percebemos certa preocupação com as particularidades de cada organizador textual, pois, segundo Barbosa, “seria interessante retomar com os alunos os períodos dados, explicando as relações estabelecidas e tentando substituir os organizadores que aparecem por outros para ver em quais casos a coerência se mantém” (2004, p.60). No entanto, não se encontra explicações para a possível localização da falta de coerência.

Vejamos uma das atividades sugeridas no material. Trata-se, justamente, de uma atividade sobre o uso dos marcadores apesar de e embora.

“Compare:

Apesar de a legalização da posse de terras ser uma medida necessária para a concretização agrária, ela está longe de ser suficiente: é preciso também que se criem condições para que essas terras se tornem produtivas e rentáveis.

Embora a legalização da posse de terras seja uma medida necessária para a concretização agrária, ela está longe de ser suficiente: é preciso também que se criem condições para que essas terras se tornem produtivas e rentáveis.

Agora reflita: a diferença na maneira de redigir traz diferença de sentido para os períodos? (2004, p.34, grifos do autor)”

No material do professor, Barbosa apresenta como possível interpretação:

“o objetivo é levar o aluno a perceber que ‘apesar de’ e ‘embora’ veiculam o mesmo sentido, e o tipo de relação estabelecida é semelhante ao uso das adversativas, pois há uma oposição estabelecida e também uma ênfase maior em uma das afirmações – nesse caso na que vem expressa na oração em que essas conjunções não estão presentes” (2004, p.61, grifos do autor).

Reconhecemos, nesta atividade, a aproximação entre os marcadores apesar de e embora e entre os concessivos e os adversativos. Há também, de certa forma, um reconhecimento do valor assertivo contido nas orações que não vêm acompanhadas pelos marcadores. No entanto, em nenhum momento se fala em que se baseia a relação de oposição expressa pelos marcadores. Não se aborda o processo de construção a partir de uma orientação causal tida como estabilizada num nível anterior ao enunciado pronto (e muito menos como elas são construídas e reconstruídas no domínio nocional). Não se fala, principalmente, das possíveis negociações entre enunciador e co-enunciador – o que justamente procuramos ressaltar no nosso estudo.

Percebemos que a autora não traz uma lista de conjunções e locuções conjuntivas ou prepositivas, mas também não procura destacar possíveis diferenças, marcas particulares de cada enunciado, de cada construção de significação. Dessa forma, acaba reduzindo o trabalho do aluno que poderia ser de uma escolha entre outras ao “tanto faz”. O aluno se convence de que as construções possuem o mesmo sentido e o trabalho termina. Segundo a proposta contida nos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio:

Toda linguagem carrega dentro de si uma visão de mundo, precha de significados e significações que vão além do seu aspecto formal. O estudo apenas do aspecto formal, desconsiderando a inter-relação contextual, semântica e gramatical própria da natureza e função da linguagem, desvincula o aluno do caráter intrasubjetivo, intersubjetivo e social da linguagem (2000, p.6-7).

O simbólico constituidor da linguagem se mostra no processo comunicativo pelas escolhas feitas, direcionadas sempre a um outro, limites do conhecido. Considera-se que a compreensão das significações dadas, em diferentes esferas, às várias manifestações contribua para a formação geral do aluno,

dando a ele a possibilidade de aprender a optar pelas escolhas, limitadas por princípios sociais, e de ter o interesse e o desejo de conservá-las e/ou transformá-las (2000, p.7).

[Precisa-se] compreender e usar a Língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora de organização de mundo e da própria identidade (2000, p.14).

No caso do estudo por meio da diferenciação, proposto pela gramática operatória, ela gera diálogo, gera questionamento, gera novas relações, novas construções, ou seja, instiga o aluno a continuar duvidando da mesmice nas formas de significar. Distancia-se das listas de expressões ou de orações completamente prontas, dadas por equivalentes, que acabam aprisionando a prática em um cenário de correspondência termo a termo. Recorrendo novamente à proposta dos Parâmetros Curriculares:

O conhecimento sobre a linguagem, a ser socializado na escola, deve ser visto sobre o prisma da mobilidade da própria linguagem, evitando-se os apriorismos. O espírito crítico não admite verdades sem uma investigação do processo de sua construção e representatividade (2000, p.7).

O processo de ensino/aprendizagem de Língua portuguesa deve basear-se em propostas interativas língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral (2000, p.18).

A língua, na sua atualização, representa e reflete a experiência em ação, as emoções, desejos, necessidade, visão de mundo, valores, ponto de vista. A linguagem verbal é encontro e luta, é corpo a corpo que não admite passividade (2000, p.21).

7.2 Compatibilidade com o funcionamento concessivo: sugestão didática na perspectiva enunciativa

Não se pretende aqui simplesmente apontar possíveis desencontros entre o que se tem por objetivo nos materiais aos quais os professores e alunos têm acesso e o

que realmente eles conseguem proporcionar, mas principalmente sugerir um outro modo de enxergar tanto as unidades lexicais quanto as gramaticais, fundamentado numa gramática da produção de significados. Nesse sentido, apoiamo-nos numa reflexão na qual a linguagem é concebida como a capacidade de construção de representação, referenciação e regulação.

A designação pura e simples, ou seja, dizer que tal enunciado é concessivo (ou causal, condicional, etc.), ou que tais enunciados concessivos (ou causais, condicionais, etc.) são equivalentes, conduz de fato à anulação das capacidades de abstração e de representação dos sujeitos. É como se propusesse ao aluno de ele mesmo construir as relações entre o que ele tem na língua e as situações extralingüísticas. Levando em consideração que temos, entre o resultado lingüístico e a realidade extralingüística, um espaço que disponibiliza marcas a serem usadas na construção da representação, o aluno deve entender que não se tem acesso à comunicação sem a passagem pelos sistemas de representação. E é justamente essa atividade no espaço dos valores referenciais que vai permitir ao aluno realizar generalizações, aproximações, entre outras operações. Uma elaboração didática ligada à análise lingüística deve instigar e manter essa atividade mental no aluno. E isso não se consegue tentando obter um produto homogêneo, aquisições estáveis, na sala de aula, pois essa atividade vai depender do que o aluno tem por familiar nesse espaço dos valores referenciais. Na reconstrução dos significados, as unidades lingüísticas não constituem a totalidade da informação necessária à interpretação; há também um saber metalingüístico trazido pelo próprio aluno.

As unidades lingüísticas, como já abordamos, constroem-se por meio da articulação entre léxico e gramática. Assim, uma mesma marca, por exemplo, é suscetível de diversas interpretações segundo ao modo de interação verbal no qual ela se insere. Tem-se, pois, feixes de relações colocando em jogo, aspecto, modalidade e determinação. Trata-se da relação entre as unidades que compõem um enunciado e a situação de enunciação. As unidades da língua pertencem ao domínio do lingüístico. A situação de enunciação não remete ao extralingüístico, mas ao domínio intermediário dos valores referenciais, bastante cognitivo e físico-cultural, que todo sujeito constrói e que pré-existe à aprendizagem de uma língua.

Com esse tipo de abordagem, o aluno se distancia da falsa lógica daquilo que se apresenta pronto, terminado, passível de memorização. Ele pode se tornar capaz de pensar sobre o processo de estruturação dos dados da língua e, possivelmente, de organizá-lo de tal modo que acaba por encontrar no resultado os traços da sua própria identidade.

Mas para passar da língua instrumental, da língua comunicativa ao processo de construção de representação na sala de aula, é preciso que os professores compreendam essa orientação enunciativa. Torna-se necessário que percebam que há conflitos entre as regras declarativas expressas nos manuais de gramática e o saber não explícito posto em ação no tratamento dos enunciados.

7.2.1 A atividade epilingüística nos enunciados infantis: manipulação dos valores referenciais

Na perspectiva operatória, cada situação de enunciação e respectivas negociações entre enunciadorees são levadas em conta na análise lingüística. Não temos unidades e nem seqüências que possuam identidade semântica. Toda forma corresponde, no mínimo, a uma mudança de valor, em função de pontos de referência que se pode fazer variar.

Propõe-se, então, um trabalho em função de manipulações explicativas, em forma de glosas, que favoreçam a apreensão pelo aluno de correlações e associações privilegiadas entre marcas e valores. Culioli chama de glosas epilingüísticas:

[...] os textos que um sujeito produz quando, de modo espontâneo ou em resposta a uma solicitação, ele complementa um texto precedente. Nós falamos glosa e não paráfrase, com a finalidade de reservar este último termo a uma atividade regulada, então controlada pelo observador [...], enquanto que a glosa remete à prática linguagística do sujeito enunciator (1999a, p.74).

Investigaremos a manifestação dessas glosas nos textos infantis. No caso dos enunciados com a marca apesar de e embora procuremos simulá-las por meio de um mecanismo muito próximo da paráfrase.

Como dissemos no capítulo II, enunciados em relação parafrástica remetem a um pólo de regulação, a partir do qual ocorrem operações lingüísticas (predicativas e enunciativas) responsáveis pelas particularidades lingüísticas presentes em tais enunciados realizados. E as escolhas predicativas só se explicam por meio das operações referenciais determinadas pelo enunciador. A atividade da paráfrase caminha no sentido do saber processual.

Nessa atividade de manipulação dos enunciados, o papel do professor é, pois, explorar as relações ocultadas pelos apagamentos, pelas substituições, pelas derivações, que afetam o processo de estruturação dos enunciados. Não se trata apenas de uma atividade de observação; o aluno precisará criar o seu próprio método de manipular a língua, de confrontar formas, de desconstruir e construir significação, reconstituir operações, caminhos mentais.

Seguimos, então, com a apresentação da proposta pedagógica³⁴. Primeiramente, apresentaremos os textos de alunos da 4a. série do Ensino fundamental³⁵. Trata-se de textos que revelam a opinião dos alunos sobre o tema “Adultos que gritam com as crianças, inclusive professores”. Vejamos:

(1) Bom, na sala de aula eu não converso e nem fico quieto, é muito difício as professoras me chingar ou chamar minha atenção. Mas eu não gosto muito que a professora ponha a gente para marca quem conversa, os alunos tem que ser responsáveis.

(2) Eu acho que primeiro era melhor a pessoa ir lá e conversa sobre o que está aconteceno e se não der serto aí sim pode gritar, mas se a pessoa for sensível só conversa.

³⁴ Acreditamos que essa proposta seja mais indicada ao Ensino Médio.

³⁵ Os textos foram digitados de acordo com os originais, inclusive com as inadequações ortográficas e de concordância. Redações de alunos da Escola Municipal Coronel Vaz – Jaboticabal/SP. Out. 2002.

(3) Eu acho que o adulto deve conversar, com grito não se resolve nada, o grito só vem depois de muita explicação. Eu sou assim eu só vou gritar depois de muita explicação, aí eu parto pro grito fazer o que tem gente que só entende assim.

(4) Gritar pode ser correto ou não porque, em algumas vezes tem que conversar com a pessoa e se não adiantar o adulto tem que gritar. Mas pode ser uma criança pequena, e o adulto pode não ter paciência para conversar e já comessa a gritar. Mas o correto mesmo é conversar, se você conversa uma vez, pode não adiantar e sempre tem que conversar.

(5) Ele deveria chamar a pessoa em um canto e conversar, explicar que aquilo não era correto fazer naquela ocasião. Mas tem certas vezes que apenas falar, conversar, não adianta, por mais que você fale essa pessoa não obedece, e, aí, é necessário gritar. Mas sempre o melhor é conversar e fazer de tudo para não ter que gritar, e a criança também ser educada e obedecer.

(6) Eu acho que primeiro devemos conversar com a criança, se não resolver tenta novamente explicar direito que é feio e as pessoas vendo, fala que é falta de educação e então se não tiver jeito tem que dar um grito para resolver que é igual na escola a professora explica, conversa e se não parar de conversar escapa um grito, então é bom ser bem educado nos lugares.

(7) Eu acho que se esse adulto já me avisou que não podia gritar, conversar ou que o lugar não é próprio para isso e eu fiz essas coisas, e ele gritou comigo, ele ou ela está certo porque avisou e não obedeceu, não tem outro jeito perde a paciência e sai o grito. E a criança que está errada não pode reclamar e também se a pessoa grita com a criança sem motivo então o adulto já está errado.

(8) Eu acho que não é muito certo, nem muito errado gritar. Seria mais certo converssar, mas se não der certo, aí tem que gritar. Mas é errado quando as pessoas

não sabem que aquele lugar é impróprio e vem o mais velho e dá aquele berro de estourar os tímpanos.

(9) Quando a gente está gritando, conversando na aula, a professora começa a gritar, mais já sabe o motivo. O motivo é por causa da conversa, tem gente que até reclama. Mas sempre é a professora quem está certa. O grito da professora até que ajuda para a conversa, também pode ser resolvido na conversa com o adulto, sempre melhora. Os adultos tem que corrigir os nossos erros sejam com gritos ou conversa.

(10) Em primeiro lugar eu acho que as pessoas tem que conversar, mas se não dá tem que dar um grito para ver se pára. Os adultos ficam muito irritado. Quando eles falam “não faça isso”, a gente faz, aí que ele dá um grito.

(11) O adulto não pode gritar com a criança, ele tem que conversar com a criança, falar que o que ela fez foi errado, e a criança também não deve fazer mais nenhuma coisa que é errado. O adulto tem que ouvir a criança e a criança deve escutar o adulto.

(12) O adulto tinha que ir lá na sala, dizer para não gritar, conversar com as crianças, mais sempre não adianta conversar, tem que gritar e berrar. Mesmo que a professora ir no banheiro por 2 ou 3 minutos tem que ficar quieto, mesmo que você for em um lugar que todo mundo estiver gritando, você fique quieto, não só você, mais a classe.

(13) Eu não acho isso justo por que não é no berro que se resolve, mas em determinadas situações o berro é necessário. Se uma criança escuta berro todos os dias ela cresce muito revoltada. Eu sei o que é escutar berro toda hora como lá em casa. Conversar com a criança para ela entender, se ela não entender, grite um pouco, mas não vá gritar o dia todo com ela.

(14) Os adultos não devem corrigir, não gritando tem varias maneiras de resolver conversando, falando em vós baixa e não gritando e nós não pode gritar com os adultos, tem que conversar.

(15) Eu acho que o adulto está com razão. Porque nós estamos conversando e se um adulto não corrigir aí seremos sem educação. Porque se um adulto não corrigir logo, já seremos sem educação com os mais velhos. E ninguém nos aceitará bem em outros lugares.

(16) Gritar é muito errado, muito menos em uma ocasião xique, eu acho que tem que chamar em um canto e conversar e não gritar, porque isso mostra falta de educação, e não conversar batendo e gritando, sentar em um banquinho. E se não adiantar 1, 2 e 3 vezes, continuar conversando até adiantar, minha mãe faz isso com migo.

(17) Eu acho que quando você faz algo errado o adulto não pode gritar com você, tem que chegar na pessoa, conversar chegar em uma conclusão correta, explicando que isso não pode fazer, é falta de sem educação.

(18) Eu acho que o adulto está certo, mas também está errado. Porque não é gritando que se resolve as situações. Mas é errado quando as crianças resmungam, xingam os adultos, fazem mal criação, acho tudo isso errado. Agente deve ficar quieto e fazer o que os adultos mandam. E não resmungar. Que nem a professora, ela fala 1 vez, na 3ª. ela grita, todo mundo fica quieto.

(19) A professora chama a atenção de todos primeiro e ela fala, depois ela repete, quando ela cansa é no grito. Ela corrige nossos erros e ela fica louca.

(20) Não é muito certo sair gritando por aí, tem que chamar num canto e conversar, se não vai sair gritando para todo mundo ficar vendo. Chegar gritando é muito feio para qualquer pessoa acho.

Atividades propostas:

Atividade 1: Muitas vezes queremos representar alguma coisa por meio da língua e não encontramos as palavras adequadas. Temos a impressão de que ela está representada na nossa mente e que a língua não oferece palavras para tal operação. Pensando nisso, leia os textos anteriores e encontre passagens, nas quais o enunciador não consegue decidir entre duas situações semanticamente consideradas contraditórias e as coloca como possíveis ao mesmo tempo:

Possíveis reconhecimentos:

- (1) eu não converso e nem fico quieto
- (4) Gritar pode ser correto ou não
- (9) Eu acho que não é muito certo, nem muito errado gritar
- (18) Eu acho que o adulto está certo, mas também está errado

Atividade 2: Usando o mínimo de palavras, diga como o enunciador poderia representar as situações aparentemente “contraditórias” que você apontou na atividade anterior:

Possíveis reconhecimentos:

- (1) eu resmungo; eu batuco; eu assovio; etc³⁶.
- (4) gritar é aceitável; gritar não é adequado; etc.
- (9) gritar pode ser certo; gritar pode ser errado.
- (18) o adulto pode estar certo; o adulto pode estar errado.

Atividade 3: No textos acima, alguns enunciadores projetam situações nas quais as crianças fazem barulho. Os enunciadores argumentam sobre essas situações apontando primeiramente possíveis ações dos adultos para impedir tal acontecimento. Dê alguns exemplos dessas ações.

Possíveis reconhecimentos:

- (1) não gosto que a professora ponha a gente para marcar quem conversa.

³⁶ Não se tem um resultado ideal; poderia ser até mesmo a ausência de resultado.

- (2) eu acho que primeiro era melhor a pessoa ir lá e conversa sobre o que está acontecendo.
- (3) eu acho que o adulto deve conversar.
- (4) algumas vezes tem que conversar com a pessoa.
- (5) ele deveria chamar a pessoa num canto e conversar, explicar que aquilo não era correto fazer naquela ocasião.
- (6) eu acho que primeiro devemos conversar com a criança.
- (7) eu acho que se esse adulto já me avisou que não podia...
- (8) seria mais certo conversar.
- (9) pode ser resolvido na conversa com o adulto, sempre melhora.
- (10) em primeiro lugar eu acho que as pessoas tem que conversar.
- (11) ele tem que conversar com a criança, falar que o que ela fez foi errado.
- (12) o adulto tinha que ir lá na sala, dizer para não gritar, conversar com as crianças.
- (13) eu não acho isso justo por que não é no berro que se resolve.
- (14) os adultos não devem corrigir, não gritando tem várias maneiras de resolver conversando, falando em voz baixa.
- (15) eu acho que o adulto está com razão [...] se o adulto não corrigir aí seremos sem educação.
- (16) eu acho que tem que chamar em um canto e conversar.
- (17) eu acho que o adulto [...] tem que chegar na pessoa conversar.
- (18) não é gritando que se resolve as situações.
- (19) a professora chama a atenção de todos primeiro e ela fala, depois ela repete.
- (20) tem que chamar num canto e conversar.

Atividade 4: Na atividade anterior você encontrou as possíveis atitudes que os adultos devem tomar quando as crianças fazem barulho, de acordo com as orientações dos enunciadores. Dando continuidade à compreensão dos textos, você pode perceber que muitas vezes tais atitudes não resolvem o problema, são ineficazes e não alcançam seus objetivos. Quem são os sujeitos responsáveis por essa ineficácia? Procure explicar as possíveis causas dessa ineficácia e suas consequências.

Possíveis reconhecimentos (responsáveis → causas → conseqüências)³⁷:

- (2) alunos insensíveis → não ouvem a professora → continuam a conversar;
professora → pede para marcar → alunos irresponsáveis.
- (4) pessoa → não ouve o adulto → continua conversando;
adulto → sem paciência → grita.
- (6) criança → não ouve o adulto → continua conversando;
professora → sem controle → deixa escapar um grito.
- (10) criança → que não ouve o adulto → continuação do barulho;
adulto → fica irritado, → acaba gritando.
- (19) criança → não ouve a professora → continua fazendo barulho;
professora → cansa de pedir silêncio → grita.

Atividade 5: Podemos encontrar semelhanças entre o processo de construção de alguns textos acima e o funcionamento concessivo. Na construção concessiva nós também temos situações consideradas contraditórias colocadas em relação ao mesmo tempo; temos a ineficácia calculada a partir das expectativas provocadas por essas situações. Temos ainda uma saída que aponta para um resultado diferente daquele que se esperava. Podemos exemplificar essas semelhanças manipulando alguns enunciados dos textos infantis. Tomando como origem da manipulação os textos (1), (3), (8), (14), poderíamos ter:

- (1a) Apesar de eu não me considerar um aluno barulhento, não gosto muito quando a professora coloca a gente para marcar quem conversa.
- (3a) Apesar de o grito não resolver nada, pode ser uma alternativa depois de muita explicação.
- (8a) Embora o correto seja conversar, se não der certo, aí tem que gritar.
- (14a) Embora os adultos devam corrigir as crianças, isso não deve ser feito com gritos.

Agora, procurem construir outros enunciados concessivos a partir dos demais textos.

.....

³⁷ Citarei apenas alguns como exemplos.

Atividade 6: Compare as construções abaixo. Preste atenção na interlocução, na relação entre enunciador e co-enunciador, e no modo como o enunciador assume as situações expressas. Manipulando os enunciados, acrescentando algumas palavras, apagando ou modificando outras, explique melhor o diálogo entre enunciador e co-enunciador.

(1) Eu não converso muito e nem fico quieto, [...] mas eu não gosto muito que a professora ponha a gente para marcar quem conversa.

(1a) Apesar de eu não me considerar um aluno barulhento, não gosto muito quando a professora coloca a gente para marcar quem conversa.

Possíveis reconhecimentos:

Para (1): Eu? Eu não converso muito. Converso pouco então? Talvez, porque eu, quieto, quieto, eu não fico. A professora, quando a sala está bagunçando, põe alguém para marcar quem conversa e eu não gosto muito dessa atitude dela.

Para (1a): Eu? Quer saber se eu sou barulhento ou se eu fico quieto? Digamos que eu não me considere um aluno barulhento, mesmo assim não gosto quando a professora coloca a gente para marcar quem conversa; não gosto de marcar o nome dos meus amigos (eu sou eu e sou o outro para poder julgar uma situação).

(3) Eu acho que [...] com grito não se resolve nada, o grito só vem depois de muita explicação.

(3a) Apesar de o grito não resolver nada, pode ser uma alternativa depois de muita explicação.

Possíveis reconhecimentos:

Para (3): O que eu acho da ação de gritar? Eu acho que com o grito, com o resultado dessa ação, não se resolve nada. Será que não resolve nada mesmo? Bom, só vem depois de muita explicação para tentar resolver alguma coisa.

Para (3a): Qual grito? Esse grito aconteceu? O grito que aconteceu em outro momento diferente desse e que eu quero que seja considerado. Esse grito pode não resolver nada. Nada mesmo? Bom, pode ser uma alternativa depois da ineficácia de muita explicação.

(8) Eu acho que [...] seria mais certo conversar, mas se não der certo, aí tem que gritar.

(8a) Embora o correto seja conversar, se não der certo, aí tem que gritar.

Possíveis reconhecimentos:

Para (8): Eu? O que eu acho sobre gritar? Eu acho que seria mais certo que gritar, conversar. Mais certo? Então gritar também é certo? É, se a conversa não der certo, aí tem que gritar e o gritar passa a ser certo.

Para (8a): O correto é conversar? Pode ser como pode não ser. Você pode considerá-lo ou não. Não importa que o correto seja conversar ou não conversar, pois pode não dar certo, aí tem que gritar para dar certo.

(14) Os adultos não devem corrigir [as crianças], não gritando.

(14a) Embora os adultos devam corrigir as crianças, isso não deve ser feito com gritos.

Possíveis reconhecimentos:

Para (14): Os adultos não devem corrigir as crianças? Devem, então, deixá-las errar ou aprender sozinhas? Não, não é isso que estou querendo dizer. O que eu quero dizer é que os adultos não devem corrigir as crianças com o grito; o grito não deve ser usado pelos adultos como forma de corrigir as crianças.

Para (14a): Os adultos devem ou não devem corrigir as crianças? Não sei se devem corrigir ou não as crianças, o fato é que corrigir gritando, ah, isso não devem fazer.

Atividade 7: Observe o enunciado extraído do texto (12) e suas respectivas manipulações:

(12) [...] Mesmo que você for em um lugar que todo mundo estiver gritando, você fique quieto.

(12a) Se você for a algum lugar no qual todo mundo estiver gritando, fique quieto.

(12b) Quando você for a algum lugar no qual todo mundo estiver gritando, fique quieto.

(12c) Apesar de poder estar em algum lugar no qual todo mundo esteja gritando, fique quieto.

(12d) Apesar de todo mundo estar gritando, fique quieto.

(12e) Apesar do grito de todo mundo, fiquei quieto.

Responda:

- Em que trecho do enunciado (12) o enunciador exerce uma força sobre o co-enunciador para que ele realize uma ação?

Possível reconhecimento: “fique quieto”

- Em qual das manipulações do enunciado (12) a ação que o enunciador quer que o co-enunciador realize depende de uma condição?

Possível reconhecimento: em (12a)

- Em qual das manipulações do enunciado (12) a ação que o enunciador quer que o co-enunciador realize depende de um momento?

Possível reconhecimento: em (12b)

- Observando as manipulações (12c), (12d) e (12e), diga qual delas relaciona a marca apesar de:

. ao resultado de uma ação feita por outros que se diferencia do resultado de uma ação realizada pelo enunciador?

Possível reconhecimento: em (12e)

. à possibilidade de o co-enunciador realizar a ação que o enunciador deseja?

Possível reconhecimento: em (12c) e em (12d)

. à continuidade de uma ação enquanto o co-enunciador realiza a ação que o co-enunciador deseja?

Possível reconhecimento: em (12c)

Não usamos muitos conceitos da Teoria das Operações Enunciativas nas atividades desenvolvidas acima, até mesmo por que não se trata de uma teoria que envolva uma aplicação, mas sim um repensar sobre a língua. Apresentamos apenas alguns caminhos fundamentados numa descrição operatória, numa gramática da produção.

Pretendíamos, entre outras coisas, demonstrar que o funcionamento concessivo tem sua gênese na falta de identificação do que se quer representar com o que temos de relativamente estabilizado na língua. E essa atividade de regulação, essa atividade epilingüística, pode ser representada por uma unidade lingüística (“Homem?” – numa interação verbal na qual essa unidade questione o que se tem por

“verdadeiro homem”); por uma seqüência de unidades (com marcador concessivo explícito ou não); por uma seqüência de seqüências de unidades, como vimos nas redações infantis. Não podemos deixar de ressaltar que cada um dos casos envolve um determinado contexto e tem suas particularidades; na construção tradicionalmente tida como concessiva, temos um envolvimento de duas relações predicativas. Podemos perceber, considerando outro aspecto, como os enunciadores dos textos das crianças têm uma tendência a assumir sua predicação (“eu acho que”), mesmo que seja de um modo confuso, deslocando-se, muitas vezes, inadequadamente entre as marcas de sujeito (eu e o outro), espaço (aqui, lá), tempo (antes, depois, agora).

Durante a elaboração da proposta didática do trabalho de mestrado, notamos que, freqüentemente, o funcionamento concessivo nos textos infantis estava ligado a marcadores como e e mas. Esse fato leva a crer que as crianças realizam essa operação num contexto imediato (apresentação da situação → apreciação) e têm ainda dificuldades de realizá-la sobre discursos reportados. A operação que age sobre discursos reportados envolve entre outros, um “fingir” que se assume a predicação, um colocar a predicação de um outro plano como atualizada e relativamente estável no plano atual – o que pode explicar a ausência de marcadores como apesar de e embora nos textos infantis.

Acreditamos que atividades semelhantes as que apresentamos neste capítulo possam instigar os alunos a fazer questionamentos sobre as suas próprias construções, sobre a sua relação com o outro e consigo mesmo (porque eu produzi tal texto?; porque o outro não entendeu meu texto?; o meu texto que está com problemas ou é o outro que não consegue entender?; vou transformar-me no outro e reconstruir o meu texto!; nem eu mesmo consigo entender o que eu quis dizer aqui, porquê?; etc.). E, dessa forma, então, enxergar a organização das formas da língua como sendo um trabalho a se realizar, tanto na sua produção quanto no seu reconhecimento, e não resultado de uma distribuição de etiquetas com valores (pre)estabelecidos. Recorrendo às palavras de Rezende (2000) é a apreciação do sujeito que orienta a existência da representação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-nos numa teoria que coloca a indeterminação como constitutiva da linguagem e a produção e o reconhecimento de textos como resultante da articulação entre léxico e gramática, propusemos estudar a marca apesar de. A escolha dessa marca justificou-se pela sua incidência em relação a outros marcadores concessivos. Essa incidência foi notada em redações escolares, na língua falada e, principalmente, em textos de leitura rápida como artigos e notícias disponibilizados no meio eletrônico.

Nosso trabalho como docente nos colocava diante da abordagem tradicional com suas listas de conjunções e locuções concessivas que orientavam à equivalência das formas, como também diante de trabalhos nos quais não havia preocupação com as diferentes conseqüências que uma determinada escolha poderia gerar no nível enunciativo.

Com o objetivo de manifestar essa nossa insatisfação em relação ao tratamento tradicional das unidades lingüísticas, de um modo geral, apontamos, neste trabalho, algumas conseqüências que essa visão restrita traz para o ensino de língua. Como não bastaria apenas criticar, apresentamos, além da proposta teórica de uma gramática operatória, uma sugestão didática ressaltando o trabalho do sujeito na busca de determinação das unidades da língua.

Voltando ao objetivo principal do trabalho, partimos, então, da orientação contida na teoria com a qual tivemos contato como pesquisadora – de não haver seqüências equivalentes num mesmo grau – e sustentamos a nossa proposta de investigar a marca apesar de. Para a realização desse estudo, escolhemos um outro marcador concessivo – o embora – para demonstrar aproximações e bloqueios solicitados por cada um deles na atividade enunciativa.

Partindo das ocorrências de apesar de ligadas diretamente a formas nominalizadas e verbos no infinitivo (o que o aproximava de um processo de retomada e de projeção), procuramos compreender o que embora admitia ou bloqueava e o que essas operações significavam no plano enunciativo. Percebemos

que os marcadores apesar de e embora têm em comum, em seu percurso enunciativo, uma relação interléxis (A-B), cujo preconstructo nocional aponta para uma saída, ou seja, orienta A a Não-B.

O percurso nocional dos enunciados concessivos direciona o processo de estabilização para uma “saída” e a posição dos enunciadores na situação enunciativa aponta para outra “saída”, acionando uma relação não-causalidade no domínio nocional. Notamos, nesse sentido, que há a manutenção desse processo à procura de estabilização nos enunciados concessivos. E esse movimento resulta num “valor retido”, ou seja, consegue-se estabilizar um valor instável permitindo que se visualize o processo em busca de estabilização.

No entanto, o modo como se chega a esse valor não é o mesmo nas ocorrências de apesar de e embora. Apesar de coloca em jogo uma aparente estabilidade, apontando, a partir de A, para um anterior compartilhado entre enunciador e co-enunciador. Constrói-se, desse modo, uma aparente exclusão de alteridade, o que vem a intensificar a força argumentativa do preconstructo nocional contido em A para, em seguida, reforçar a bifurcação em direção a B assertado pelo enunciador na situação enunciativa. Embora, por sua vez, não traz num primeiro momento a aparente estabilidade de A. Em seu lugar encontramos um distanciamento; a consideração de A vai depender da decisão do co-enunciador, situação na qual dá lugar a uma falta de cumplicidade entre enunciador e co-enunciador.

Apontamos, então, como possíveis justificativas da incidência do uso do marcador apesar de nos textos acima citados a continuidade discursiva gerada por essa marca, a sua relação com a retomada e projeção de uma aparente estabilidade, a cumplicidade entre enunciador e co-enunciador. Com apesar de, o enunciador induz o co-enunciador a partilhar dessa aparente estabilidade encontrada em A na própria situação de enunciação. No caso de embora, o enunciador, o qual não se interessa pela validade de A, deixa ao co-enunciador o trabalho de construir certa estabilidade em A para prosseguir a atividade enunciativa, o que pode provocar a necessidade de um retorno ao discurso reportado. E esse retorno, provavelmente, não interessa aos produtores/reconhecedores de textos de leitura rápida.

No caso da incidência do uso do marcador apesar de em redações escolares e na língua falada em situações informais, acreditamos que esse funcionamento possa ser colocado em prática inconscientemente pelos usuários da língua, ou seja, de forma não-controlada. Estes podem ter uma consciência epilingüística e não ter a expressão metalingüística correspondente, quer dizer, não são capazes de formular regras que aplicam inconscientemente sem problemas.

Temos consciência de que não esgotamos as causas e conseqüências do uso da marca apesar de no plano enunciativo, mesmo por que tratamos apenas de algumas ocorrências dessa marca e a comparamos apenas com o marcador embora; não consideramos também a sua localização em posposição na construção concessiva. Assim sendo, este trabalho é apenas uma etapa de uma pesquisa que ainda tem muito a realizar.

BIBLIOGRAFIA

ANSCOMBRE, J. C. Grammaire traditionnelle et grammaire argumentative de la concession. *Revue internationale de philosophie*, Paris, 155, p. 333-349, 1985.

BAILLY, D. Pour une application de la linguistique théorique a l'enseignement des langues. *Langages*. Paris, n. 39, p. 81-104, 1975.

BARBOSA, J.P. *Seqüência didática*: artigo de opinião. São Paulo: Secretaria de Estado de Educação (Programa Ensino Médio em Rede), 2004.

BARROS, E. M. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Atlas, 1991.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

BLÈS, Marie-France. La negation en tant que donnée primitive et construite dans l'énonciation. *Travaux du centre de recherches sémiologiques*, Neuchâtel, n. 59, p. 167-93, 1991.

BOIVIN, M.; FALL, K; VIGNAUX, G. Modalités et énonciation: le discours argumentatif en milieu scolaire. *Langues et linguistique*, Quebec, n. 18, p. 183-91, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em 22 jun. 2000.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRESSON, F. Aquisition et apprentissage des langues vivantes. *Langue française*. Paris, n.8, p. 24-30, 1970.

BUENO, F.S. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. Santos: Editora Brasília Limitada, 1974.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Diccionario de lingüística e gramática*: referente à lengua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1981.

CAMARERO, M. G. Valores discursivos de las oraciones concesivas. *Linguística española actual*. Madrid, n. 21, p. 189-205, 1999.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1995.

CULIOLI, A. La communication verbale. In: *L'Homme et les autres*. Encyclopédie des sciences de l'homme: l'aventure humaine. Paris: Grange Batelière, 1967, v. 4, p. 65-73.

_____. Linguistique du discours et discours sur la linguistique. *Revue philosophique*. Paris, n. 4, p. 481-488, 1978.

_____. Valeurs modales et opérations énonciatives: à propos de certains emplois de "bien" et "fort bien". *Le français moderne*, Paris, v. 46, n. 4, p. 300-317, 1978.

_____. La negation: marqueurs et opérations. *Travaux du centre de recherches sémiologiques*, Neuchâtel, n. 56, p. 17-38, 1988.

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation: Opérations et représentations*. Paris: Ophrys, 1990, v.1.

_____. A propos de la notion. In: GROUSSIÈRE, M. L.; RIVIÈRE, C. (orgs) *La notion*, Paris: Ophrys, 1997, p. 9-24.

_____. Subjetivité, invariance et déploiement des formes dans la construction des représentations linguistiques. In: FUCHS, C.; ROBERT, S. (orgs.) *Diversité des langues et représentations cognitives*. Paris: Ophrys, 1997, p. 43-57.

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation: Formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999a, v.2.

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation: Domaine notionnel*. Paris: Ophrys, 1999b, v.3.

_____. *Variations sur la linguistique*. Entretiens avec Frédéric Fau. Saint-Geosmes: Klincksieck, 2002.

_____; NORMAND, C. *Onze rencontres sur le langage et les langues*. Paris: Ophrys, 2005.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 40.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DANON-BOILEAU, L. *Énonciation et référence*. Paris: Ophrys, 1987.

DANON-BOILEAU, L. et al. Intégration discursive et integration syntaxique. *Langages*, Paris, n. 104, p. 111-128, 1991.

DESCHAMPS, A.; GUILLEMIN-FLESCHER, J. (orgs.) *Les opérations de détermination*. Quantification/qualification. Paris: Ohrys, 1999.

DESCLÉS, J. P. Schéma de lexis. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J.J.; ROBERT, S. (orgs.) *Langues e langage*. Problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: PUF, 1995, p. 57-71.

DUBOIS, J. et al. *Dictionnaire de linguistique*. Paris: Larousse, 2001.

DUCROT, O. Présupposés et sous-entendus. *Langue Française*, Paris, n. 4, p. 30-43, 1969.

_____. *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann, 1980.

EMBORA. In: DICIONÁRIO da lingua portuguesa. Porto: Porto Editora, 2007. Disponível em < <http://www.portoeditora.pt/dol/>>. Acesso em 22 jun. 2007.

FAUCONNIER, G. Manifestaions linguistiques de l'intégration conceptuelle. In: FUCHS, C.; ROBERT, S. (orgs.) *Diversité des langues et représentations cognitives*. Paris: Ophrys, 1997, p. 182-193.

FERREIRA, A.B.H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2^a. ed. 36^a. impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FILIPPI, C. Though et la relation de concession: opération énonciative et jeu sur le domaine notionnel. In: GROUSSIÉ, M. L.; RIVIÈRE, C. (orgs) *La notion*, Paris: Ophrys, 1997, p. 91-98.

FILIPPI-DESWELLE, C. Étude énonciative de *if* et *though* antéposés. *Linx*, Paris, n. 41, p. 75-91, 1999.

_____. Parcours et interlexis. A relation de concession. *Corela*, Université de Rouen, Paris, jun./2006. Disponível em <http://edel.univ-poitiers.fr/corela/document.php?id=986>. Acesso em 22 jun. 2006.

FRANCHI, C. Linguagem: atividade constitutiva. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, São Paulo, n. 22, p. 9-39, 1992.

FRANCKEL, J. J.; PAILLARD, D. Aspects de la théorie d'Antoine Culioli. *Langages*, Paris, v. 129, p. 52-63, 1998.

FUCHS, C. O sujeito na teoria enunciativa de A. Culioli: algumas referências. Tradução de Letícia Marcondes Rezende. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n.7, p. 77-85, 1984.

FUCHS, C; LE GOFFIC, P. *Les linguistiques contemporaines: repères théoriques*. Paris: Hachette Supérieur, 1992.

FUCHS, C.; ROBERT, S. (orgs.) *Diversité des langues et représentations cognitives*. Paris: Ophrys, 1997.

GALICHET, G.. *Méthodologie grammaticale*. Étude psychologique dès strutures. Paris: Presses, 1963.

GAUTHIER, A. Sur quelques paradoxes en didactiques des langues. In BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J.J.; ROBERT, S. (orgs.) *Langues e langage*. Problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: PUF, 1995, p.425-433.

GROUSSIER, M. L; RIVIÈRE, C. *Les mots de la linguistique: lexique de linguistique énonciative*. Paris: Ophrys, 1996.

_____. (orgs.). *La notion*. Paris: Ophrys, 1997.

JACQUES, F. Sens commun, lieu commun, sens communicable. *Revue internationale de philosophie*, Paris, n. 158, p. 207-20, 1986.

LEVY, M. *Grammaire du français*. Approche énonciative. Colaboração de Sylvie Persec. Paris: Ophrys, 2000.

LIMA, H. R. V. Uma abordagem teórica da concessão. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 3, n. 2, p.139-161, 1987.

MACHADO, J.P. *Dicionário Etimológico da língua portuguesa*. 1ª.ed., v.2. Lisboa: Editorial Confluência, 1958.

MAINGUENEAU, D. La stylistique culiolienne. In BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J.J.; ROBERT, S. (orgs.) *Langues e langage*. Problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: PUF, 1995, p.493-500.

MORAES, G.W.G. *Língua e linguagem*. Belo Horizonte: Difusão Pan Americana do Livro, 1968.

MOREL, M.A. *La concession en français*. Paris: Ophrys, 1996.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC: 1966.

NEVES, M.H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. As construções concessivas. In: NEVES, M. H. M.; RODRIGUES, A.C.S. (orgs). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1999, v. 7.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2004.

ONOFRE, B. M. *A indeterminação na linguagem: inconsciência e manipulação*. 1994. 173f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1994.

_____. *Operações de linguagem e implicações enunciativas da marca “se”*: 2003. 174f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

PARAZUELOS, M. H. C. “Bipolares” al servicio de la “concesividad”: causales, condicionales y adversativas. *Verba*, Santiago de Compostela, n. 20, p. 221-254, 1993.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação*. A nova retórica. Tradução de Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PIAGET, J. *Les explications causales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.

_____. *A construção do real na criança*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PIATTELI-PALMARINI, M. (Org.). *Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1983.

RANGER, G. *Les constructions concessives em anglais*. Paris: Ophrys, 1998.

REZENDE, L. M. *Une contribution à l'étude des relatives*. Tese de doutorado. Universidade de Paris VII, 1980, não publicada.

_____. Operação de predicação e construção de alguns objetos lingüísticos. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 5, 111-125, 1983.

_____. A enunciação e a construção da significação lingüística. In: SEMINÁRIO DO GEL, 32, 1987, Araraquara. *Anais...* Campinas: UNICAMP, p. 362-371, 1987.

_____. Estudo de o instrumento de avaliação: prova de comunicação e expressão do concurso vestibular-1987 VUNESP. *Pesquisa*, São Paulo, n.1, p. 1-99, 1988.

REZENDE, L. M. Gramática e ensino de língua. *SériEncontros. Estudos Gramaticais*, Araraquara, v.3, n.1, p. 132-154, 1989.

_____. Educação e sociedade: o ensino de línguas. *Didática*, São Paulo, n.28, p. 151-172, 1992.

_____. Ensino de Línguas: relação teoria e prática. In: SEMINÁRIO DO GEL, 23, 1994, São Paulo. *Anais...* São Paulo, p. 1213-1221, 1994.

_____. Relatives et notions constitutives de la principale. In: GROUSSIÈRE, M. L.; RIVIÈRE, C. (orgs) *La notion*. Paris: Ophrys, 1997, p. 223-228.

_____. A natureza dialógica da linguagem. *Revista Brasileira de Letras*, São Carlos, v.1, n.1, p. 45-47, 1999.

_____. A indeterminação da linguagem: léxico e gramática. *Alfa*, v. 44, p. 349-362. São Paulo, 2000.

_____. *Léxico e gramática: aproximação de problemas lingüísticos com educacionais*. 2000, 456f. Tese (livre-docência em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2000.

_____. Operações da linguagem e algumas construções nominais. *Alfa - Revista de Lingüística*, São Paulo - SP, n. 46, p. 111-127, 2002.

_____. Causalidade, propriedade diferencial e construção de domínios nocionais. *Alfa*, v. 47, p. 21-39, 2003.

_____. A indeterminação da linguagem e a instabilidade-estabilidade dos valores gramaticais. *Estudos Lingüísticos*, Taubaté - SP, n. XXXII, 2003.

_____. Produção de texto no ensino superior: a identidade cobrada. *Revista da Anpgl*, São Paulo - SP, v. 1, p. 21-30, 2004.

_____. Língua e Linguagem: a nominalização. *Trilhas Lingüísticas*, v. 14, 2006

RIVAS, E. Observaciones sobre las concesivas. Su comparación com las condicionales y las adversativas. *Verba*, Santiago de Compostela, n. 16, p. 237-55, 1989.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 35.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998.

ROMERO-LOPES, M. C. *Processos enunciativos de variação semântica e identidade lexical: a polissemia redimensionada*. Estudo dos verbos *jouer* e *changer*. 2000. 333f.

Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ROMERO-LOPES, M. C. A significação vista por Emile Benveniste. *Cadernos – Centro Universitário São Camilo*, v.9, n.1, p.48-56, 2003.

ROUSSEAU, J. J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Lisboa: Ed. Estampa, 1981 (Clássicos de bolso).

SAID ALI, M. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SANTOS, C. B. *A oração concessiva na perspectiva das operações da linguagem*. 2002, 169f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2002.

SCHAFF, A. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Liv. Almedina, 1974.

SHNEDECKER, C. Quand il faut faire des concessions... quelques suggestions pour une didactique de la concession. *Pratiques*, Metz, n. 75, sept., p. 76-110, 1992.

STATI, S. La concession: syntaxe, logique et argumentation. *La linguistique*, Paris, v. 34, n. 2, p. 119-122, 1998.

TRAVAGLIA, L.C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez, 2006.

TRÉVISE, A. A propos de repérages fictifs: variété des formes et construction du sens. *Linx*, Paris, n. 41, p. 39-59, 1999.

VIGNAUX, G. À propos d'argumentation: opérations cognitives et opérations langagières. *Revue internationale de philosophie*, Paris, n. 155, p. 322-332, 1985.

_____. Le discours acteur du monde. Énonciation, argumentation et cognition. Paris: Ophrys, 1988.

VIGNAUX, G. Entre linguistique et cognition: des problématiques de l'énonciation a certains développements tirés de l'oeuvre d'Antoine Culioli. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKEL, J.J.; ROBERT, S. (orgs.) *Langues e langage*. Problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: PUF, 1995, p.565-582.

VOGÜÉ (de), S. Discret, dense, compact: les enjeux énonciatifs d'une typologie lexicale. In: FRANCKEL, J. J. (ed.) *La notion de prédicat*. Paris: Université de Paris 7, 1989, p. 1-38 (Collection ERA – 642).

_____. Des temps et des modes. Le gré des langues, Paris, n.6, p.65-91, 1993.

VOGÜÉ (de), S. La transitivité comme question théorique: querelle entre la théorie des positions de J. C. Milner et la théorie des opérations predicatives et enonciatives d'A. Culioli. *Linx*, Paris, n. 24, p. 37-65, 1991.

_____. Culioli après Benveniste: énonciation, langage, intégration. *Linx*, Paris, n. 26, p. 77-108, 1992.

_____. Construction d'une valeur référentielle. Entités, qualités, figures. Actes du Xème colloque du *CERLICO*, no prelo.

WEISZFLOG, W. (ed). *Michaelis*: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

ZAMPRONEO, S. *A hipotaxe adverbial concessiva no português escrito contemporâneo no Brasil*. 1998, 248f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 1998.